Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal

Autores: *Simão Cardoso Leitão, Gustavo Pereira*
Joaquim Ramos, Alexandre Silva

Cidater, Cooperativa de Ensino e Cultura, CRL
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prefácio: *Augusto Flor, Presidente da Direcção*

Concepção e paginação: *Jorge Figueira*

Fotografia da capa: *Carlos Galvão*

Impressão: *Tipografia Lobão, Lda. - Almada - Tel. 212 559 890*

Edição: *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto*

Depósito Legal: 294721/09

ISBN: 978-989-20-1604-7

Tiragem: 5000 exemplares

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado – além do uso legal como breve citação em artigos e estudos – sem prévia autorização dos autores.

LIsboa, Maio de 2009

Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal

Edição
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

2009

Índice

Prefácio 11
Dr. Laurentino Dias 16
Um exemplo de persistência e de dedicação 17
Dr. António Tomás Correia 18
Uma das mais belas e perfeitas expressões da vida social 19
Dr. Acácio Ferreira Catarino 22
Um apelo do passado, para o futuro 23
Artur Martins 28
As colectividades de Cultura, Recreio e Desporto como parte integrante e significativa do 3.º Sector 29
Dr. Francisco Barbosa da Costa 32
Associativismo de ontem, de hoje e de sempre 33
Dr. Duarte Nuno Caldeira 36
Fórum Nacional do Associativismo, mais participação e e intervenção 37
Professor Doutor José Ornelas 40
Parecer sobre o Inquérito às Colectividades 41
D. Manuel da Silva Martins 44
Globalização e Associativismo 45
Dra. Maria das Dores Meira 48
O Movimento Associativo do passado para o futuro 49
Professor Doutor Raul Iturra 52
Colectividades 53
Dr. Sérgio Ribeiro 58
O associativismo neste tempo histórico – reflexões de um economista 59
Introdução 63
Ponto prévio: a necessidade de uma clarificação conceptual 65
Capítulo 1
Geografia, História e natureza das Associações
1. Distribuição geográfica das associações 73
2. Período histórico de fundação 76
3. Natureza, objectivos e actividades 82

Capítulo 2
Recursos Humanos
1. Associados 91
2. Colaboradores e outros activistas associativos 96
3. Perfil e valor do dirigente associativo voluntário benévolo 103
Capítulo 3
Recursos Materiais e Financeiros
1. Instalações e equipamentos 111
2. Situação financeira 117
Nota conclusiva 125
Bibliografia 129
Anexo – Inquérito às Associações 2007 135
Anexo – Lista das Colectividades consultadas 141

Índice de gráficos e quadros

Gráfico 1 – Distribuição das associações confederadas por região de implementação (NUTS II) 73
Gráfico 2 – Distribuição das associações confederadas por distrito de implementação..... 75
Gráfico 3 – Distribuição das associações inquiridas por período histórico de fundação 78
Gráfico 4 – Distribuição das associações inquiridas por década de fundação 81
Gráfico 5 – Distribuição das associações inquiridas por tipo de associação .. 83
Gráfico 6 – Distribuição das associações inquiridas por áreas de acção contempladas no seu objecto social 84
Gráfico 7 – Distribuição das associações inquiridas e utentes/praticantes por actividades realizadas/utilizadas 85
Gráfico 8 – Distribuição das associações inquiridas por número (intervalo) de utentes/praticantes..... 87
Gráfico 9 – Distribuição das associações inquiridas por nível de relevância do financiamento do Estado/Administração Pública nas receitas externas da associação 89
Gráfico 10 – Distribuição das associações inquiridas por número (intervalo) de associados 92
Gráfico 11 – Distribuição dos associados das associações inquiridas por género e escalão etário 93
Gráfico 12 – Distribuição das associações inquiridas por tipo de participação dos associados..... 95
Gráfico 13 – Distribuição das associações inquiridas por número (intervalo) de colaboradores ao serviço..... 97
Gráfico 14 – Distribuição dos colaboradores das associações inquiridas por tipo de função desempenhada 98
Gráfico 15 – Distribuição das áreas de actividade das instituições inquiridas por número de colaboradores envolvidos..... 99
Gráfico 16 – Avaliação do nível de adequação dos recursos humanos disponíveis nas associações inquiridas.....101
Gráfico 17 – Número médio de dirigentes afectos aos órgãos sociais das associações inquiridas, por nível da estrutura gerente 103

Gráfico 18 – Distribuição dos associados e dirigentes das associações inquiridas, por género.....104
Gráfico 19 – Distribuição dos associados e dirigentes das associações inquiridas, por escalão etário.....106
Gráfico 20 – Distribuição dos dirigentes das associações inquiridas, por situação perante o trabalho.....106
Gráfico 21 – Distribuição das associações inquiridas por regime de utilização da sede social.....112
Gráfico 22 – Distribuição das associações inquiridas por regime de utilização da sede social e região (NUTS II).....113
Gráfico 23 – Distribuição das associações inquiridas por tipo de instalações possuídas.....114
Gráfico 24 – Avaliação do nível de adequação dos recursos físicos e materiais disponíveis nas associações inquiridas.....115
Gráfico 25 – Principais dificuldades de funcionamento das associações inquiridas.....116
Gráfico 26 – Distribuição das associações inquiridas por situação financeira no final de 2006.....118
Gráfico 27 – Distribuição das associações inquiridas por valor das receitas e das despesas (intervalo) tidas em 2006.....119
Gráfico 28 – Estrutura da receita global das associações inquiridas em 2006.....120
Gráfico 29 – Nível de importância das fontes de financiamento para a receita total das associações inquiridas no ano de 2006.....121
Gráfico 30 – Distribuição das receitas internas das associações inquiridas por fonte de receita.....122
Gráfico 31 – Nível de importância das fontes de financiamento para as receitas das associações inquiridas provenientes de comparticipações subsídios ou apoios.....123

QUADRO I – Distribuição das associações inquiridas por áreas de conhecimento em que apresentam necessidades de formação.....102

Prefácio

O Movimento Associativo Popular (MAP), tal como o conhecemos no dia-a-dia, é essencialmente, um movimento social assente na experiência de largas gerações de Dirigentes Voluntários e Benévolos. Sem essa componente, o associativismo não teria chegado aos nossos dias com tanta pujança e diversidade.

Nas várias fases da sua longa vida – a primeira colectividade terá sido fundada em 1722 – o associativismo foi evoluindo nas suas formas de organização, funcionamento e resposta às necessidades das populações, construindo soluções para os problemas que cada um por si não conseguia resolver e substituindo muitas das funções sociais do Estado que, em cada caso concreto, não quiseram, não puderam ou não souberam resolver.

Para quem há largos anos vive o quotidiano associativo, não estranha a diversidade e grandiosidade deste movimento representada por amostra neste estudo. Ainda assim, reconhecemos que existem muitas perguntas sem resposta. Foi por isso que lançámos mão a este trabalho que tem acima de tudo o objectivo de apresentar a perspectiva dos associativistas enquanto parte interessada e conhecedora, aliada a uma componente essencial que são as Ciências Sociais e os cientistas sociais, no caso a equipa da CIDATER – Universidade Lusófona com quem a Confederação tem um Protocolo com o objectivo de constituir um *"Observatório do Associativismo Popular"*.

Este trabalho destina-se a ser um reconhecimento àqueles que por esse país fora, dão o melhor do seu tempo e da sua inteligência e que sem eles não haveria Associativismo Popular, ou seja, os Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos. Por outro lado, pretende ser um contributo para

todos quantos desejem conhecer melhor o associativismo popular, quer sejam "meros curiosos" ou "profundos estudiosos e conhecedores " da matéria.

A componente científica deste estudo - com os métodos e técnicas próprias da sociologia - veio comprovar muitas das expectativas que tínhamos, quer no plano quantitativo, quer no plano qualitativo. A descrição apresentada em forma de relatório ilustrada com gráficos permitirá a qualquer leitor, perceber a importância do associativismo popular em geral e de muitas das suas especificidades e interstícios.

A partir de agora, quem quiser fazer um estudo do associativismo popular ou integrar esta temática em estudos mais gerais, não pode deixar de ter em conta este trabalho. Aspectos como a Geografia e História das Instituições, o Voluntariado, a Coesão Social, a Rede Social, a Democracia Participada, o Poder Real e o Poder Simbólico, a Identidade, a Tradição e os Rituais, o Valor Económico e Social do 3º Sector são, entre muitos outros, tratados neste trabalho de forma mais ou menos discreta mas, estão cá todos.

Os problemas e necessidades mais prementes do associativismo popular são igualmente diagnosticados e passam a ser uma referência para Dirigentes Associativos, mas também para governantes locais, regionais e nacionais. Respeitando os princípios da autonomia e independência, as relações de parceria e de cooperação entre o poder associativo e outros poderes tais como o poder político, o poder económico e a comunicação social não podem ficar indiferentes aos resultados deste trabalho.

Apesar da sua amplitude, este trabalho não responde cabalmente a aspectos que certamente vamos ter oportunidade de abordar em trabalhos futuros tais como: a importância do associativismo popular no desenvolvimento comunitário; a evolução do cultural, recreativo e desportivo para o social; o que nós - dirigentes - recebemos do associativismo popular; acto voluntário e voluntariado de média e longa duração; eficácia do Voluntariado; qualificação dos dirigentes e mais-valia para o processo produtivo; importância do associativismo no processo de regulação dos preços e da taxa de inflação; poder associativo e relações de cooperação e de conflito com os outros poderes.

Numa sociedade onde persistem assimetrias económicas e sociais que se reflectem nas relações de trabalho e na qualidade de vida dos cidadãos, tais como o desemprego, a precariedade, a deslocalização a falta de recursos adequados na educação, na saúde, na habitação, na justiça entre outros, a cultura, o recreio e o desporto acabam por ficar na segunda linha das preocupações dos governantes e dos próprios

indivíduos. Entendemos que, quem não tenha acesso a este conjunto de bens essenciais é também um excluído social. Por isso lutamos dia-a-dia para transformar a sociedade. O Associativismo Popular é uma das formas de intervenção e transformação social que não podemos nem queremos menosprezar. Este estudo existe também por isso.

Por fim, desejamos deixar um agradecimento muito sincero a todos quantos contribuíram para este estudo. À equipa da CIDATER – Lusófona, a quem se deve a autoria cientifica, às filiadas que disponibilizaram dados sem os quais o estudo não seria possivel, às funcionárias da Confederação, à Administração do Montepio Geral e ao IDP - Instituto do Desporto de Portugal.

Agradecemos igualmente, às personalidades que com o conhecimento e sensibilidade nas áreas da História, da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia, da Economia, da Teologia, do Direito e da Política, aceitaram elaborar depoimentos que em muito valorizam este estudo.

A todos o nosso muito obrigado!

Augusto Flor, Dr.
Presidente da Direcção

“ O Associativismo
é um dos pilares da sociedade.
As Colectividades,
são um dos pilares do Associativismo!”

Dr. Laurentino Dias

Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Nascido em Fafe, distrito de Braga, em 4 de Fevereiro de 1954

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra

Presidente da Assembleia Municipal de Fafe (1982 a 2005)

Deputado à Assembleia da República nas V, VI, VII, VIII, IX e X Legislaturas, durante as quais exerceu funções como:

- Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS
- Coordenador do Grupo Parlamentar do PS para a área do Desporto
- Presidente da Comissão Eventual para a Análise e a Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos no Euro 2004
- Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação
- Membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Membro da Comissão Parlamentar de Juventude e Desporto
- Membro da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura
- Membro da Comissão Eventual de Verificação de Poderes
- Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Actos do Governo e da Administração no Processo da Fundação para a Prevenção e Segurança
- Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apreciação dos Actos do Governo Referentes ao Processo de Aceitação de Acções da SAD Benfica como Garantia de Dívidas em Execução
- Membro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil
- Presidente da Secção Parlamentar Portuguesa da Associação de Parlamentares Europeus por África (AWEPA)

Nas várias legislaturas no âmbito do Conselho da Europa, da União da Europa Ocidental (UEO) e na União Interparlamentar (UIP) exerceu funções como Deputado na: Comissão Permanente; Comissão de Assuntos Políticos; Comissão do Regimento;

Comissão das Migrações, dos Refugiados e da Demografia; Subcomissão de Juventude e Desporto.

Actualmente, desempenha o cargo de Secretário de Estado da Juventude e Desporto

Um exemplo de persistência e de dedicação

Temos consciência do contributo ímpar da confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto em prol da cultura, do Desporto e do Associativismo.

Constitui um exemplo de persistência e de dedicação, alicerçado no trabalho em proximidade com os cidadãos e com a comunidade que, no próximo dia 31 de Maio, completará 85 anos.

Todos os estudos que possibilitem testemunhar esse percurso, e essa realidade, constituem um contributo inestimável. Servindo de referencia para as novas gerações de dirigentes e responsáveis pelo associativismo em Portugal.

O movimento Associativo tem tradições centenárias na edificação dos valores humanos da solidariedade e da partilha. São muito os cidadãos que ao longo dos anos tem dedicado o seu tempo e o seu empenho a favor da causa associativa, contribuindo de modo generoso e desinteressado para o desenvolvimento das suas comunidades e regiões. Em que os seus interesses genuínos são considerados com autenticidade.

É a partir do trabalho do associativismo de base – para o qual a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto tanto tem contribuído - que poderemos caminhar para um Desporto ao serviço da generalidade dos cidadãos, capaz de desempenhar, para além dos resultados desportivo, o seu importante contributo social na formação de uma Cidadania activa, em que a ética e a solidariedade possam ser valores por ele incutidos desde os escalões de formação.

Entendo o trabalho dos clubes desportivos e recreativos – e do associativismo em geral – como um elemento estruturante da possibilidade e do Desporto ser encarado como Serviço Público. E a única forma de podermos alcançar um desenvolvimento que tenha sustentabilidade organizativa e financeira, e cubra sem assimetrias a totalidade do território nacional.

Desejo à Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, ao seu Presidente, aos seus dirigentes, sócios, técnicos e praticantes desportivos o maior sucesso para o futuro, e a continuidade deste seu contributo para o desenvolvimento e o prestígio da cultura e do desporto.

A todos envio, em meu nome pessoal, e do Governo, uma calorosa mensagem de felicitações.

Dr. António Tomás Correia

Presidente do Conselho
de Administração do Montepio.

Jurista diplomado pela Faculdade de Direito de Lisboa, foi Administrador da Caixa Geral de Depósitos, Presidente do Banco Luso-Espanhol, do Banco de Extremadura e do Banco Simeon, em Espanha; Administrador do Banco Itaú, no Brasil, Presidente do Banco Bandeirantes e de diversas sociedades integrantes do Grupo Bandeirantes, entre as quais a Companhia de Seguros Trevo. Foi Presidente do Ex-Banque Franco-Portugaise, em França.

Uma das mais belas e perfeitas expressões da vida social

Celebrar o associativismo é celebrar uma das mais belas e perfeitas expressões da vida social, que efectiva os valores da entreajuda, da cooperação e da solidariedade.

Escolas de cidadania, as associações desenvolvem nos seus membros competências específicas, estimulando a assunção de responsabilidades, a rentabilização de recursos e o trabalho de equipa.

Em tempos de abundância ou em conjunturas de escassez, as associações são a resposta organizada para o desenvolvimento sustentado de projectos inovadores, ou a estrutura de suporte para os mais frágeis.

A sua lógica de interdependência interna protege-nos das vulnerabilidades e rentabiliza as potencialidades individuais e colectivas, permitindo-nos ir mais longe na construção de uma sociedade inclusiva.

Por isso, apoiar as iniciativas da Confederação das Colectividades de Cultura e Recreio insere-se plenamente na Política de Responsabilidade Social do Montepio, que visa mais do que nunca, valorizar o sector da economia social, ao qual pertence enquanto associação mutualista.

" Mais do que uma atitude
conservadora ou reformadora,
do Associativismo Popular,
espera-se uma atitude transformadora!"

Dr. Acácio Ferreira Catarino

Comendador e Grande Oficial

Acácio Catarino, nasceu em 19 de Abril de 1935.

Obteve o Diploma em Política Social, pelo Instituto de Estudos Sociais (IES)

Licenciou-se em Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Antes e depois de 1974, durante alguns anos lectivos, foi docente de Economia do Trabalho, no IES e no ISCTE.

Com uma longa e regular carreira na Função Pública desde 1961, desempenhou várias funções das quais se destacam: Encarregado do Gabinete do Ministro dos Assuntos Sociais do 1º Governo Provisório; Secretário de Estado da População e Emprego; Presidente da Comissão Interministerial para o Emprego; Presidente da Comissão Executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Encontra-se aposentado desde 2005.

Nos anos 80 e 90, foi Docente na área do emprego e dos recursos humanos num ou noutro curso de pós graduação do ISCTE, bem como membro do júri de algumas provas de Mestrado. Nos anos 1996-1998, foi Docente de Administração Social, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Nos anos 1998-2000, foi Docente de Serviço Social e Desenvolvimento Local, na Universidade Católica Portuguesa.

Entre 2001-2006, foi Consultor da Casa Civil do Presidente da República.

Nos anos 2000-2006, foi Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (em regime de trabalho voluntário).

Foi fundador e dirigente de diversas instituições sociais, sendo actualmente membro do Conselho Cientifico de «Hospitalidade», revista da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus; Presidente do Conselho Superior da Companhia de Seguros Sagres (na perspectiva da economia social); Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Santa Casa da Misericórdia de Benedita; Membro do Grupo de Voluntariado Social de Benedita; Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Banco Alimentar Contra a Fome, de Lisboa; Colaborador da Cáritas Diocesana de Lisboa, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, no centro de estudos de educação e emprego, do Núcleo de Diálogo Social, Oeste (Torres Vedras).

Participou em inúmeras conferências e actividades afins, relacionadas com o trabalho profissional e voluntário e elevam-se a várias centenas os seus trabalhos publicados em jornais, revistas e outras publicações.

É Comendador e Grande Oficial.

Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto:

Um apelo do passado, para o futuro

Felicito a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto pela iniciativa do «Observatório do Associativismo Popular», em cooperação com CIDATER Cooperativa - Universidade Lusófona. Através dele, torna-se mais clara a consciência deste associativismo, que tem sido fundamental em inúmeras localidades do nosso país. E é de notar que a actividade levada a efeito pelas colectividades não se limitou à cultura, ao recreio e ao desporto, no sentido estrito, mas abrangeu muitos outros domínios, previstos ou não nos estatutos; refiro, a título meramente exemplificativo, a acção social e o ambiente.

Surgidas a partir do século XIX, as colectividades assumiram, desde o início, algumas características distintivas em relação às instituições anteriores. Os valores «igualdade», «liberdade» e «co-responsabilidade» foram porventura as mais salientes: neste contexto, as pessoas são consideradas iguais, rejeitando-se as desigualdades sociais gritantes, particularmente as que oprimiam os estratos sociais empobrecidos e excluídos; recusam-se tutelas de natureza económica, social, política, religiosa ou de qualquer outra natureza, sem prejuízo das opções de cada associado; e assumem-se em comum as responsabilidades de cada colectividade, tendo em conta os gostos, as capacidades e as disponibilidades dos seus membros. Na base daqueles três valores, encontra-se, por certo, o da «dignidade da pessoa humana» - igual na infinitude de diferenças. E consideram-se indispensáveis os princípios e a prática da democracia.

A palavra «colectividade» traduz a ideia de um conjunto personalizado de cidadãos: eles não se reduzem ao colectivo, este não pode viver sem eles que, por sua vez, tomam consciência da indispensabilidade desse mesmo colectivo. A palavra «cultura» traduz o respeito pela maneira de ser, sentir, pensar e agir de cada associado e das respectivas colectividades: os níveis de ensino básico, secundário e superior não fazem sentido neste contexto, embora sejam respeitados na sua identidade específica; o que conta, fundamentalmente, é a identidade e a situação de cada pessoa,

em cooperação com as outras, na procura e no desenvolvimento de caminhos favoráveis à dignidade humana. A palavra «recreio» traduz o reconhecimento de práticas ancestrais de convívio, de entretenimento e de vivência de identidades diferentes e complementares: na perspectiva das colectividades, o «recreio» não é mera distracção, embora também o seja, mas convívio em profundidade que, para o ser, não precisa de explicitação verbal. A palavra «desporto», introduzida mais recentemente, traduz a assunção das modernas concepções, organizações e práticas de actividades que, outrora, se designavam por «recreio»; trata-se de um enriquecimento institucional, que beneficia da evolução histórica neste domínio.

Utiliza-se a expressão «movimento associativo popular» para designar, por certo, o conjunto das colectividades e o respectivo dinamismo sociocultural. Como é próprio de um «movimento», as colectividades vêm sendo criadas por toda a parte, evoluem nas suas actividades e associados, adoptam novas orientações e novas técnicas, e constituem, no seu todo, uma realidade colectiva em acção permanente e cheia de potencialidades. O seu carácter «popular» advém do facto de as colectividades terem como agentes e destinatárias as pessoas enquanto tais, independentemente de qualquer estatuto.

Vem a propósito recordar que as colectividades de cultura, recreio e desporto surgiram em estreita articulação com outros movimentos: o cooperativismo, o mutualismo, o sindicalismo e a acção política; todos se complementavam entre si e, em muitos casos, os associados ou cooperadores pertenciam a mais do que um. Enquanto, nas colectividades, cooperativas e mutualidades, se verificava, predominantemente, a assunção plena de responsabilidades pelos projectos de acção, no sindicalismo e na acção política desenvolveram-se intervenções sistemáticas, junto do patronato, dos grandes interesses e do Estado, a favor da justiça e do humanismo. Pode afirmar-se que todos estes movimentos se caracterizaram, e caracterizam, pelo «associativismo popular»; mas também é legímo afirmar que, nas colectividades de cultura, recreio e desporto, ele se configura menos institucional e, sob certo aspecto, mais «popular».

São inúmeros os problemas das colectividades, que têm sido expostos por elas próprias e pelas suas estruturas federativas, nomeadamente pela Confederação. Nesta nota, limito-me a registar algumas linhas de tendência recomendáveis para o futuro que, num ou noutro aspecto, correspondem a alguns deses problemas. A preservação da cultura «identitária» constitui

por certo o elemento fulcral da estratégia recomendável: tal cultura não é redutível aos saberes académicos e seus níveis; também não é redutível à reprodução da cultura mediatizada nem à mediatização das colectividades; igualmente, não é redutível às discursividades política, sindical, empresarial, religiosa, desportiva ou qualquer outra. Tudo isto vai ser objecto de breves anotações nos parágrafos que se seguem.

É perfeitamente natural que as colectividades beneficiem com a elevação dos níveis de escolaridade, e dêem o seu contributo para que o sistema de ensino seja efectivamente universal, e para que todos os cidadãos acedam aos níveis mais elevados e adequados que fôr possível. Mas a cultura «popular» situa-se na base e no vértice destas realidades: ela sabe respeitar cada pessoa, qualquer que seja o seu nível ou domínio de escolaridade; não se conforma com estatutos de superioridade cultural; luta, de maneira tácita ou expressa, pela igual dignidade de todos os saberes e de todas as pessoas; e incita os diplomados a não esquecerem a sua base «popular» e a contribuírem para que ela seja devidamente respeitada. Nesta ordem de ideias, o historial das colectividades revelou extraordinárias potencialidades de futuro, que importa desenvolver. Para tanto, há que recuperar, actualizando-as, algumas que não se difundiram tanto quanto seria desejável; refiro-me em especial às universidades ou escolas populares, ao debate de problemas e à congregação de esforços para as respectivas soluções. Curiosamente, a ideia originária das universidades populares está a concretizar-se, em parte, nas universidades séniores; bom seria que, em cooperação com este novo potencial, elas se difundissem com a sua identidade própria. Não repugna até que, no âmbito das universidades populares e séniores, sejam dados contributos a favor do progresso de jovens e de adultos no sistema educativo, mediante o serviço de explicações e por outros meios tidos por adequados. E, em qualquer caso, não se perca de vista que uma universidade popular não é, basicamente, uma realidade institucional, mas sim um espaço de partilha de saberes e de reflexões.

A cultura mediática é uma realidade para a qual não estavam preparadas as culturas anteriores, nomeadamente a «popular». Por tal motivo, surgiram os fenómenos de imitação acrítica, de procura de acesso aos grandes «media» e também de contestação mais ou menos radical e extremista; tudo isto, e muito mais, vem contribuindo para que esta nova cultura se vá sobrepondo às demais. Perante ela, as colectividades possuem o enorme potencial de enraizamento na realidade e da consequente leitura; está ao seu alcance a recusa e superação das

alienações que os «media» comportam, muitas vezes, e o aproveitamento dos contributos inesgotáveis que eles trazem nos domínios da informação, do entretenimento, da formação, da produção e difusão de arte e de saberes, bem como da vivência cultural e da sabedoria em profundidade. A reflexão sobre as mensagens dos «media», a libertação das leituras do real que eles impõem e a assimilação consciente dos conteúdos válidos que eles transmitem constituem exemplos de actividades vitais a desenvolver pelas colectividades.

As discursividades política, sindical, empresarial, religiosa, desportiva e outras impõem-se hoje como poderosas forças dominantes, com aspectos positivos e outros negativos, tais como: a consagração de opiniões dogmáticas, a difusão da calúnia e da difamação, o extremar de posições e a excitação dos ânimos para o fanatismo. É verdade que as colectividades são espaços de liberdade e de defesa das posições mais diversas, por vezes de maneira apaixonada; o que se recomenda para o futuro, a bem da não submissão a posições dominantes (e dominadoras), é a aceitação mútua, no seu interior, de todas as diferenças e a procura da objectividade e dos consensos possíveis. Todo este esforço tem acontecido no longo historial das colectividades; talvez se deva recomendar, agora, que ele seja estimulado e assumido como directriz fundamental.

Sublinho, a terminar, o papel que as colectividades têm desempenhado na prática da solidariedade social, funcionando não raro como verdadeiros grupos de voluntariado de proximidade. Esta linha de acção está em consonância com todas as outras, e vem dar mais consistência à missão das colectividades. Parece altamente desejável que ela se desenvolva no futuro, em articulação com outras entidades; e que, tanto quanto possível, se insira em processos de desenvolvimento local baseados na consciência dos problemas sociais e na procura das soluções necessárias.

" As Colectividades de Cultura,
Recreio e Desporto
não só fazem Associativismo
como elas próprias
são o Associativismo"

Artur Martins

Vice-Presidente
da Mesa do Congresso
da Confederação

Artur José Simões Martins nasceu em Seiça a 25 de Abril de 1949.

Trabalhou na CP, na área comercial, encontrando-se actualmente na situação de reformado.

Na área autárquica, foi presidente do Conselho Municipal de Vila Nova de Ourém e passou pela Assembleia Municipal desse concelho. Foi vogal na Junta de Freguesia do Barreiro, com o pelouro da educação, cultura e juventude, assumiu a presidência da Junta de Freguesia do Alto Seixalinho entre 1986 e 1993 e ainda foi membro do Conselho Geral da Associação Nacsional de Freguesias e da Assembleia Distrital de Setúbal.

Iniciou-se no associativismo em Seiça, Ourém, mantendo - se ainda ligado ao Grupo Desportivo e Cultural de Seiça de que foi sócio fundador e de que é presidente da Mesa da Assembleia-geral.

No Barreiro a sua actividade iniciou-se na SIRB "Os Penicheiros" tendo integrado os órgãos sociais, actualmente é presidente da Mesa da Assembleia-geral do CDIR31 de Janeiro "Os Celtas" e é associado de cerca de uma dezena de colectividades.

Foi treinador de futebol de seniores, fez teatro no Grupo de Teatro António Aleixo e desempenhou cargos dirigentes em associações representativas do teatro de amadores como a Associação Regional de Santarém de Teatro de Amadores e a Associação Portuguesa de Teatro de Amadores.

Foi dirigente da Federação Portuguesa de Colectividades e Recreio, de Maio de 1996 a Março de 2004, sendo seu presidente de Abril de 2002 a Março de 2004; presidente da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, no triénio 2004 / 2007, actualmente é vice-presidente da Mesa do Congresso.

Assume actualmente na Confederação as responsabilidades de Gestor do Projecto Q3 – qualificar o 3º Sector e Coordenador do Centro de Documentação e Informação (CDI/MAP).

As colectividades de Cultura, Recreio e Desporto como parte integrante e significativa do 3º sector

Nos últimos anos temos apresentado, com as necessárias reservas, algumas ideias e dados sobre o designado Movimento Associativo Popular (MAP) fruto do conhecimento empírico, tendo o apoio de alguns estudos avulso, muito localizados e por área de actividade.

Estamos na presença de um estudo científico mais abrangente, dado ter em consideração todo o País e todo o tipo de associações envolvidas neste amplo domínio do Associativismo português, muito embora elaborado a partir de uma amostra que teve como base as associações filiadas, no início de 2007, na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

Apesar de algumas condicionantes, somos de opinião que as conclusões a que se chegou e reflectidas no trabalho em apreço, correspondem à realidade do nosso associativismo.

Desde logo verificamos que, de um modo geral, as mesmas vêem confirmar as teses defendidas anteriormente, permitindo-nos tão-somente "afinar" uma ou outra ideia e concretizar melhorar alguns dos mais importantes indicadores da nossa "família" associativa.

Neste pequeno comentário permitimo-nos sublinhar algumas ideias sobre as colectividades de cultura, recreio e desporto em Portugal:

- O associativismo, tal como o conhecemos hoje, tem a ver com a transformação social, e política, verificada com o advento do liberalismo, das ideias propagadas pela Revolução Francesa e pelo surgimento da Revolução Industrial, tendo sido as bandas de música (1722 - Banda de Música de Santiago de Riba-Ul; 1741 - Banda Musical de Figueiredo (Arouca) 1765 - Banda Musical do Pontido (Vila Pouca de Aguiar) 1770 - Sociedade Artística Musical Fafense «Banda de Golães» (Fafe) 1771 - Sociedade Filarmónica de Mões (Castro Daire) 1782 - Banda Musical de Oliveira (Barcelos) 1792 - Banda Musical de Monção e a "Sociedade dos Artistas Lisbonenses, 1838" e "O desenvolvimento da associação popular data em

Portugal de 1848", a par das associações mutualistas as primeiras formas associativas, conforme nos diz Costa Goodolphim, na obra de 1876, A ASSOCIAÇÃO Historia e Desenvolvimento das Associações Portuguezas:

"O operário, associando-se ao operário, tirando todas as semanas da sua féria uma pequena parcella, garante os recursos para os dias de doença, e por esta forma, sem vender, sem empenhar, sem os seus morrerem de fome, recupera a saúde no regaço da família. Eis a associação de socorros mútuos,…"

"O operário precisa ter uma associação sua, onde todos os sócios sejam seus companheiros, onde elle passe uma parte da noite, lendo ou estudando em livros ao alcance da sua intelligencia e do seu saber. Estas sociedades podem ser chamadas de instrucção popular ou de temperança."

- A longevidade desta forma de associativismo assenta sobretudo em dois vectores: os seus fundamentos e nos valores que transporta desde a sua origem, dos quais podemos destacar:

Fundamentos: Vontade de resolver colectivamente, necessidades culturais, recreativas, desportivas e sociais que, quer o Estado, quer individualmente, não é possível resolver; Vontade de livre e espontânea associação baseada na entre ajuda, fraternidade, solidariedade e participação; Expressão organizada de indivíduos que se designam por associados e que tenham os mesmos objectivos nos domínios acima enunciados; Dirigentes associativos voluntários e benévolos legitimados através de eleições democráticas e obrigados à prestação regular de contas.

Valores (na feliz formulação de José Malheiro): "(…)cada Associação de Cultura, Recreio e Desporto amador é uma instituição autónoma e independente (não se subordina a qualquer forma de poder político, religioso, económico ou outro), tem funcionamento democrático (igualdade de direitos e deveres, dirigentes eleitos e fiscalizados, poder soberano nas Assembleias de Sócios), não há qualquer fim lucrativo individual, a propriedade é social, prevalece o voluntariado. Não são negócio, mas ócio. São espaços onde se exercem e reclamam direitos: de reunião, de associação, à cultura, ao desporto, ao lazer, ao protesto, à indignação. A uma vida autenticamente humana, a uma vida verdadeiramente feliz.", ou seja: Solidariedade e Fraternidade; Liberdade, Democracia e Cidadania; Independência e Autonomia; Trabalho Voluntário e Benévolo, mas, também: Participação; Cooperação; Socialização; Trabalho Colectivo.

- Dado que o Associativismo é uma emanação da sociedade é óbvio que a evolução da mesma "obriga" a ajustamento e ao aparecimento de novas formas, foi o que aconteceu com o 25 de Abril de 1974, pelo que constatamos: Cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974, a par do substancial aumento do número de associações, mais dois factos se verificaram: as colectividades mais "clássicas" diversificaram em muito as suas actividades e por outro lado, emergiram ou reforçaram-se outros tipos de associativismo: de defesa (património, consumidores, à vítima, etc.); movimento de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; de pais e da família, pessoa com deficiência etc. Mais tarde, na década de oitenta do século XX: as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e ADL (Associações de Desenvolvimento Local).

- Como dissemos este nosso Associativismo teve o seu "berço" na Revolução Industrial, hoje estamos na Era da Informação e do Conhecimento pelo que é inevitável que coloquemos o nosso vasto património ao serviço da sociedade actual, tanto mais que ainda é nas associações que: Se pode exprimir a solidariedade; Se podem experimentar novas respostas, sendo importante factor de transformação e inovação social; Se pode elaborar e concretizar um projecto comum, de carácter colectivo e de raiz social; O trabalho voluntário e benévolo é estruturante da economia social; Se assume o exercício da democracia, conduzindo a uma efectiva cidadania; Se exprime a definição de identidade local e expressão cultural.

- Para que, nós, dirigentes associativos voluntários e benévolos, possamos contribuir decisivamente para um novo paradigma do associativismo em Portugal, temos de ter a humildade de estar predispostos a aprender sempre, pelo que a formação individual e colectiva e a qualificação das nossas associações é "pedra de toque" para a evolução sustentada do Movimento Associativo Popular… é um desafio que se coloca.

- Apesar de todas as vicissitudes e da tão propalada "crise" por que passa a sociedade e por reflexo o próprio associativismo, importa realçar a importância, peso e força da nossa "família". Este estudo, propõem-se demonstrar o grau de importância do Associativismo Popular no contexto do 3º Sector em particular e da sociedade portuguesa em geral.

Dr. Francisco Barbosa da Costa

Presidente da Mesa
do Congresso
da Confederação

Nasceu, na Freguesia de Canelas, em 26 de Março de 1945.

É casado com uma professora aposentada do ensino básico, é pai de três filhos e avô de seis netos.

Formou-se na Escola do Magistério Primário do Porto, aos 18 anos de idade, tendo exercido as funções de professor do ensino primário durante 10 anos, tendo sido director de escola.

Enquanto trabalhava, obteve a licenciatura em História e o mestrado em História Moderna, na Universidade do Porto.

Foi professor do ensino secundário, em várias escolas da região, tendo exercido as funções de encarregado de direcção da Escola Secundária de Carvalhos, onde orientou o estágio pedagógico.

Foi professor de uma Escola Superior de Educação. Está actualmente aposentado das suas funções docentes.

É autor de cerca de 30 livros sobre História Local, Antropologia e Educação, nomeadamente, 17 monografias de freguesias do Concelho.

Foi militante e dirigente local e diocesano da Acção Católica (JOC), membro do Conselho Diocesano de Leigos e da Comissão Diocesana dos Ministérios Laicais.

Foi Vice-Presidente do Centro Paroquial de Canelas e integra o Conselho Económico desta Paróquia.

Exerce ainda as funções de Presidente da Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Recreio, Cultura e Desporto, Presidente da Assembleia-Geral da Federação das Associações de Sangue – FAS Portugal e da Associação das Colectividades de Vila Nova de Gaia e da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel.

É também Director do Boletim da Associação Cultural "Amigos de Gaia".

Exerceu as funções de Deputado Nacional, em três mandatos.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, durante 28 anos, tendo sido responsável, entre outros, dos Pelouros da Educação, Cultura, Habitação, Protecção Civil, Saúde e Acção Social.

Associativismo de Ontem, de Hoje e de Sempre

Pela sua própria natureza, o Homem tem necessidade vital de se relacionar com o outro, de criar laços de cooperação e de entreajuda, de desenvolver projectos comunitários, de trocar experiências, de viver e de conviver com as pessoas que vivem junto de si ou nas suas proximidades.

Sempre assim foi e sempre assim será. Se sabemos como foi no passado e ainda é no presente, só não sabemos como será no futuro. Mas, se desconhecemos o modo de relacionamento no futuro, temos contudo a certeza de que, nos tempos futuros, haverá relações associativas.

Na verdade, o Homem só não se basta a si mesmo, por mais poderosos que sejam os seus meios, por maiores que sejam os seus os seus proventos materiais. É incontestável que o Homem sucumbe, se for remetido à condição de "ilha".

Desde a família nuclear, passando pela família alargada, pelo clã e pela tribo, dos tempos mais remotos ou dos primitivos actuais, o instinto de sobrevivência sempre obrigou o Homem à criação ou recriação de laços comunitários e a estruturas associativas, da mais diversa índole.

Desde as confrarias, misericórdias, hansas e guildas dos tempos medievais e modernos, de pendor religioso e social, ou de características profissionais, a sociedade foi encontrando formas novas e renovadas de resposta às necessidades emergentes.

O nosso país, como muitos outros, tem sido um alfobre riquíssimo de respostas adequadas aos desafios do tempo.

Se, noutros tempos, tudo gravitava à volta das instituições religiosas, que respondiam como podiam e sabiam aos problemas das populações, quase sempre bem e tempestivamente, quando outros ventos abriram caminhos novos, no pensamento e na cultura subsequente, começaram a eclodir novas soluções para as aspirações da sociedade.

Estão, neste contexto, outras associações confessionais, associações cívicas e patrióticas, centros republicanos e democráticos, as associações de socorros mútuos, os sindicatos, as caixas de crédito e de consumo,

as cooperativas populares de consumo, de ensino e de outras valências, que juntaram vontades e recursos para minimizar as limitações materiais, culturais e educativas das comunidades.

A segunda metade do século dezanove serviu também de cenário ao aparecimento de instituições de vocação musical, como bandas e tunas, de grupos de teatro amador, de centros de instrução, de associações de recreio, de desporto e de cultura, que acumulavam, muitas vezes, a sua vocação específica com uma forte e empenhada componente beneficente.

Este caldo sócio-cultural foi o espaço privilegiado para o surgimento da maioria das instituições associativas criadas, desde então, até hoje, no nosso País.

Vieram, entretanto, as associações humanitárias de bombeiros, as sociedades columbófilas, os ranchos folclóricos, os grupos excursionistas, as associações de agricultores.

Nos tempos mais próximos, porque as necessidades eram outras, houve lugar ao aparecimento de instituições de natureza diversa.

Foi o tempo das associações de moradores, de associações de defesa do património, da natureza e do ambiente, associações de utentes, de caça e de pesca, de associações científicas e de investigação, de associações juvenis, de associações de pais, de dadores benévolos de sangue, associações de relações internacionais, que recentemente criadas, já se firmaram solidamente no universo social em que se inscreve e para o qual se dirigem.

Se todos temos consciência da incapacidade de prever o tipo de instituições que o futuro exigirá, ponto é que, não duvidamos que haverá, com toda a certeza, novas respostas, com imprevisíveis designações, com ou sem espaço físico semelhante ao das actuais instalações, mas que terão, certamente, o Homem como sua preocupação e destino.

De facto, para suprir os dolorosos efeitos da solidão, para superar as debilidades de conhecimento, para preencher os tempos de ócio e de vazio, para partilhar bens materiais e espirituais, para criar e recriar laços comunitários e solidários, para acolher os que vêm, de longe ou de perto, para animar os que foram invadidos pela descrença e pelo desânimo, pelos que sofrem a angústia do desemprego, com todo o seu penoso cortejo de angústias e de desesperos, é cada vez mais urgente continuar a criar ou a renovar os espaços humanos de resposta aos problemas do Homem e da Sociedade.

E, por mais que alguém tente menosprezar o papel do movimento associativo, nunca o conseguirá porque a força indomável do voluntariado e benevolato tudo ultrapassará e vencerá.

Este trabalho de recolha, de pesquisa, de análise e de síntese, que ora se apresenta, reflecte a dimensão gigantesca deste tecido social, sem o qual o País mais se depauperaria, com todo o cortejo de prejuízos que acarretaria.

Envolvido, de corpo inteiro, neste amplo movimento social, devo confessar que o movimento associativo tem sido uma das maiores e mais eficazes escolas da minha vida, desde a minha juventude, na JOC (Juventude Operária Católica), passando pela Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da minha aldeia, até aos diversos cargos de direcção que tenho exercido, a nível local, concelhio, distrital e nacional.

Este é o meu tributo pela riqueza que adquiri, neste notável espaço de aprendizagem e de partilha.

Se o passado é brilhante, se o presente é ainda mais rico, o futuro só os pode superar.

Assim nós queiramos, assim nos deixem continuar a servir as comunidades, através dos talentos de que somos dotados.

Esta é a minha esperança, a minha certeza!

Dr. Duarte Nuno Caldeira

Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses

57 anos
Gestor
Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, desde 2000, e dirigente desta Confederação desde 1994.
Dirigente associativo numa Associação Humanitária de Bombeiros, desde 1983.
Dirigente cooperativo de 1976 a 1982.

Fórum Nacional do Associativismo mais participação e intervenção

Ao dados parciais que nos foram remetidos, relativos ao Inquérito às Colectividades promovido em 2007 pela Confederação das Colectividades de Cultura e Recreio e Desporto, confirmam algumas importantes evidências:

1 – O Associativismo Popular constitui, no seu conjunto, a mais vasta rede de intervenção cívica de que Portugal dispõe, nas diversas vertentes em que esta intervenção se realiza, em especial nos domínios cultural, desportivo e recreativo.

2 – A importância social do Associativismo Popular não tem o devido reconhecimento da parte dos poderes públicos, nomeadamente quanto às politicas de apoio para a construção de infraestruturas e aquisição de equipamentos.

3 – Não existem mecanismos adequados de incentivo ao dirigismo associativo popular, nomeadamente um Estatuto Social do Dirigente, que alargue o recrutamento e permita a necessária renovação das lideranças nas colectividades.

4 – Constata-se a falta de oferta de programas de formação adequados às necessidades de qualificação de recursos humanos destas estruturas.

5 – Existe um défice de comunicação das colectividades com os seus públicos interno (associados, atletas, colaboradores e demais intervenientes internos) e externo (população em geral).

A sociedade entendida como espaço de interacção entre os indivíduos, é um espaço de instituições e estruturas formais, em torno das quais se organizam esses indivíduos.

As colectividades são instrumentos de agregação de motivações e vontades. Mas o seu desenvolvimento futuro está intimamente ligado à capacidade delas manterem vivos e actuantes alguns princípios essenciais, a saber:

Controle democrático dos associados – As colectividades são organizações democráticas controladas pelos seus associados, os quais devem participar activamente na definição nos seus objectivos e projectos e nas tomadas de decisões, através do funcionamento efectivo e regular dos órgãos sociais.

Autonomia e independência – As colectividades são organizações autónomas, controladas pelos seus membros e dirigidas pelos associados eleitos para o desempenho de cargos, estatutariamente previstos. Os apoios que recebem dos poderes públicos devem ser entendidos como contrapartidas pelo desempenho de missões de interesse público, sem que isto signifique qualquer subordinação das colectividades àqueles poderes.

Ligação com a comunidade – As colectividades enquanto estruturas de proximidade, embora sejam dirigidas e controladas pelos seus associados, devem abrir-se a toda a comunidade em que se inserem no âmbito das suas actividades ou dos serviços que prestam.

A natureza local das colectividades, as suas motivações, a sua genética vocação de intervenção comunitária, a sua capacidade de multiplicar recursos e o seu enorme património histórico, fazem delas um instrumento fundamental de humanização da sociedade e de construção de uma verdadeira coesão social.

São muitos os desafios que se colocam ao Associativismo Popular. Mas estes desafios só serão justamente vencidos mantendo intactos os valores e a identidade deste movimento social, sem que tal signifique recusa da modernidade, consubstanciada no recurso a novas tecnologias, novos modelos organizativos e mais e melhor comunicação.

Desafio igualmente é a edificação de uma estratégia reivindicativa de proposta, consistente e realista, dirigida aos poderes públicos, exigindo destes o reconhecimento do papel desempenhado pelas colectividades e o direito destas aos apoios daqueles.

Para reforço da capacidade reivindicativa do Associativismo Popular proponho a criação de um Fórum Nacional do Associativismo, integrado por representantes de Confederações e personalidades relevantes da sociedade portuguesa, capazes de assumir o papel de uma força de pressão, em defesa do Associativismo e do seu desenvolvimento integrado.

“ Sem Dirigentes Associativos
Voluntários
não há Associativismo Popular”

Professor Doutor José Ornelas

Director da Licenciatura
em Desenvolvimento Comunitário no ISPA

José Ornelas é professor associado no ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada desde 1987.

Doutorou-se em Psychology and Human Services na Boston University, nos USA em 1984. Em 1999 completa o segundo doutoramento na Universidade do Porto.

É também fundador, em 1988, da Sociedade. Portuguesa de Psicologia Comunitária.

Foi o primeiro presidente eleito da associação Europeia de Psicologia Comunitária entre 2005 a 2007.

Em 2006, integra a Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental.

No ISPA, é director da Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e do Mestrado e Doutoramento em Psicologia Comunitária.

Parecer sobre o Inquérito às Colectividades

O parecer solicitado pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto incide sobre duas áreas fundamentais, uma análise e reflexão crítica sobre os dados apresentados e um conjunto de propostas para aprofundamento em estudos futuros.

A distribuição do total de dirigentes associativos por género que assume uma variabilidade de 83,9% de homens para 16, 1% de mulheres é surpreendente e a explicação mais detalhada deste fenómeno seria pertinente, pois esta não é uma distribuição consistente com os índices de participação das mulheres em todas as áreas sociais e políticas.

Acresce a este fenómeno os índices significativamente mais baixos de jovens – até aos 29 anos – com um valor acumulado de 16,9 %, bem como as pessoas com o ensino superior com 16,9 %. Nestes domínios importa reflectir e aprofundar as razões pelas quais as colectividades de cultura, recreio e desporto não se constituem como elementos apelativos daparticipação social destas faixas etárias, fenómeno que não é apenas observável nos dirigentes, mas também se reflecte proporcionalmente nos associados.

Constata-se, com interesse que 99,2% dos dirigentes associativos assumem posições de responsabilidade sem remunerações, o que realça um sentido de orientação para a participação voluntária em prol da comunidade.

No entanto, seria relevante promover um debate e uma reflexão conjunta em torno do ponto 11. que diz respeito às acções concretas desenvolvidas em prol da comunidade, quando se aborda a distribuição das colectividades por tipo de instalações disponíveis para actividades.

Neste âmbito, as valências como Sala de Convívio ou Bar assumem percentagens da ordem dos 73,1 e 71,2 % respectivamente, seguidas de percentagens na ordem dos 44, 2 e 40, 4% para salões de festa e jogos que, quando comparadas com a exiguidade dos números relacionados com Ginásios (5,8%), Pavilhões Polivalentes (21,2%) ou Salas de Leitura (13,5%), são demonstrativas do menor índice de prioridade conferido a

actividades promotoras de estilos de vida saudáveis e consistentes com os objectos sociais relacionados com a cultura e o desporto.

Nota-se como factor positivo e revelador de um potencial de mudança o ponto 28. sobre as necessidades de formação identificadas como a liderança e gestão de equipas, técnicas de comunicação, cultura e intervenção associativa e planeamento de actividades, pois parece ser revelador de um interesse na melhoria da eficácia organizacional, que normalmente surge associado à necessidade de mudança e de promoção do desenvolvimento das comunidades em que estas entidades estão inseridas.

Da leitura global deste estudo sugere-se que a mudança e o desenvolvimento organizacional passariam pelo maior envolvimento e participação activa dos jovens, tanto no desempenho de papéis dirigentes como associados.

No que concerne a questão do género, considera-se fundamental o envolvimento ao nível dos órgãos dirigentes das mulheres em todas as faixas etárias e para que isso aconteça é necessário criar um conjunto de recursos promotores e facilitadores da sua presença e participação activa, como por exemplo serviços de apoio para crianças, contextos e actividades onde se possam sentir seguras e com os quais se identifiquem.

Considera-se crucial que se reflicta em torno de estratégias e métodos para que as colectividades enquadrem a sua actividade específica nas necessidades sociais da comunidade onde estão inseridas, podendo desempenhar um papel muito mais relevante ao nível da prevenção e promoção de uma comunidade mais saudável.

Quanto às propostas de aprofundamento em estudos futuros, sugere-se que para complementar e compreender de forma mais exaustiva os resultados observados no presente estudo, a utilização de abordagens multi-método que combinassem estes dados estatísticos com dados qualitativos obtidos através de focus-groups com dirigentes associativos e entrevistas individualizadas com intervenientes-chave no movimento associativo das colectividades.

" A nobreza do acto voluntário
exercido nas Colectividades
dá lugar a uma paixão
que se traduz em Voluntariado
de Longa Duração"

D. Manuel da Silva Martins

Bispo Resignatário e Emérito de Setúbal

D. Manuel da Silva Martins nasceu em Leça do Balio, concelho de Matosinhos, em 20 de Janeiro de 1927. Fez os seus estudos nos Seminários do Porto e na Universidade Gregoriana, em Roma. Começou a sua actividade como professor de Direito Canónico no Seminário maior do Porto, de que foi Vice-reitor.

De 1960 a 1969 (durante o exílio de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto) foi pároco de Cedofeita. Para além de uma actividade pastoral intensa, aí promoveu a construção de nova igreja (completada pelo seu sucessor) e a "Arca de Noé", para fins sociais e culturais. Recuperou ainda para o património paroquial a Creche de Cedofeita.

Em 1969, quando D. António regressou do exílio, foi nomeado Vigário-Geral da diocese. Em 1975, foi nomeado o 1º Bispo da diocese de Setúbal.

Tem sido notável, como reconhecem crentes e não crentes, a sua acção dinâmica em todas as vertentes, mas sobretudo na defesa aberta e persistente dos mais carecidos, quer em Portugal, quer em África.

Várias autarquias o nomearam "cidadão honorário", condecorando-o com medalhas de mérito e dando o seu nome, em Setúbal, a uma Escola Secundária e ao Pólo-Sul da Universidade Moderna. É Doutor "honoris causa", pela Universidade Lusíada.

Foi Presidente da Comissão Episcopal da Acção Social e Caritativa durante dois mandatos e é o Presidente da Comissão Episcopal das Migrações e Turismo, também por dois mandatos, cargos que o levaram em missão pastoral a muitos países.

Foi também Presidente da Secção Portuguesa da Pax Christi e é actualmente Presidente da Fundação SPES. Tem prestigiado extraordinariamente a Igreja, como referência atenta e arejada em relação aos problemas deste novo mundo, intervindo com desassombro em conferências, entrevistas e comentários na Televisão, na Rádio e na Imprensa Escrita.

Foi dispensado da Diocese de Setúbal a seu instante pedido, em Abril de 1998. Continuando a percorrer o País em intervenções na área do social.

Globalização e Associativismo

É difícil adivinhar para onde vamos. A globalização, com os ingredientes que a motivam e estruturam deixa-nos ao mesmo tempo espantados e estarrecidos com o que pode estar para vir. Lembro a título de exemplo as conquistas inimagináveis da técnica que podem tornar o homem de senhor em escravo, a explosão demográfica com problemas imensos na área do trabalho e da segurança social, a filosofia implantada do lucro que dá lugar a grandes riquezas, quantas vezes feitas de sangue alheio, as portas abertas pela informática, que tornam o homem presente em todo o mundo e todo o mundo presente em cada homem.

Estes desdobramentos sociais fazem nascer em mim a imagem de uma humanidade desumanizada (!), de um homem sem capacidades para o ser. Se calhar, estou a ser pessimista, mas sei que muita gente pensa como eu. O entusiasmo do acontecimento Obama não terá nada a ver com isto?

A que propósito andarei eu por este discurso? – É que, mais que nunca, se impõe a humanização da vida, que pode passar, e muito, pelo ASSOCIATIVISMO. A associação é tão velha como o homem e será até por isso que chamamos ao homem um animal social... Mas há ocasiões e espaços em que ela se torna mesmo necessária. Vivemos agora essa ocasião, Portugal tornou-se agora esse espaço. Nem preciso apresentar razões que nos entram pelos olhos dentro.

Surpreendo-me muitas vezes, tendo em conta o bem que são estas associações e os benefícios que trazem à sociedade, que nelas residem, a pensar que temos valentes motivos para alimentarmos esperança num mundo melhor. Era o bom Papa João XXIII que, secundado por João Paulo II, nos dizia que não estamos num mundo desgraçado, mas na madrugada de um mundo novo.

Quantas Associações temos em Portugal ao serviço do crescimento da pessoa, sobretudo mais jovem? Quantos voluntários temos em Portugal ao serviço feliz de tais Associações?

Os países não podem avançar sem a participação activa, conscientemente activa, da sociedade civil. Mas a sociedade civil não acorda, não se

mexe, sem Associações. Julgo não estar a exagerar. O Associativismo é mola de progresso numa sociedade e muito mal irá o Poder politico que o ignore, que não o incentive, que não o proteja.

Com esta simplicidade, apresento-me e sinto-me feliz com a "multidão" de Colectividades - de Associações que existem no meu país e que são seguramente sinal de vida, de esperança, de construção.

" Ao olharmos o Associativismo
Popular e tudo o que ele representa
sentimos que somos um povo
mais solidário, mais culto e mais feliz"

Dr.ª Maria das Dores Meira

Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

Nascida em Lisboa a 13 de Setembro de 1956

Licenciada em Direito/Advogada

Pós-graduada em Direito da Propriedade Industrial

Presidente da APRESA- Associação de Pequenos Empresários da Região de Setúbal

Desde 1997 – Exercício de Advocacia

Desde 1986 – Mandatária Comunitária da OHMI

Desde 1985 – Agente oficial da Propriedade Industrial – INPI

Desde 1980 – Mandatária autorizada do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Desde 1980 – Empresária e fundadora das empresas Tecnimarca, Lda, MPI. Lda e Criativus, Lda

Participou ainda em Seminários e deu Formação em Mediação de Seguros, na área da qualidade, o na área da publicidade e marketing;

Na área da Propriedade Industrial participou em Portugal, Espanha, República Checa, Alemanha e França.

Desde 7 de Setembro de 2006 – Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

De 2002 a 6 de Setembro de 2006 – Vereadora da Câmara Municipal de Setúbal, com os pelouros da Cultura, educação, desporto e Inclusão Social

1980/1986 – Membro da Comissão Coordenadora Nacional dos Pioneiros de Portugal e do seu Executivo.

1977/1985 – Membro da Comissão Regional dos Pioneiros de Portugal

1974/1980 – Monitora da organização dos Pioneiros de Portugal

1976/1979 – Monitora de alfabetização

1974 – Membro da Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade (1º mandato)

1974/1979 – Membro de uma Comissão de Moradores no Concelho de Almada

O movimento associativo um passado para o futuro

A partir da notável estrutura do movimento associativo setubalense, enquanto Autarca, e na medida em que de há muito estou particularmente interessada na rica variedade de propostas culturais e recreativas oferecidas pelas incontáveis colectividades activas por todo o país, permito-me, nas linhas que seguem, reflectir brevemente, com os leitores, acerca do valor imenso que representa o movimento associativo na sua globalidade plural.

É a Natureza que nos dá, na sua imensa diversidade, bastos exemplos de como o impulso gregário preside às mais diversas situações. Associar-se, cooperar é, de facto, a melhor estratégia. O Homem cedo o compreendeu e, a partir dessa compreensão, tão básico princípio ganha sentidos sociais, culturais e cívicos.

Falando ainda do passado e referindo-me, em concreto, à realidade local – a que melhor conheço -, recordo apenas a ancestral existência em Setúbal de algumas antigas confrarias de mareantes; lembro algumas irmandades… Estas, potenciando aquele primevo impulso deram satisfação a necessidades elementares pela entreajuda e auxílio na faina diária, na doença, na morte…

Não posso deixar ainda de referir, mesmo que de passagem, a grande "explosão" associativista ocorrida após meados do século XIX, a qual assumiu as formas mutualista, de classe, cooperativa, sindical. Também neste contexto as gentes locais, à semelhança do que acontecia em todo o país, se organizaram para cumprir objectivos emergentes, dos quais resultaram inúmeras colectividades de cultura e recreio de carácter popular, ou mais elitista, algumas das quais honram ainda o panorama associativo local e regional, prestando à comunidade inúmeros e fundamentais benefícios.

Cumpre, mais, referir a revitalização dos princípios associativos operada após a Revolução de Abril de 1974. Então, homens e mulheres (que participam decidida e massivamente neste movimento) organizam-se, associam-se, prosseguindo fins comuns, fossem eles de carácter social, económico, cultural ou político. Os direitos de associação durante décadas

sequestrados traduziram-se, após aquela memorável data, numa miríade de expressões associativas. Algumas delas terão soçobrado. Muitas outras, porém, resistiram e mantêm-se activas (associações culturais, recreativas, sindicais, cooperativas…).

De entre as diversas funções que cumprem às nossas colectividades, aos nossos clubes desportivos, às associações culturais… sobressai um incontestável e importante papel, qual é o de transmitir e solidificar valores que formam integralmente os indivíduos, capacitando-os para a sã (con)vivência em sociedade.

Tais valores, como sabemos de um saber antigo de experiências feito, a que apenas aludi, facilitam e promovem, igualmente, indispensáveis formas de contornar o individualismo fácil e de garantir os benefícios que decorrem da partilha em sociedade das justas aspirações das comunidades.

Mediante a participação nas bandas filarmónicas, nos agrupamentos corais, nas equipas desportivas em várias modalidades, nas associações de cariz cultural, assim como nas de índole cívica e política, o cidadão adquire e desenvolve um sentimento de responsabilidade que o une ao seu semelhante e que, por esta via, o torna solidário.

Desempenha, ainda, o movimento associativo um inestimável papel junto do Poder Democrático Autárquico, quer quando com este intimamente colabora, quer quando o motiva às mais arrojadas e diversas acções e realizações, quer, mesmo, quando o critica e lhe aponta alternativas válidas de actuação.

Por contrapartida, cumpre aos cidadãos e, em particular, aos poderes autárquicos, que os representam, não deixar esmorecer o ímpeto associativo, não deixar morrer tão incontornável e vigoroso elemento de sociabilidade para que, efectivamente, continue ele a afirmar-se, na sua essencialidade, como uma estrutura de notável Passado rumo a um promissor Futuro. A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto desempenha neste processo, todos os sabemos, um inestimável papel, congregando esforços, promovendo a partilha de experiências, apoiando as diversas colectividades, formando novas gerações de dirigentes associativos.

É isto que julgamos dever ser o reinventar da Tradição, pois, como afirmou Raul Proença: “O que há de vivo na tradição não é no passado, mas no presente que existe”.

" O Estado está para a Nação
assim como o Associativismo
está para a Sociedade"

Professor Doutor Raul Iturra

Catedrático

Basco pelo pai, sevilhano pela mãe, nasceu no Chile e educou-se na Grã-Bretanha, até atingir o grau de Doutor.

Chegou a Portugal, convidado a dar conferências durante dois meses, em 1981, vindo da Universidade de Cambridge.

Ao visitar o ISCTE, reparou que não existia grau superior à Licenciatura. Os dois meses, vão-se prolongando e Raul Iturra vai ficando, como Professor Catedrático com Agregação, até aos dias de hoje.

Foi um dos fundadores do Departamento de Antropologia do ISCTE.

O seu trabalho de campo está centrado em Vila Ruiva, Beira Alta, Portugal, bem como em Vilatuxe, Pontevedra, Galiza, e entre os Picunche de Pencahue, Talca, no Chile.

Tornou a adquirir cidadania chilena em 1994, depois de, em 1973, durante uma visita ao Chile de Allende, se ter visto, após o golpe de Estado, num campo de concentração, de onde só saiu pela mão de Jack Goody, o seu Mestre na Universidade de Cambridge.

Colectividades

Há várias formas de entender o que é uma colectividade. Há mais simples e directa, é ir ao dicionário. E ao dicionário me enderecei.[1] Mas, ao falar de colectividade, de imediato aparece o que é colectivo. Donde, colectivo é preciso de ser definido[2]. Estas definições são apenas uma ilusão. Tenho batalhado ao longo dos meus cumpridos anos para procurar colectivizar o mais importante da vida, a propriedade privada, conceito atacado por Karl Marx, especialmente no seu livro de três volumes, denominado *Das Kapital*[3], e não tem sido possível. Colectivizar a propriedade privada, é um risco que o denominado produção capitalista, não permite, esse modo de produzir em que dinheiro faz dinheiro. Especialmente nos dias de hoje, dias do neoliberalismo, ou um Adam Smith trazido pela mão de Milton Friedman, no seu texto de 1962[4].

Por causa de impossibilidade de colectivizar os meios de produção, aparece um texto que diz[5] as palavras escritas na nota de rodapé, palavras

---

1 Qualidade do que é colectivo; sociedade; comunidade, em: http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx

2 Do Lat. *Collectivu* adj., que abrange muitas coisas ou pessoas; que pertence a várias pessoas; Gram, Diz-se dos substantivos que, no singular, exprimem um conjunto de seres da mesma espécie. Em: http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx

3 Marx, Das Kapital ou, em português, O Capital, texto resultado de uma investigação de vinte anos na Biblioteca do Museu Britânico de Londres, textos completos para ler em: http://www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/karl_marx.html , o primeiro volume trata de colectivizar, em 1867, desenvolvimento do que tinha escrito em 1848 com Engels ou *Le manifeste de communards,* traduzido em 1905 pelo discípulo de Durkheim e Mauss, Vladimir Lenine, como *O manifesto Comunista* de 1848.

4 Em formato de papel, 1962, University of Chicago, Press, Chicago e Londres. Há comentários e excertos do texto em: http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&q=Milton+Friedman+Capitalism+and+Freedom&btnG=Pesquisa+do+Google&meta= Há versão portuguesa pela Editora Arte Nova , 172 páginas, denominado *Capitalismo e Liberdade*. O título define o conteúdo, em: http://www.estantevirtual.com.br/mod_perl/info.cgi?livro=17005084

5 **A má consciência.** A história repete-se primeiro como tragédia e depois como farsa (Karl Marx).·Salários em atraso, infelizmente, não existem apenas no futebol e no Estrela da Amadora. Mas por razões de especial mediatização do futebol e pelos níveis de alguns salários praticados o problema atinge uma dimensão pública distinta dos trabalhadores das muitas centenas de empresas e unidades comerciais que não pagam aos seus trabalhadores. Ou se vêem na contingência de pura e simplesmente encerrar a produção e despedir as pessoas Em texto de 3 de Dezembro de 2008, que pode ser lido em: http://colectividadedesportiva.blogspot.com/2008/12/m-conscincia.html

de consolo para um grupo social que apenas pode ser colectivizado como forma de entretenimento, ou desviar o ver e ouvir para outros tipo de actividades. Émile Durkheim costumava analisar a realidade social como uma forma de solidariedade no seu texto de 1893, *A Divisão do Trabalho Social*[6] Este livro define duas maneira de agir em sociedade: uma, de forma espontânea ou solidariedade mecânica; outra, da forma regulamentada pela lei ou solidariedade orgânica.[7] .

Donde, é possível definir as colectividades desportivas, ou de música ou dança, ou, ainda, de aulas de instrumentos musicais, 1800 em Portugal, referido a mim pelo Presidente Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, ou meu antigo discente Augusto Flor, da Universidade Lusófona, definir, dizia eu, como um olhar para o outro lado para não reparar nos latrocínios do lado direito do ombro – as minhas palavras, não as de Augusto Flor.

As colectividades desportivas é a forma e estrutura de distrair aos seres humanos que, por falta de meios, não conseguem viajar, andar de avião, ir de ferias quando melhor entenderem, ou, simplesmente, passear. As colectividades assim referidas, têm uma grande virtualidade: não apenas ensinar e desenvolver actividades que treinam o corpo para uma vida sã, bem como criam uma união de camaradagem que não era possível desenvolver em outras em outras actividades. Nas colectividades, as pessoas trocam saberes, habilidades, entretenimento e, o mais importante, comportamentos de amizade e camaradagem.

Podíamos pensar que os nossos clubes mais importantes de Portugal, como o Benfica e o Sporting, sem esquecer aos do Porto, nasceram de aficionados ao exercício do corpo, especialmente pernas, tronco e, o mais interessante, a calcular. Jogar a bola é quase um exercício aritmético, sem concorrência para lucrar, muito embora os clubes referidos tenham passado a ser, por causa do neoliberalismo, entidades de capital. O Benfica tem até um canal próprio para transmitir os seus jogos, sitiado dentro de uma nova empresa televisiva. O Sporting, faz troca de comércio ao vender a clubes estrangeiros, os seus melhores jogadores. Clubes, antigamente colectividades, de lucro, de moeda faz moeda, de concorrência com outros neoliberais de países dentro dos quais domina com grande intensidade, as formas de produção comerciais.

---

6 Texto que pode ser lido em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/division_du_travail/division_travail.html

7 Para aceder mais rapidamente às definições do fundador da ciência do socialismo ou Sociologia, pode baixar o texto de Hélder Costa Pereira, sem data: Durkheim: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, em: http://docentes.esgs.pt/csh/PSI/docs/se_A12.pdf

A nossa grande sorte é procurar dentro dos bairros, freguesias, vilas, aldeias, pessoas que apenas querem-se distrair, descansar as suas férias e concorrer entre eles sem passar o dinheiro que cria dinheiro, nas suas competições: são grátis, como o antigamente Coliseu Romano dos primeiros Séculos da nossa era, ou os circos, empresas para distrair às crianças pelo pagamento de um preço.

As colectividades têm uma frase, base das suas actividades, frase que define as suas actividades, é-me impossível não reproduzir: *Sem Associativismo, não há Cultura, Recreio e Desporto em Portugal*[8] As actividades Associativas das colectividades vão desde as Artes Marciais, Artes Visuais, passam pelas Bibliotecas, Campismo, Cinema, Colóquios, Danças Clássicas, de Salão, Excursões, Grupo de Teatro, Grupo de Música, Literatura e várias outras actividades recenseadas na página web, que cito em nota de rodapé[9]. Deve ser notado dentro das 18.000 colectividades, todas têm a sua especialização, referidas na página web citada antes.

No Fórum Agita, foram comemorados os 88 anos da Confederação de Colectividades Associativas, e o Presidente Endereçou um discurso, para aprofundar mãos a ideias de Associativismo, possível de ler em[10] a ligação citada em nota de rodapé.

O que me leva a pensar ser preciso definir o que é associativismo, palavra não existente no dicionário, mas definida pelos interessados, de tal maneira interessante, que devo incluir uma parte no texto central: "*O associativismo, nas suas múltiplas expressões, e em especial as colectividades de cultura, desporto e recreio, constituem uma poderosa realidade social e cultural. Para muitas centenas de milhares de portugueses, o associativismo constitui a única forma de acesso a actividades desportivas, culturais, recreativas, ou de acção social. Para além disso, é através do exercício do direito de associação por muitos cidadãos que são asseguradas formas de participação cívica da maior relevância."* A definição continua, mas passo a ligação ao texto completo para nota de rodapé[11].

Para Émile **Durkheim, a sociedade não é somente** a **soma ou** a **justaposição de indivíduos. A sociedade é resultado da união** de

8 Retirado de: *www.**confederacao**das**colectividades**.com/*

9 http://www.confederacaodascolectividades.com/

10 http://www.confederacaodascolectividades.com/noticias_detalhe.asp?id=80

11 http://www.cm-odemira.pt/PT/VIVER/ASSOCIATIVISMO/Paginas/default.aspx

Natureza e Cultura, como conceitos, A associação é um **produto** culturais e acolhe ao indivíduo dentro da parte cultural denominada sociedade.[12]

A ideia ou conceito de anomia, passa a ser central para a instituição social. A coesão ou o colectivismo social, a instituição social, são as defensoras do indivíduo, essa instituição social que não consegue viver isolado, sem regras e sem métodos. Eis a importância das colectividades não apenas para a distracção, bem como para manter a sociedade coesa. Razão tinha no seu discurso e na sua pesquisa sobre Colectividades, o seu Presidente Augusto Flor. Deve lembrar que o colectivismo social é parte natural da cultura de toda sociedade, seja ocidental, ou de outros sítios do mundo, como na Melanésia, entre os Picunche da Cordilheira de los Andes, falências do Chile, ou os Maconde de Moçambique, os Barasana da Amazónia Brasileira, ou os Ba-Thonga de Moçambique, Mende das Guiné ou os Handa de Angola, todos estudados por nós e a nossa equipe de Antropólogos.

12 *Se tudo na sociedade está interligado, qualquer alteração afecta toda a sociedade, o que quer dizer que se algo não vai bem em algum sector da sociedade, toda ela sentirá o efeito. Partindo deste raciocínio ele desenvolve dois dos seus principais conceitos: Instituição social e Anomia.*, e define o conceito assim: *A **anomia** é um estado de falta de objectivos e perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno. A partir do surgimento do Capitalismo, e da tomada da Razão, como forma de explicar o mundo, há um brusco rompimento com valores tradicionais, fortemente ligados à concepção religiosa.*, retirado do seu texto O Suicídio, 1897, Paris, Felix Alcan, texto para ler em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/suicide/suicide.html

" As Ciências Sociais estiveram sempre presentes na prática associativa. Só precisamos de as **apresentar** *àqueles que julgavam ser apenas empíricos"*

Doutor Sérgio Ribeiro

Animador Cultural e Dirigente Associativo

Reside em Zambujal – Ourém, sendo Animador Cultural e Dirigente Associativo do Juventude Ouriense desde 2005, onde desempenha o cargo de Presidente da Direcção.

É Licenciado em Economia (1958) na Universidade Técnica de Lisboa

Doutorou-se em Economia (1986) com a tese: "A planificação dos recursos humanos na estratégia de desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento", editada em 1987.

Foi eleito nas Assembleias Municipais da Amadora (1979) e de Ourém (1985, 1997 e 2005).

Foi Deputado à Assembleia da República (1986 e 1989).

Foi Deputado no Parlamento Europeu (1990-1999).

Desempenhou missões de cooperação e formação no âmbito das Nações Unidas – OIT/BIT, CNUCED – de 1976 a 1985 em: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Benin, Camarões, Suiça (Genéve), Itália (Milão).

Foi Docente contratado na Instituto Politécnico de Tomar de 2000 a 2004

Desenvolveu actividade como autor, editor e livreiro (Opinião-Lisboa, Opinião-Santarém, Som da Tinta -Ourém) e prefaciador de livros em várias editoras (Prelo, Seara Nova, Som da Tinta) de estudos em revistas e publicações científicas, de cultura e políticas, e de artigos de opinião em jornais.

Encontra-se reformado da função pública e de trabalhador por conta doutrem nas categorias de economista de empresa, de docente universitário (ISEG, Faculdade de Economia de Coimbra) e de Director-geral do Emprego e Assessor do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Foi fundador do Conselho Português para a Paz e a Cooperação

O associativismo neste tempo histórico – reflexões de um economista

Com o capitalismo, enquanto modo de produção em que a estrutura de relações sociais de produção se adequa ao desenvolvimento das forças produtivas, foi-se criando uma correspondente superstrutura, com uma componente ideológica que necessariamente acompanha e contribui para a formação social e a sua evolução.

A consciência social, a representação que cada um e todo o colectivo fazem do tempo e do modo como se está a viver, do processo histórico que até ao contemporâneo viver nos trouxe, das perspectivas de como será o futuro, não pode ser estática e, embora por vezes com grande atraso, até bloqueador, relativamente ao nível material, essa consciência social reflecte um equilíbrio dinâmico.

Os conceitos de ***trabalho*** e de ***economia*** estão entre os que mais perturbarão esse equilíbrio porque, baseando-se o modo de produção num aproveitamento da força de trabalho e alterando-se substancialmente a organização económica por o trabalho já cristalizado em meios de produção ter vindo a ganhar grande predominância, algumas vezes por saltos impressionantes, na composição orgânica do aparelho produtivo, com tendencial menor participação do trabalho vivo.

Muito do que começou apenas a ser feito pelo braço e pelo corpo do homem, passou a ser feito por aquilo a que esse braço recorreu como complemento e instrumento, cada vez mais sofisticado e menos aparentemente complemento da força de trabalhos, antes parecendo o contrário – que é o trabalho vivo que coadjuva o trabalho passado e transformado em instrumentos –, tendo na origem e em crescente função predominante a retenção do aprendido e a comunicação do conhecimento, no tempo e no espaço.

Em suma, com o impulso que deu aos instrumentos de produção, pela extraordinária facilitação das comunicações – no meio do século XIX não havia automóveis, nas primeiras décadas do século XX não havia aviões, só na última década do século XX apareceram auto-estradas da comunicação *internética* – pode dizer-se (e Marx e Engels disseram-no) que, com o capitalismo, *"a burguesia desempenhou na história um papel*

altamente revolucionário"[1]. E foi criando *"para si, um mundo à sua própria imagem"*[2].

Mas não de uma vez só, de um só golpe. Lentamente, ao longo dos anos.

Assim, ao longo dos anos, nalguns momentos dando saltos, nesse mundo criado à sua imagem, os conceitos de trabalho e de economia foram-se desligando de ideias anteriores ao capitalismo e obstaculizando a passagem a ideias que se pretendem de futuro.

Ideias anteriores foram-se abandonando ao despir-se *"da sua aparência sagrada todas as actividades até aqui veneráveis e consideradas com pia reverência (e transformando) o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados"*[3] pagos pelos possuidores dos meios de produção, e recusa-se a consagração de cada vez mais ***tempo livre do trabalho necessário***, ideias escoradas no facto (histórico) de grande parte do trabalho necessário à comunidade poder ser realizado pelos instrumentos criados pelos seres humanos ao longo do seu percurso histórico, conquistas da Humanidade, e impôs-se a ideologia do trabalho como a utilização da força trabalho como mercadoria e a economia como a "ciência" da reprodução do capital enquanto valor monetário.

Por outro lado, se as forças produtivas são hoje o que são, e amanhã o que serão, também as necessidades evoluem. Ontem, e quando se escreve ontem não se tem de recuar muitos anos, ninguém tinha necessidade de telemóveis, hoje parece que no berço já esta necessidade é sentida. E estas novas necessidades, de certo modo resultado da libertação (por vezes só aparente e à custa de endividamento e hipoteca do futuro) das necessidades elementares, vitais, de alimentação, habitação, vestuário, deslocação, confrontam a contradição de uma organização económica que desvaloriza o trabalho e a solidariedade, que apenas tem como critérios de mérito a reprodução e acumulação de capital monetário.

Citando ***Vivianne Forrestier***[4] *«será preciso "merecer" viver para ter direito à vida?»* e *«é "útil a vida que não dá lucro ao lucro?»*, há que responder que ideias e conceitos anteriores ao capitalismo resistem, embora adequadas aos novos tempos, que ideias e conceitos para um ***outro*** futuro germinam e fortalecem uma luta ideológica imprescindível e urgente.

---

1 - ***Manifesto***, K.Marx/F.Engels, edições avante!, 2004, Lisboa, pág. 38

2 - *idem*, pág. 40

3 - *idem*, pág. 39

4 - ***L'horreur économique***, Fayard, 1996.

Que tem esta introdução (?!) a ver com associativismo? Como é evidente, para mim claro, tem tudo!

Se há ideia e conceito a guardar do caminho dos seres humanos é o de animal social que somos, da solidariedade, do beneficiarmos, hoje e aqui, do que outras e outros construíram, antes e algures, para que fosse esta a nossa actualidade. Em "economês", fale-se de divisão do ***trabalho***, primeiro natural, biológica, depois comunitária, depois cidadã, depois nacional, depois internacional, agora… global, planetária, sempre ***social*** porque construída por/construindo o ser humano-animal social..

Solidariedade sempre, consciente, explícita ou implícita, com expressões adequadas ao estádio de desenvolvimento das forças produtivas – mutualismo, cooperativismo, associativismo –, sempre contraditada pelos interesses predominantes, egoístas, de classe, de monopólio ideológico, impondo ideologia de exclusão de outras ideias, o chamado pensamento único.

Esta ideologia correspondente ao modo de produção faz com que a representação da base material tenha expressões contabilísticas e estatísticas verdadeiramente falseadoras, falsificadoras dessa realidade. E com essas contabilidades e estatísticas se trabalho como se fossem a realidade em si.

A "riqueza da nação" mede-se no Produto Interno Bruto (PIB), que é, diz a Wikipédia…, *"a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc)"*. E a partir desse conceito operacional se constroem todas as políticas e estratégias. O que nos remete para as questões que V. Forrestier suscitou provocadoramente pois, ao somarem-se os valores monetários – excluindo os "consumos intermédios", o que se justifica, e toda a realidade económica que não tenha expressão monetária – reduz a realidade ao que passa no circuito monetário-lucrativo.

Costumava dizer, em aulas, que se o trabalho doméstico de duas "donas de casa" morando num mesmo andar, fosse contabilizado como se uma trabalhasse no apartamento da vizinha, e vice-versa, o PIB tinha um acréscimo e havia que somar duas novas trabalhadoras à "população activa".

Então… e se falássemos de perto de 300 mil dirigentes associativos voluntários e benévolos que, em cerca de 18 mil colectividades de cultura,

recreio e desporto trabalham **(**insisto: ***trabalham***) milhões de horas, sem que esse trabalho passe pelo circuito monetário?[5]

E havendo dois países, ou duas regiões do mesmo País, com PIBs por cabeça equivalentes em que num dos países ou regiões há muito mais actividade associativa que no outro, com o dobro ou o triplo de horas de trabalho de dirigentes voluntários e benévolos… não é este País ou região muito mais rico que o outro?

Claro que sim, responderei eu a esta pergunta. Mas faço-o porque, para mim, a economia não se pode reduzir ao cálculo monetarizado do modo como se reproduz o capital monetário, a economia é a ciência que estuda a forma como os seres humanos, pelo trabalho, se servem do que/transformam o que os rodeia e o meio em que se integram para satisfazer as suas necessidades (definição que, evidentemente, fará sorrir de chacota, ou alarvemente…, financistas encartados).

Ora entre essas necessidades sempre estiveram as que resultam da irreversível tendência de reforço da ***natureza social*** dos seres humanos, e cada vez mais estão as que decorrem da libertação do condicionalismo vital, da menor dependência das necessidades de sobrevivência, da ***natureza animal***.

Estes dois vectores convergem na expectativa (e construção) de um futuro em que o trabalho, cada vez mais livre e cada vez menos necessidade vital, se concretiza na satisfação de ***necessidades de comunicação, de convívio, de cultura, de desporto, de lazer***. Como ***direito de todos*** e não como privilégio de alguns assente sobre a manutenção do condicionalismo da imensa maioria relativamente ao mercado da sua mercadoria força de trabalho.

5 Imagine-se, como mero exercício, um País com as dimensões do nosso, com 5 milhões de "população activa" com 10 milhões de horas de trabalho anuais contabilizadas no seu PIB. Pois nesse País imaginário, se fossem contabilizadas 1000 das horas anuais de trabalho (e ficariam muitas por contabilizar!) de 300 mil voluntários e benévolos das colectividades, que não são incluídas nas estatísticas, acrescer-se-ia de 3% o dito PIB, passando a ser um dos sectores com maior contributo para a riqueza material da Nação. Para não falar da riqueza não-material, da incontabilizável por ter a ver com princípios e valores de ***solidariedade***.

Introdução

O presente texto apresenta os resultados de um estudo realizado em 2007 junto das associações filiadas na *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* (CPCCRD), organização que em Portugal tem como missão *"representar o movimento associativo de raiz popular, cujas actividades se desenvolvam nas áreas da cultura, do recreio e do desporto"*[1] e que agrega, enquanto suas associadas, "especialmente as designadas *«colectividades de cultura e recreio», mas também sociedades filarmónicas, grupos de teatro de amadores, grupos corais/orfeões, clubes desportivos e, ainda, associações humanitárias de bombeiros e associações de moradores"*[2].

O estudo foi realizado no âmbito do protocolo de cooperação existente entre a Confederação e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), no âmbito da constituição de um *observatório do associativismo nacional,* e teve como propósito central gerar conhecimento objectivo e actual sobre a situação das instituições confederadas, a vários níveis, desde a sua *distribuição geográfica* no país, o seu *contexto histórico de fundação* e os seus *objectivos e tipologias de intervenção*, até à configuração da sua *dimensão social* e à análise do estado dos *recursos* associativos disponíveis para levar a cabo a sua acção na sociedade portuguesa.

A estratégia de investigação seguida foi *extensiva*, tendo-se optado por recolher informação junto de um número de instituições estatisticamente significativo dentro do universo considerado. Para tal, foi conduzido um inquérito por questionário junto de 264 das 2632 instituições que no início do ano de 2007 se encontravam inscritas na base de dados da CPCCRD[3].

Os dados assim recolhidos foram depois analisados sob o ponto de vista da informação previamente existente acerca do associativismo a

1 Conforme CPCCRD (2003) *Estatutos da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto*. Capítulo I, Artigo 2º, Alínea *a)*.

2 Conforme CPCCRD (2005) *Memória Descritiva da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. in www.confederacaodascolectividades.com/memoria.asp.*

3 Para um conhecimento detalhado do instrumento de recolha de informação utilizado ver documento em *Anexo*.

nível nacional e/ou local ou sectorial, por via da consulta bibliográfica de obras pertinentes, por forma a reunir os elementos necessários a uma análise contextualizada dos mesmos.

Desta análise se constata da relevância que a dimensão cultural e recreativa do fenómeno associativo assume no seio das instituições confederadas, assim como da importância que a acção das colectividades de cultura, recreio e desporto, em termos globais, deve representar na sociedade portuguesa. Uma realidade que, a contar com o número de colectividades presentes no país, ainda não parece ter sido suficientemente compreendida em todas as suas implicações.

A discussão que se segue está estruturada em três capítulos distintos. No primeiro procede-se a uma caracterização base das instituições confederadas, a partir do seu contexto espaço-temporal de emergência e da natureza da sua acção no contexto do associativismo nacional; no segundo analisam-se as associações do ponto de vista da sua base social, e efectua-se a sua caracterização ao nível dos recursos humanos existentes para levar a cabo as suas actividades, finalizando-se o capítulo com uma discussão específica sobre o perfil e valor do dirigente associativo; finalmente, no terceiro e último capítulo reflecte-se sobre as condições físicas e financeiras do exercício do trabalho associativo, chamando-se a atenção para as necessidades existentes a este nível e para as relações mais ou menos próximas de articulação existentes entre as associações e o Estado (nos seus vários níveis, central, regional e local). Por fim, já em jeito conclusivo, assinalam-se os principais motivos da discussão desenvolvida, chamando-se a atenção para eventuais pontos de interesse analítico de um fenómeno social vasto, com profundas implicações sociais, mas ainda muito pouco estudado em Portugal.

Antes de tudo isso, porém, importa desde já deixar tão claro quanto possível o que aqui se entende quando se fala de associações. É a essa tarefa imprescindível que nos dedicamos de seguida.

Associações ou Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto?

Ponto prévio: a necessidade de uma clarificação conceptual

Como prontamente se referiu a título introdutório, este é um estudo sobre *associações* que toma como referente empírico o conjunto das instituições filiadas na *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto* (CPCCRD), ou seja, principalmente as chamadas *colectividades de cultura, recreio e desporto*, mas também outros tipos de associações confederadas, como *sociedades filarmónicas*, *grupos de teatro de amadores*, *grupos corais/orfeões*, *clubes desportivos*, ou ainda *associações humanitárias de bombeiros* ou *associações de moradores*.

Ora, uma das primeiras questões que inevitavelmente surge ao considerar-se tal leque de instituições, ao nível da sua *natureza*, é de que se trata de um conjunto de organizações relativamente reduzido – pelo menos em termos tipológicos – no contexto de toda a panóplia de variações institucionais, mais ou menos formais, passíveis de se identificarem (ou serem reconhecidas) com o conceito de *associação*.

De facto, mesmo tendo em conta a presença, entre as instituições confederadas, de organizações com o perfil (assumido ou juridicamente sancionado) de *Instituições Particulares de Solidariedade Social* (IPSS) – situação que, de acordo com a Confederação, está relacionada com a crescente diversificação das actividades tradicionalmente desenvolvidas pelas *associações de cultura, recreio e desporto*, face às necessidades que identificam nos seus contextos de actuação – é importante deixar claro que é somente de uma dimensão relativamente limitada do fenómeno do associativismo que falamos quando nos debruçamos sobre as associações confederadas na CPCCRD.

Se é certo que, na sua acepção mais genérica, uma associação é uma *"união de pessoas físicas"*, uma agremiação de indivíduos que se une num *"espírito comum"* para a persecução de determinado fim (Mendes, 2001: 11), também é verdade que só a imensa diversidade de *fins* que podem estar na origem desse esforço associativo é suficiente para configurar uma vasta plêiade de instituições, de dimensão e modos de funcionamento muito variáveis, cujas diferenças de conteúdo entre si acabam muitas

vezes por ser mais distintivas do que as similaridades que possamos encontrar ao nível da sua forma.

Artur Martins, por exemplo, no esboço breve que faz da história do associativismo em Portugal[4], socorre-se da obra de Victor Mendes sobre ordenamento jurídico nacional a respeito de associações[5] para identificar nada menos do que *vinte e seis famílias associativas distintas*, configurando uma listagem de *tipos de associações*, legalmente consagradas em legislação ordinária portuguesa dispersa, representativa do associativismo nacional – listagem essa onde, ironicamente, não se encontram representadas as *colectividades de cultura, recreio e desporto* (Martins, 2008: 15-16)[6].

Constatando-se assim da imensidade de variações que podem existir ao nível da natureza deste tipo de instituições, daqui ressalta no entanto a importância de um dos traços mais comummente utilizado para caracterizar uma agremiação de natureza associativa, a saber: a sua *personalidade jurídica*.

De acordo com o já referenciado Victor Mendes, *"para que exista uma associação titular de direitos e deveres e que produza efeitos perante terceiros, ela tem que obter a personalidade jurídica"*, o que só pode acontecer por via da consagração dos seus estatutos em escritura pública e respectiva publicação em *Diário da República* (Mendes, 2001: 11)[7].

É claro que isto não significa que outros grupos informais, isto é, não sancionados juridicamente, não possam arvorar-se a si próprios e mesmo ser tidos por terceiros enquanto *associação* e, mais do que isso, que não possam ter com a sua actividade *associativa* um impacto considerável na sociedade em que se encontram inseridos.

---

4 MARTINS, Artur (2008) *Breve Esboço Histórico do Associativismo em Portugal*. Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, texto policopiado.

5 MENDES, Victor (2001) *Como Constituir uma Associação*. Legis Editora, Porto.

6 Entre os tipos de instituições contemplados encontram-se: Associações Políticas, Associações Juvenis, Associações de Estudantes, Associações de Pais, Associações de Defesa do Consumidor, Associações de Defesa do Ambiente, Associações Religiosas, Associações de Solidariedade Social, Associações Mutualistas, Associações de Mulheres, Associações de Educação Popular, Associações Sindicais, Associações Patronais, Associações Desportivas, Clubes de Praticantes, Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, Casas do Povo, Associações de Família, Associações de Bombeiros, Associações de Caçadores, Centros de Cultura e Desporto, Associações Representativas dos Municípios e das Freguesias, Associações das Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes, Associações de Pessoas Portadoras de Deficiências, Associações de Imigrantes, Associações Florestais e de Agricultores (Martins, 2008: 15).

7 Esta é uma realidade que recentemente se veio a modificar, em termos *processuais*, nomeadamente por via das novas possibilidades de formalização deste tipo de instituições entretanto criadas através do serviço *Associação na Hora*. No entanto, este serviço representa apenas uma nova maneira de proceder ao reconhecimento legal de um organismo associativo, pelo que a presente argumentação se mantém válida.

A este respeito, a partir de 1976 a Constituição da República Portuguesa, na *alínea 1)* do seu Artigo 46º é taxativa: *"os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal"* (Constituição da República Portuguesa, Artigo 46º).

O mesmo parece considerar Artur Martins quando, após uma sintética revisão do conceito, avança finalmente com uma definição de associação que – reconhece – integra obviamente *"muitos grupos/associações informais, mas que não deixam de contribuir para o desenvolvimento do país"* (Martins, 2008: 4).

Aliás, sobre este assunto, que dizer dos 18,4% de associações filiadas na CPCCRD que só com 16 ou mais anos de existência é que procederam à sua constituição legal enquanto associação?

De qualquer modo, parece ser certo que o acto de aquisição de personalidade jurídica, e tudo que ele envolve – especificação dos bens e serviços com que os associados concorrem para o património social, da denominação, fins e sede da associação, da sua duração e forma de funcionamento – constitui um indicador importante do grau de estruturação de uma organização de cariz associativo, podendo mesmo, no limite, ser tido como um efectivo factor de distinção entre o que será, ou não, uma «verdadeira» associação. O excerto seguinte é disto elucidativo.

> Convém esclarecer que há uma grande diferença entre as colectividades de cultura e recreio e os primitivos grupos musicais, tunas e charangas, que pululavam no país no século passado e primórdios deste. Estes reuniam-se pelo gosto da música, não tinham estatutos nem sede, existindo ao sabor da vontade do maestro, que quase sempre lhes cedia a residência para os ensaios. As colectividades, tais como as conhecemos nos dias de hoje, são pertença dos associados, têm estatutos aprovados e corpos gerentes eleitos democraticamente em eleições (...) (Correia, 1984).

Para além disso, é costume também aceitar-se que *"um certo grau, mesmo que muito ténue, de existência formal ou institucional"* pode também ser entendido como uma característica basilar das organizações associativas, nomeadamente como forma de efectuar a sua diferenciação de outros grupos informais de indivíduos, de natureza puramente familiar ou social (Comunicação da Comissão Europeia sobre o Papel das Associações e das Federações na Europa – Direcção-Geral XXII – Comissão Europeia – Luxemburgo, 1997 *in* Melo de Carvalho, 2001: 35-36).

Mas para além da sua consagração na lei ou do grau de formalidade da sua estrutura, outros dois traços costumam ser frequentemente

invocados – e, por vezes, mais valorizados – para caracterizar o universo das instituições definidas como *associação*.

Desde logo – diz-se – uma associação *não tem fins lucrativos* (Mendes, 2001: 11 e Melo de Carvalho, 2001: 36).

Isto é, contrariamente a outros tipos de sociedade, nomeadamente comerciais: *a actividade de uma associação não pode ter em vista a geração de uma retribuição económica aos seus membros*.

Atenção que este facto não significa que uma associação não possa apresentar um saldo positivo no final do ano económico (Mendes, 2001: 11), ou mesmo que ela não possa perseguir, com efeito, a geração de lucros por via das actividades que realiza, mas tão somente que *os lucros eventualmente gerados pela sua actividade não podem, em qualquer caso, ser distribuídos pelos seus associados e, entre estes, obviamente, pelos seus dirigentes* (Melo de Carvalho, 2001: 29).

Esta constitui, com efeito, uma *premissa legal* que configura uma das características mais fundamentais de qualquer agremiação de indivíduos que se diga *associativa*.

Por outro lado, também na perspectiva de alguns autores/entidades, *uma associação deve manter uma postura de interacção permanente com a vida pública ocorrente no contexto local em que se encontra inserida*.

Quer-se com isto dizer que uma associação não deve constituir uma entidade fechada no seu contexto social de actuação, tendo antes a responsabilidade de colocar a sua razão de ser no *interesse público* (Melo de Carvalho, 2001: 36) e/ou de com a sua actividade visar, pelo menos em certa medida, contribuir para o *bem público* (Comunicação da Comissão Europeia sobre o Papel das Associações e das Federações na Europa – Direcção-Geral XXII – Comissão Europeia – Luxemburgo, 1997 *in* Melo de Carvalho, 2001: 35-36).

Concordamos, pois, com a definição abrangente avançada por Alfredo Melo de Carvalho quando este refere que uma associação consiste num *"grupo de pessoas privadas que se juntam, sem quaisquer fins lucrativos, no interesse público"* (Melo de Carvalho, 2001: 36). Concepção à qual juntaríamos no entanto – somente por efeitos *consagrativos* pois, em boa verdade, parece-nos que tais considerações se encontram já incluídas no precedente – a posse de um *objectivo partilhado* entre as pessoas em questão, assim como a possibilidade da associação apresentar uma *estrutura organizacional mais ou menos formal*.

Ora, mas se esta é a definição que nos parece mais adequada ao fenómeno aqui em análise, também é verdade – já aqui se disse – que

nem todas as instituições assim definidas se encontram realmente entre o objecto empírico do presente estudo.

Este é um trabalho sobre o conjunto de associações filiadas na CPCCRD, de onde se destacam as ditas *colectividades de cultura, recreio e desporto* e, como tal, importa aqui, antes de nos debruçarmos sobre a análise dos dados do inquérito realizado, ter em conta algumas das especificidades que caracterizam este tipo de instituições no contexto do universo do associativismo nacional.

O *ponto 2* do *Capítulo 1* do presente texto caracteriza de forma precisa e suficiente a emergência das instituições confederadas no âmbito da história nacional. Por agora, importa somente referir que as colectividades de cultura, recreio e desporto – assim como outras associações com elas relacionadas, como as bandas filarmónicas, os orfeões, sociedades de instrução, etc. – se encontram entre os mais antigos *tipos* de associação que podem ser identificados em Portugal, podendo a sua origem remontar à passagem do séc. XVIII para o XIX, período histórico em que as populações se começam a organizar como forma de satisfazer necessidades – de instrução, de saúde, de consumo, mas também de recreação e ocupação dos tempos livres – que de outra forma não seriam satisfeitas.

Sobre este assunto, já em 1876 Costa Goodolphim escrevia: *"o operário precisa de ter uma associação sua, onde todos os sócios sejam seus companheiros, onde ele passe uma parte da noite, lendo ou estudando em livros ao alcance da sua intelligencia e do seu saber"* (Goodolphim, 1876).

Historicamente, as colectividades de cultura, recreio e desporto são organizações com um carácter marcadamente popular, em termos da origem social dos seus associados, e com uma intervenção local muito marcante junto das populações, situações que constituem uma especificidade relativamente a outros tipos de associação, mais recentes, nascidos no contexto da diversificação entretanto ocorrida ao nível do próprio fenómeno associativista.

> O associativismo está imbricado no movimento operário e no movimento de emancipação burguês e, tal como estes movimentos se alteraram no interior de si mesmos, também o associativismo é um processo de diversas fases. (...) A valorização dos espaços sociais ideologicamente neutros reproduziu-se, igualmente, ao nível do associativismo, que cada vez mais aglutinou fracções da classe média assalariada, constituídas por indivíduos mais escolarizados e auferindo níveis de rendimentos mais elevados. Heterogeneidade da base social, objectivos e lutas delineados

em torno de questões que se autonomizaram dos tradicionais conflitos sociais e políticos constituem algumas características do novo associativismo. De igual modo, os objectivos dos agrupamentos voluntários sofreram alterações, passando hoje a incorporar novas temáticas, tais como: a defesa do meio ambiente, a preservação dos centros históricos, a defesa do consumidor, a juventude, os direitos da mulher, a identidade local, a gestão dos tempos livres..., temas mais centrados na esfera da reprodução social e cultural do que na produção (...) (Vilaça e Guerra, 2000: 87-88).

Durante o inquérito realizado não foram recolhidos dados sobre a composição social dos associados das associações confederadas, mas Johan Norbeck (citado em Bento da Silva, 1995), no estudo que realizou em 1983 sobre as associações populares em Portugal, distingue as colectividades de cultura e recreio[8] de outros organismos associativos pelo carácter marcadamente local das primeiras, referindo-se a elas como associações essencialmente populares e baseadas em laços de vizinhança que, ao contrário de outro tipo de associações com objectivos mais específicos que abrangem somente grupos populacionais dotados de um interesse particular, intervêm de uma forma abrangente junto das populações de aldeias ou de bairros dos centros urbanos em que estão inseridas (Norbeck, 1983 *in* Bento da Silva, 1995: 15-17).

Por seu lado, mais recentemente (2001), Alfredo Melo de Carvalho, situando-se no contexto daquilo que considera ser o *associativismo popular*, ou seja, *"aquele que é criado e mantido a funcionar pelas camadas mais desfavorecidas da população"* (Melo de Carvalho, 2001: 26), considera que a primeira função do *clube desportivo popular* – mas o mesmo poderia ser dito a respeito das colectividades de cultura, recreio e desporto, em geral – consiste exactamente em *partir das necessidades concretas dos indivíduos e fornecer-lhes resposta*, residindo nessa resposta o verdadeiro *poder social* do organismo associativo (Melo de Carvalho, 2001: 121).

Sabe-se que seja ao nível do desporto, da realização de actividades culturais ou da recreação, as colectividades têm desenvolvido, ao longo do seu já largo período de existência, um trabalho cujo significado, em termos sociais, ainda não se encontra completamente compreendido, ou sequer estudado, na sociedade portuguesa.

8 O autor não fala especificamente de colectividades de cultura, recreio e desporto mas refere que dentro destas associações contam-se também aquelas que se caracterizam como associações *recreativas e desportivas* (Norbeck, 1983 *in* Bento da Silva, 1995: 16-17).

Discutindo o caso português a partir da revolução de 25 de Abril de 1974, Helena Vilaça e Paula Guerra consideram que o associativismo constituiu um veículo privilegiado para o desenvolvimento de um leque muito diversificado de práticas culturais, promovendo um conceito amplo de cultura, não focado somente nas formas culturais ditas «eruditas», mas sobretudo naquelas que configuram *práticas culturais populares* (Vilaça e Guerra, 2000: 89-90).

Por seu turno, José Manuel Leite Viegas considera que as associações desportivas, culturais e recreativas, em Portugal, não desenvolvendo nos seus membros grandes competências simbólicas, profissionais ou políticas – exceptuando no caso dos seus dirigentes – são no entanto propiciadoras da integração social, reforçam as identidades e possibilitam a cooperação entre os indivíduos (Viegas, 2004: 42-43).

Por outro lado, se atrás tínhamos constatado que este tipo de associações constitui somente uma pequena parte do vasto leque de organismos associativos que existem no país, a sua dimensão, em termos quantitativos, parece não se confundir de todo com aquela situação.

Desde logo – em primeiro lugar e de acordo com o mesmo José Manuel Leite Viegas – as associações desportivas, culturais e recreativas são os organismos associativos que em Portugal reúnem o maior número de indivíduos envolvidos, além de apresentarem também um dos mais elevados índices de voluntariado entre os recursos humanos que participam no desenvolvimento das suas actividades (Viegas, 2004: 42).

Para além disso – em segundo lugar e de forma coerente com estas teses – os dados da CPCCRD apontam para a existência, no país, de cerca de 18 mil colectividades de cultura, recreio e desporto[9], o que configurará certamente *a maior categoria de instituições no contexto do conjunto dos organismos associativos formalmente consagrados em Portugal* e, talvez, a *maior rede de voluntariado existente a nível nacional*.

É por isso que a própria CPCCRD se refere às colectividades enquadrando-as no contexto daquilo a que se tem vindo a designar por *Movimento Associativo Popular* (MAP), ou seja, um conjunto de associações de base social fundamentalmente popular cuja acção na sociedade portuguesa se pauta reconhecidamente por apresentar um *enorme interesse social* (Flor, 2003).

Do mesmo modo, é também nesse sentido que a Confederação tem desenvolvido esforços no sentido da promoção de um maior conhecimento

9 Levantamento efectuado pela então *Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* no âmbito da preparação do *IV Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* (Loures, 6, 7 e 8 de Abril de 2001) tendo por base os 308 municípios do país.

e reconhecimento desse movimento, seja por via do aprofundamento do seu estudo e investigação de maneira cientificamente orientada (via, aliás, na qual o presente estudo se insere perfeitamente) seja pela divulgação da sua realidade junto dos meios de comunicação social e dos organismos políticos nacionais.

A estes esforços não será estranha, inclusivamente, a aprovação pela Assembleia da República da Lei nº 34/2003 de 22 de Agosto a respeito exactamente do *reconhecimento e valorização do movimento associativo popular*, onde o Governo português reconhece o estatuto de parceiro social ao movimento associativo nacional e se compromete a promover *"o levantamento, por município, das associações de cultura, recreio, desporto, social e juvenil, aperfeiçoando progressivamente os mecanismos de apoio técnico-financeiro às suas actividades"* (Diário da República, I Série-A, Nº 193 de 22 de Agosto de 2003).

É, portanto, neste contexto das coisas que se afigura fundamental a promoção de um maior conhecimento da realidade deste tipo de instituições na sociedade portuguesa, exercício que aqui tentaremos desenvolver, a partir do quadro conceptual assim exposto e dos dados do inquérito realizado junto das associações filiadas na CPCCRD no ano de 2007.

Capítulo 1

Geografia, História e natureza das Associações

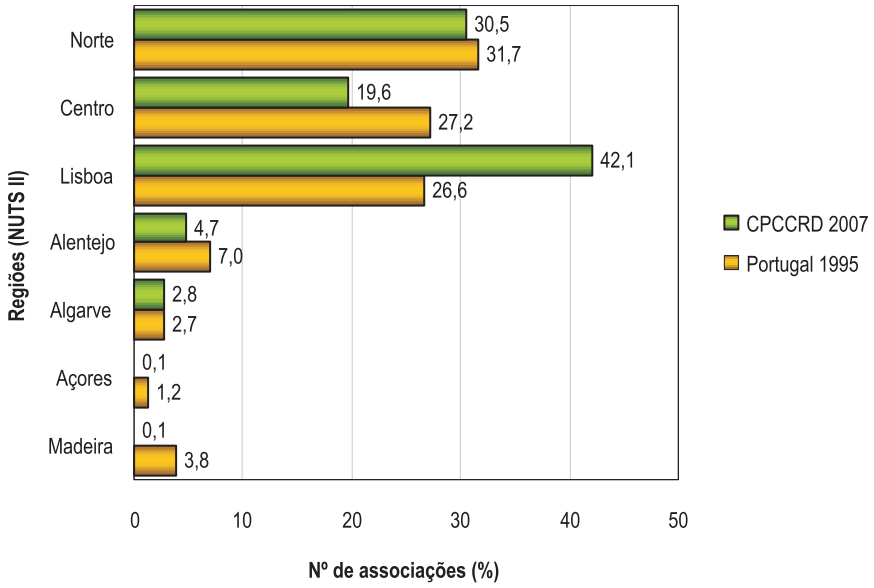
1. Distribuição geográfica das associações

De acordo com a base de dados de associadas da *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* (CPCCRD) encontravam-se filiadas naquela organização, no início do ano de 2007, um total de 2632 instituições, o que perfazia aproximadamente cerca de 14,6% do total de associações existente no país – cerca de 18 mil, como sugerem os dados recolhidos pela própria Confederação em 2001 (v. nota 9).

Em termos de distribuição geográfica, a maior parte das associações confederadas está situada na região de Lisboa (42,1%) e nas regiões Norte (30,5%) e Centro (19,6%) do país. Comparando estes dados com os

GRÁFICO 1

Distribuição das associações confederadas por região de implementação (NUTS II)



Fonte: Base de dados da CPCCRD, 2007 e INE, 1998

resultados apurados em 1995 pelo *Instituto Nacional de Estatística* (INE) junto do universo das associações de cultura e recreio que àquele ano tinham actividade em Portugal, são de salientar algumas discrepâncias, ao nível da região de origem, na distribuição relativa das associações.

Assim, enquanto na região Norte, no Alentejo, no Algarve e ainda nos Açores e na Madeira as diferenças verificadas não são significativas, apresentando as associações filiadas na CPCCRD uma distribuição coerente com os dados obtidos pelo INE a nível nacional, já a região de Lisboa assume, no caso da Confederação, uma dimensão muito mais marcante (42,1% do total de associações, como vimos) do que aquela que tinha sido verificada para a mesma região em 1995 (somente 26,6%), passando-se o inverso na região Centro.

Esta variação é ainda mais profunda se se tiver em conta que a região de Lisboa actualmente considerada é de facto mais reduzida do que a *região de Lisboa* considerada em 1995 pelo INE.

Com efeito, a região tratada por aquele organismo em 1995 configura no fundo a antiga região de *Lisboa e Vale do Tejo*, delimitação geográfica que agrupava cinco *sub-regiões* estatísticas (Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste e Península de Setúbal) e que em 2002 deixa de existir enquanto *unidade territorial para fins estatísticos*, tendo sido repartida entre a actual região de Lisboa (composta pela Grande Lisboa e pela Península de Setúbal), a região Centro (para onde transitaram as sub-regiões do Oeste e Médio Tejo) e o Alentejo (para onde passou a Lezíria do Tejo). Seria portanto de esperar, caso se verificasse uma relação de proporcionalidade directa entre os dados recolhidos nos dois momentos (e nos dois contextos) que a região de Lisboa (agora reduzida, em termos da sua geografia) perdesse peso tanto para a região Centro do país como para a região do Alentejo. O que se verifica é precisamente o inverso.

Não temos conhecimento de informação mais recente sobre esta realidade a nível nacional, mas na leitura dos dados apresentados deve ter-se em atenção que no estudo do INE apenas foram tomadas em análise organizações cujas *principais actividades* tenham por natureza a cultura e o recreio, pelo que – ao contrário do que se passa com as organizações associadas da CPCCRD e com o inquérito que foi dinamizado no seu contexto – aquela investigação não incluiu muitas outras associações que ou não se relacionam com aquele tipo de actividade a *título principal*, ou desenvolvem actividades no âmbito de outras áreas do associativismo, como o *desporto* ou a *acção social* (INE, 1998: 3).

Este é um facto que certamente terá tido influência nos resultados encontrados, até porque, como veremos mais à frente, as associações

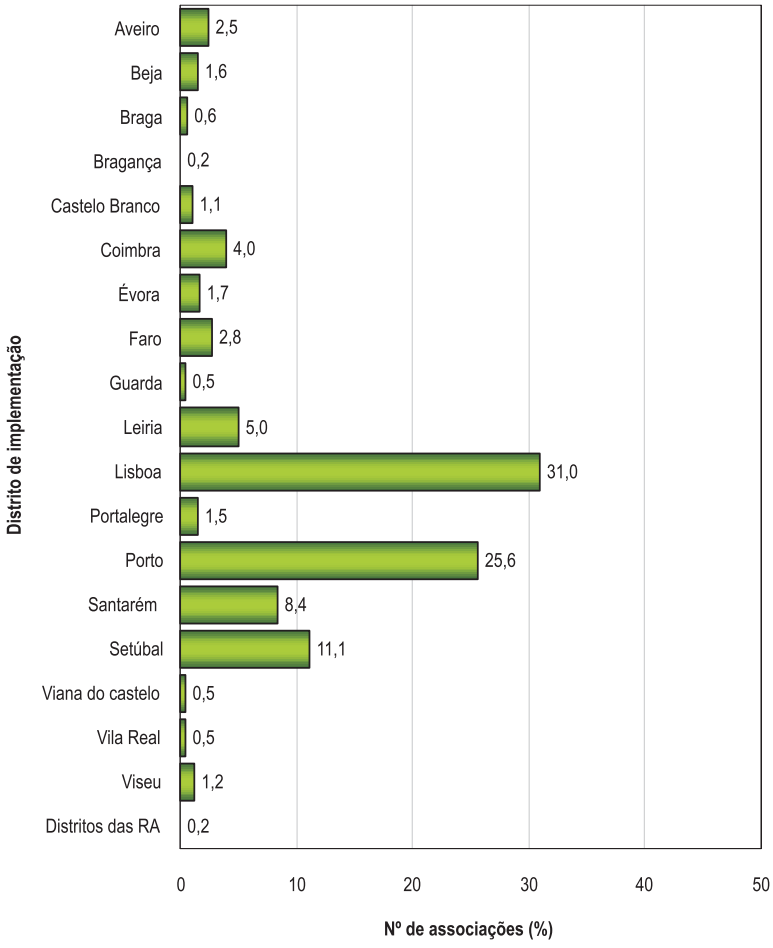
que desenvolvem actividades no âmbito do desporto detêm bastante representatividade no conjunto das instituições filiadas na CPCCRD.

De qualquer modo, o posicionamento geográfico da própria Confederação e a sua eventual maior capacidade de inserção nos dois maiores centros urbanos do país – Lisboa e Porto – pode constituir um factor promotor da centralidade que a região Norte e, sobretudo, a região de Lisboa assumem na distribuição geográfica relativa das associações confederadas.

Aliás, a distribuição destas instituições por *distrito de implementação* é disso exemplificativa, com os distritos de Lisboa e do Porto a apresentar – de longe relativamente aos restantes distritos – a maior percentagem de organizações (31,0% e 25,6%, respectivamente).

GRÁFICO 2

Distribuição das associações confederadas por distrito de implementação



Fonte: Base de dados da CPCCRD, 2007

De facto, se actualmente se pode falar de uma *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* com intervenção a nível nacional é importante recordar que as suas origens remontam ao ano de 1924, quando foi constituída a então denominada *Federação Distrital das Sociedades Populares de Instrução e Recreio* (organização que, tal como o nome indica, tinha um âmbito de actuação geográfico limitado ao distrito de Lisboa), e que o processo conducente à criação de um órgão nacional representativo do associativismo popular foi moroso e permeado por múltiplos recuos e dificuldades, aos quais não foi obviamente indiferente a conjuntura política configurada pelo advento do *Estado Novo* (Melo, 1999).

A chegada do Estado Novo, aliás, tal como a generalidade das transformações políticas e sociais ocorridas entre finais do século XIX e princípios do século XX, constitui um contexto fundamental para a compreensão do desenvolvimento do associativismo em Portugal e, em particular, das associações que ao longo do tempo se têm vindo a filiar na CPCCRD.

2. Período histórico de fundação

Como se pôde constatar por via do inquérito realizado, a emergência das associações confederadas na CPCCRD acompanha de perto as tendências históricas do associativismo nacional, marcadas, como se disse, pelas diferentes conjunturas políticas, económicas e sociais que a seu tempo caracterizaram as sociedades ocidentais, em geral, e a sociedade portuguesa, em particular.

Em termos históricos, seriam as *mutualidades* – ou associações de *socorros mútuos na doença* – assim como as *associações de instrução popular,* as *sociedades cooperativas de consumo e produção* e as *caixas de crédito* as primeiras formas de associação a surgirem ainda em meados do século XIX, fruto dos ideais e condições de pensamento produzidos e reproduzidos pela revolução francesa (1789) e dos impactos sociais provocados pela revolução industrial inglesa (séc. XVII), nomeadamente ao nível das condições de vida dos trabalhadores.

Em Portugal, como dá conta Artur Martins, existe de facto registo do surgimento de associações de socorros mútuos em inícios do século XIX, como o *Montepio do Senhor Jesus do Bonfim*, em 1807, ou o *Montepio Jesus Maria José* e o *Ourives da Prata Lisbonenses*, em 1822, mas o autor refere também que já nesta altura estas não seriam nem as primeiras associações com implantação em território nacional (em termos

cronológicos absolutos), nem representariam em exclusividade, ao nível dos seus objectivos e natureza, toda a amplitude do então nascente *movimento associativo português* (Martins, 2008: 7).

Com efeito, Artur Martins situa o aparecimento das primeiras associações em Portugal na passagem do século XVIII para o século XIX, quando começaram a surgir as primeiras sociedades filarmónicas de que há registo na história nacional, como a *Banda de Música de Santiago de Riba-Ul* (Oliveira de Azeméis, 1722), a *Banda Musical de Oliveira* (Barcelos, 1792), ou ainda a *Filarmónica Verridense* (Montemor-o-Velho, 1808) ou a *Banda Filarmónica Ovarense* (Ovar, 1811), bandas que, aliás, de acordo com o mesmo autor, ainda hoje se encontram em actividade (Idem, 2008).

No prefácio da obra *"As Colectividades de Almada (1890-1910)"*, de António Alberto Ramos[10], Alexandre Magno Flores refere-se ao papel das bandas filarmónicas na emergência do associativismo em Portugal e sua importância em termos sociais:

> As actividades musicais (...) nomeadamente as bandas filarmónicas, estão na origem da formação da maioria das principais colectividades, para além de outras razões cívicas e culturais. A «banda filarmónica» foi, a nosso ver, um dos fenómenos sócio-políticos e culturais mais curiosos da sociedade portuguesa, desde os meados do século XIX. Constituía um sonho, uma alegria ou uma festa das classes mais desfavorecidas, mas conscientes. O ingresso de um operário numa banda filarmónica era um acontecimento na sua família e na comunidade operária. Constituía uma eleição social, um acesso à cultura – mas o operário nunca perdia a sua raiz social e cultural, e a sua condição profissional (Flores, Alexandre Magno in Ramos, 1991: 10).

Qualquer que tenha sido efectivamente a primeira associação a surgir em território nacional, o que parece ser certo é que a dinâmica política e social vivida em Portugal entre finais do século XIX e princípios do século XX pela difusão dos ideais republicanos, e a consequente revolução de 5 de Outubro de 1910, parece ter configurado um contexto particularmente favorável ao aparecimento de agremiações de tipo associativo no país.

> As esperanças alimentadas pela propaganda republicana durante o período anterior à revolução cresceram acentuadamente com a vitória dos sublevados, despertando seculares aspirações da população, nomeadamente nos sectores mais desfavorecidos da sociedade, encorajando à luta por melhores condições de vida. O clima de

10 RAMOS, António Alberto C. P. (1991) *As Colectividades de Almada (1890-1910)*. Junta de Freguesia de Almada, Almada.

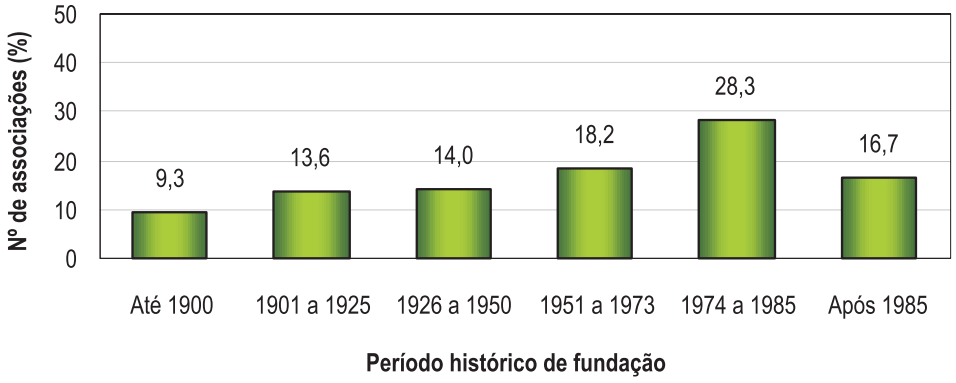
liberdades então estabelecido permitia a livre expressão de opiniões políticas, a liberdade de reunião e associação. Fazendo uso das novas possibilidades de intervenção na vida pública, logo após a chegada dos republicanos ao poder, em especial nos anos de 1911 e 1912, um pouco por todo o território, com particular ênfase nas cidades mais importantes do país e em várias terras do sul, as populações organizaram-se nas mais diversas formas à volta dos seus interesses de classe ou profissão, criando associações no seio das quais irão tentar encontrar os caminhos que melhor sirvam à defesa dos seus direitos e à valorização das suas condições de trabalho (Vieira, 2005: 27).

Com efeito, como revelam os dados recolhidos por via do inquérito realizado, apesar de algumas das associações filiadas na CPCCRD terem surgido ainda antes de 1901 (9,3% do total de instituições, datando a mais antiga – a já referida *Banda de Música de Santiago de Riba-Ul* – ainda do século XVIII) é já no século XX que ocorre a fundação da grande maioria daquelas associações, com destaque para o período que vai de 1974 a 1985, no rescaldo da revolução de 25 de Abril (1974), espaço de tempo no qual são constituídas 28,3% do total de associações confederadas.

Obviamente que este aumento volumoso do número de associações que ocorre a partir de 1974 se relaciona – como já aqui se tinha feito menção – com as condições políticas e sociais que estruturaram a sociedade portuguesa durante o período do Estado Novo (1926-1974) e que, no que diz respeito ao associativismo, foram grandemente pautadas pela existência de fortes pressões no sentido do condicionamento da actividade associativista pelo poder político dominante.

GRÁFICO 3

Distribuição das associações inquiridas por período histórico de fundação



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Como refere José Valente na argumentação que desenvolve em *"Estado Novo e Alegria no Trabalho - Uma História Política da FNAT"* [11], no início do século XX verifica-se em Portugal a existência de um conjunto alargado de instituições que materializam na sociedade os conceitos e formas então valorizados ao nível do lazer e da ocupação dos tempos livres dos indivíduos (Valente, 1999: 27).

No caso das formas de organização e associativismo dos trabalhadores essas instituições assumem, até à chegada do Estado Novo, um carácter marcadamente espontâneo e privado, manifestando-se sobretudo através da formação de *colectividades populares de bairro e de localidade de residência* (idem: 40).

Já com o advento do Estado Novo e, em particular, com a criação da *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho* (FNAT) em 1935, o Estado passa a interferir fortemente na gestão do tempo livre dos trabalhadores e suas famílias, num movimento em que chama a si e às suas instituições o papel de principal (e tendencialmente único) responsável pela ocupação desse tempo de recreação, ao mesmo tempo que procura dominar – seja por decisão administrativa, como, em alguns casos, pela repressão – a actividade das colectividades e associações culturais, educativas e recreativas de índole particular (Valente, 1999 e Melo, 1999).

Trata-se, portanto, de um período de tempo em que, para além da *"censura e abolição de determinadas práticas culturais no seio dos organismos oficiais"*, a actividade das colectividades é alvo de grande atenção por parte do Estado e muitas associações populares são perseguidas e encerradas (Melo, 1999: 124).

Repare-se, no entanto, que, de acordo com os dados recolhidos através do inquérito realizado junto das associações confederadas, durante o Estado Novo parece não se ter registado no país uma diminuição no desenvolvimento de instituições de carácter associativo (foram fundadas 32,2% das associações filiadas na CPCCRD), tendo-se inclusivamente registado um ligeiro aumento do número de instituições criadas entre os dois momentos de análise contemplados naquele espaço temporal (v. Gráfico 3).

Sabe-se que em função da orientação política vigente no contexto do Estado Novo muitas associações foram forçadas a desfiliar-se da CPCCRD (então denominada *Federação das Sociedades de Educação e Recreio* [FSER]), mas sabe-se também que, apesar da falta de apoio e dos

11 VALENTE, José Carlos (1999) *Estado Novo e Alegria no Trabalho - Uma História Política da FNAT (1935-1958)*. Edições Colibri/INATEL, Lisboa.

constrangimentos colocados ao livre associativismo e das perseguições e encerramentos compulsivos de algumas instituições, o Estado Novo nunca gorou efectivamente eliminar o associativismo, tendo antes procurado condicioná-lo – seja por via directa, pela repressão, como pela criação de mecanismos com ele concorrentes (a FNAT, as Casas do Povo) – por forma a limitar a geração de quaisquer iniciativas consideradas adversas à política oficial do regime (Melo, 1999).

Por outro lado, a própria CPCCRD (então FSER, como se disse), defendendo os seus interesses e os interesses das suas associadas, parece ter conseguido manter com relativo sucesso uma posição de independência relativamente ao aparelho estatal, desenvolvendo com fulgor vários tipos de iniciativa rumo à consolidação do seu papel institucional e, quando necessário, «moldando-se» às circunstâncias impostas pelo contexto político vigente.

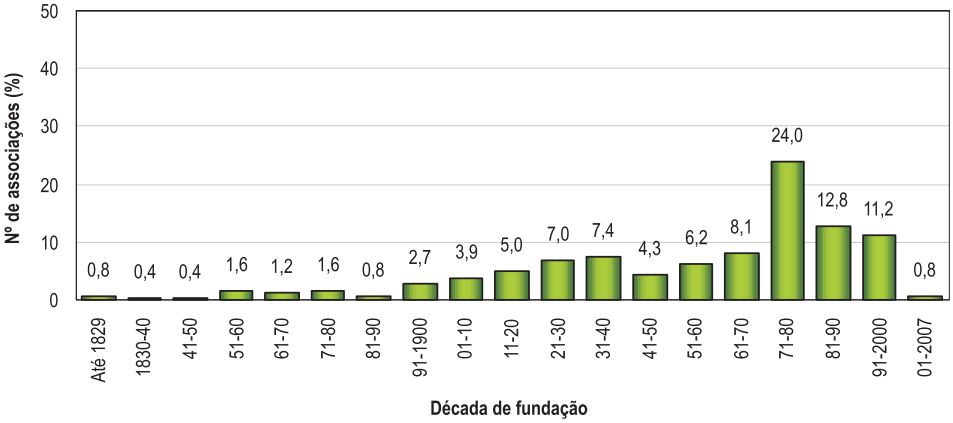
> O movimento associativo livre nunca foi abertamente apoiado pelo salazarismo, sobretudo enquanto concepção «orgânica» da sociedade civil. Foi tolerado, mas não gozou das prerrogativas que foram atribuídas não só à estrutura estatal como às organizações da Igreja Católica inseridas na Acção Católica, através da Concordata de 1940. No entanto, conseguiu sobreviver e atravessar o tempo salazarista, tendo mesmo elaborado uma estrutura organizativa e dinamizadora com projecção nacional. Logrou manter uma alternativa cultural, baseada nas sociabilidades locais (ou comunitárias) e numa consciência política democrática, limitando o campo de consolidação estatal. Uma determinada herança da Primeira República, assente no voluntarismo sociocultural, foi assim recuperada e renovada pelo associativismo popular independente. Por outro lado, as próprias categorias do movimento associativo livre foram grandemente apropriadas pelo salazarismo para a concretização do respectivo projecto institucional, prova paradoxal da sua vitalidade (Melo, 1999: 125-126).

Mas é de facto no período imediatamente a seguir à queda do Estado Novo, com a revolução de 25 de Abril de 1974, que surge o maior surto de associativismo em Portugal, tendo então sido fundadas, como atrás se disse, 28,3% das associações que em 2007 se encontravam filiadas na CPCCRD. O gráfico 4 apresenta a distribuição das associações confederadas por década de fundação.

Se durante o Estado Novo a liberdade de expressão e de associação eram cerceadas e a formação de organizações populares era fortemente vigiada e condicionada, já os anos que imediatamente se seguiram à revolução de Abril são marcados por uma elevada participação dos cidadãos no espaço público, culminando não só com o aparecimento

GRÁFICO 4

Distribuição das associações inquiridas por década de fundação



Fonte: Inquérito às Associações 2007

de um elevado número de organismos associativos, mas também numa maior diversificação da própria natureza e objectivos desses mesmos organismos.

> O Estado Novo, enquanto regime que correspondeu a um Estado centralizador e autoritário, pautou-se por uma repressão generalizada das reivindicações, pela inviabilidade da afirmação manifesta de conflitos, pela ausência de espaços sociais mínimos para autonomias e esforços emancipatórios. Num país com tais características, o 25 de Abril significou uma explosão de lutas bem presentes num movimento de libertação generalizada de toda a sociedade, enfim, num «fenómeno de descompressão colectiva» (...). Na primavera de 1974 surgiram de forma espontânea e radical lutas e contestações sociais a todos os níveis e intervindo nos mais diversos sectores da realidade, nomeadamente no contexto urbano. Além de terem proliferado, também se diversificaram as possibilidades de intervenção, facto manifesto na emergência de movimentos sociais populares ao nível das empresas, da administração pública, do exército, habitação, saúde, ensino, cultura, agricultura, modos de vida, etc. Isto levou também ao aparecimento de novas formas institucionais como as comissões de moradores e as comissões de trabalhadores – entre muitas outras – que são, no fundo, novas práticas inovadoras em termos de participação social e política (Vilaça, 1994: 52-53).

O fluxo associativista que se seguiu ao 25 de Abril correspondeu a um período de forte consciencialização política dos portugueses e tem o seu apogeu já na década de 80, altura a partir da qual a situação

demográfica da população começa a estabilizar e a realidade associativa nacional inicia um processo de crescente maturação, longe da pressão e da improvisação iniciais, e que culminará, finalmente, com o progressivo reconhecimento formal das entidades associativas como efectivos agentes de desenvolvimento e integração (Galvão, não datado: 4-5).

Neste contexto é de salientar que, embora a sua taxa de crescimento tenha obviamente sofrido uma redução face ao período anterior, marcado, como vimos, por uma grande euforia e participação populares, a criação de associações continuou a ser um facto mesmo depois de 1986, tendo sido já posteriormente a essa data que se fundaram 16,7% das instituições filiadas na CPCCRD.

Este dado é significativo, já que pode constituir um indicador da relevância que em tempos recentes este tipo de organizações continuará a representar no seio da sociedade portuguesa. Resta saber se as necessidades a que respondem continuam a ser as mesmas que noutros tempos e, talvez mais importante, se os tipos de resposta que apresentam continuam a ir ao encontro das expectativas dos seus públicos-alvo.

É no contexto destas questões que no capítulo seguinte nos dedicamos a analisar a situação das associações confederadas do ponto de vista dos seus *associados e recursos humanos* em geral. Antes disso, porém, importa ainda conhecer, de uma forma mais precisa, *de que tipo de associações falamos quando nos debruçamos sobre as instituições filiadas na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto*.

3. Natureza, objectivos e actividades

Como já aqui se tem vindo a referir, a CPCCRD assume como *objecto essencial* nos seus Estatutos *"representar o movimento associativo de raiz popular, cujas actividades se desenvolvam nas áreas da cultura, do recreio e do desporto"*[12], definindo como população-alvo privilegiada da sua acção as denominadas *colectividades de cultura, recreio e desporto*, sem no entanto deixar de tomar em consideração outras entidades de natureza associativa, muito próximas daquelas, como o são as *"sociedades filarmónicas, grupos de teatro de amadores, grupos corais/orfeões,*

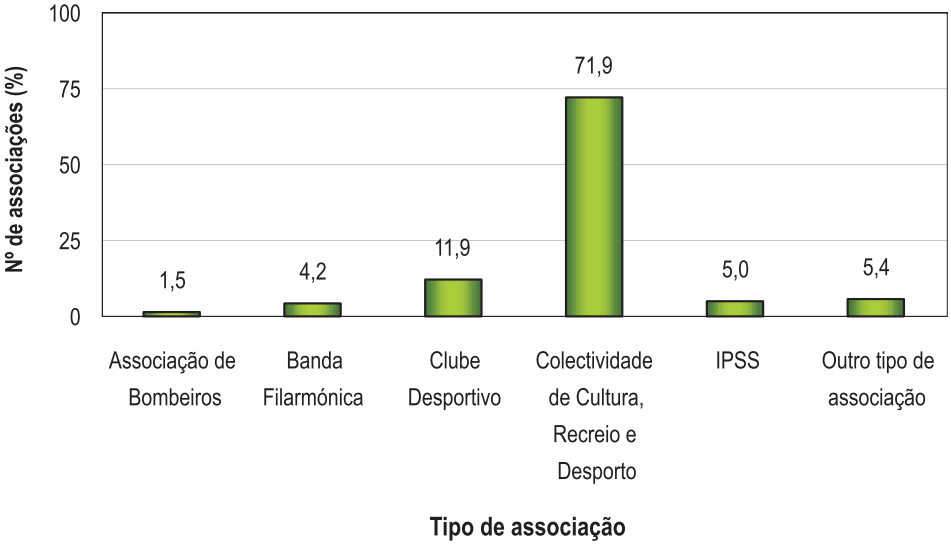
12 Conforme CPCCRD (2003) *Estatutos da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.* Capítulo I, Artigo 2º, Alínea *a)*.

clubes desportivos e, ainda, associações humanitárias de bombeiros e associações de moradores"[13].

De acordo com os dados do inquérito realizado e de forma coerente com esta declaração de intenções, a grande maioria das associações inquiridas assume de facto o carácter de *colectividades de cultura, recreio e desporto* (71,9%), verificando-se depois a presença minoritária de *clubes desportivos* (11,9%), *bandas filarmónicas* (4,2%) e ainda, embora já em muito pequena escala, de *associações de bombeiros* (1,5%) e outros tipos de associação (5,4%) [14].

GRÁFICO 5

Distribuição das associações inquiridas por tipo de associação



Fonte: Inquérito às Associações 2007

De salientar neste âmbito é a presença, ainda que também minoritária, de organismos associativos com o estatuto de *Instituição Particular de Solidariedade Social* (IPSS, 5,0% do total de associações inquiridas), presença não antecipada nos estatutos da Confederação – atrás referenciados – mas sem dúvida relevante e que pode estar relacionada com a crescente visibilidade e valorização que este tipo de organizações tem vindo a receber no seio da sociedade portuguesa[15], assim como com

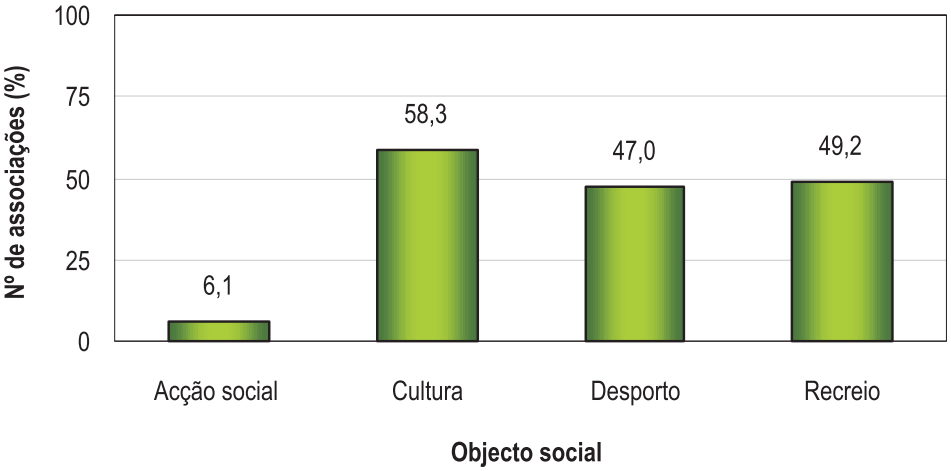
13 Conforme CPCCRD (2005) *Memória Descritiva da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. in www.confederacaodascolectividades.com/memoria.asp.*

14 Grupos de Teatro, Associações de Moradores, Associações de Defesa do Património, entre outras.

15 Num estudo realizado em 2001 sobre participação social e associativismo, onde foram comparados vários países europeus, Portugal é caracterizado, a nível interno, como um país onde as taxas mais elevadas de

GRÁFICO 6

Distribuição das associações inquiridas por áreas de acção contempladas no seu objecto social



Fonte: Inquérito às Associações 2007

a crescente diversificação do leque de actividades desenvolvidas por algumas das associações ditas «tradicionais» (as colectividades).

De qualquer modo, de forma também coerente com a distribuição tipológica das associações assim definida, entre as áreas temáticas mais frequentemente referenciadas no objecto social das instituições inquiridas encontra-se a «cultura» (58,3%), o «recreio» (49,2%) e, como anteriormente já aqui se tinha adiantado, o «desporto» (47,0%), sendo a «acção social» uma área de actuação identificada por somente 6,1% do total de associações.

Saliente-se, a este respeito, que na grande maioria dos casos o objecto social das associações confederadas não se resume exclusivamente apenas a uma daquelas áreas de actividade, mas, como deixam antever os valores apresentados no gráfico 4, assume formas múltiplas, definindo combinações várias que de forma mais ou menos «pura» configuram, para grande parte dos casos, a natureza institucional das já referidas *colectividades de cultura, recreio e desporto*.

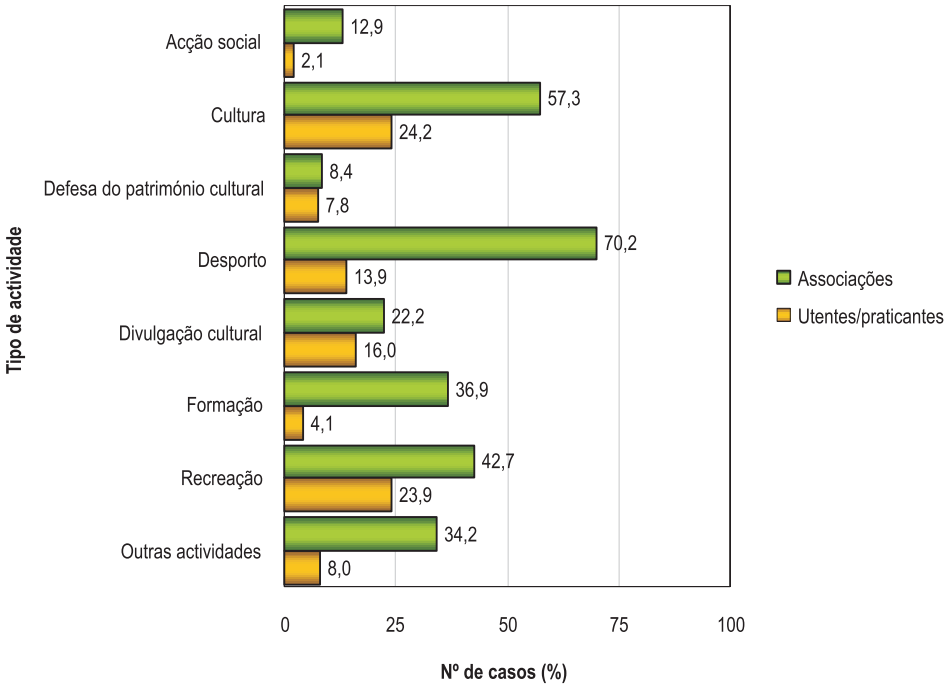
Da mesma forma, a análise das *actividades* desenvolvidas pelas associações confederadas confirma também a realidade aqui descrita ao nível da sua natureza e objectivos.

envolvimento associativo se verificam sobretudo ao nível das «associações desportivas, culturais e recreativas» e das «associações de solidariedade social e religiosas» (Viegas, 2004: 33-50).

Assim, entre as actividades que em maior grau são desenvolvidas por aquelas associações encontram-se sobretudo iniciativas ligadas ao «desporto» (70,2%), à «cultura» (57,3%) e à «recreação» (42,7%), isto é, áreas de actividade que constituem geralmente o apanágio das colectividades de cultura, recreio e desporto, dos clubes desportivos e ainda das bandas filarmónicas.

GRÁFICO 7

Distribuição das associações inquiridas e utentes/praticantes por actividades realizadas/utilizadas



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Já em menor grau, embora ainda desenvolvidas por parte significativa das associações confederadas, estão as actividades relacionadas com a «formação» (36,9%), que aqui surgem de forma autónoma relativamente à componente formativa eventualmente inerente a algumas das actividades de índole desportiva e cultural, atrás referenciadas, e também as actividades relacionadas com a «divulgação cultural» (22,2%).

Finalmente, entre as actividades que em menor grau são desenvolvidas pelas associações confederadas encontram-se então aquelas que estão ligadas à «acção social» (12,9%) e à «defesa do património cultural» (8,4%),

para além de outras iniciativas minoritárias (nas quais, no seu conjunto, se encontram envolvidas 34,2% das instituições inquiridas).

Ora, mas se ao nível das principais actividades desenvolvidas o cenário é este – com as actividades desportivas a assumirem um lugar de grande destaque no conjunto das associações confederadas – do ponto de vista dos *utentes/praticantes* dessas actividades as coisas mudam de figura, com o «desporto» a passar para 4º lugar em termos de importância nas actividades consideradas, abrangendo somente uma parcela já pouco significativa (em termos relativos) do número total de utentes/praticantes identificados no inquérito realizado.

De acordo com esses dados, as actividades implementadas pelas associações filiadas na CPCCRD na sua acção abrangem um total de cerca de 113 480 utentes/praticantes [16] , sendo que as actividades que apresentam níveis de participação mais elevados são as actividades ligadas ao sector da «cultura» (27 435 utentes, 24,2%), da «recreação» (27 106 utentes, 23,9%), da «divulgação cultural» (18 121 utentes, 16,0%) e só depois, então, do «desporto» (15 764 utentes, 13,9%).

Qualquer que seja o caso, 43,6% do total de instituições inquiridas afirma possuir *atletas federados*, sendo de 46,0% o volume de atletas que actua nas associações com esse estatuto.

A média de utentes/praticantes por associação, independentemente das áreas de actividade atrás referidas, é de cerca de 538 (537,8) indivíduos/associação, mas como revela a análise da *distribuição das associações por intervalo do número de utentes/praticantes das actividades,* aquele valor encontra-se fortemente empolado por um conjunto muito pequeno de instituições (11,4%), sobretudo aquelas que apresentam números de utentes/praticantes muito superiores à média (5,7% das associações inquiridas apresenta valores de utentes/praticantes cerca de duas vezes superiores ao valor médio obtido).

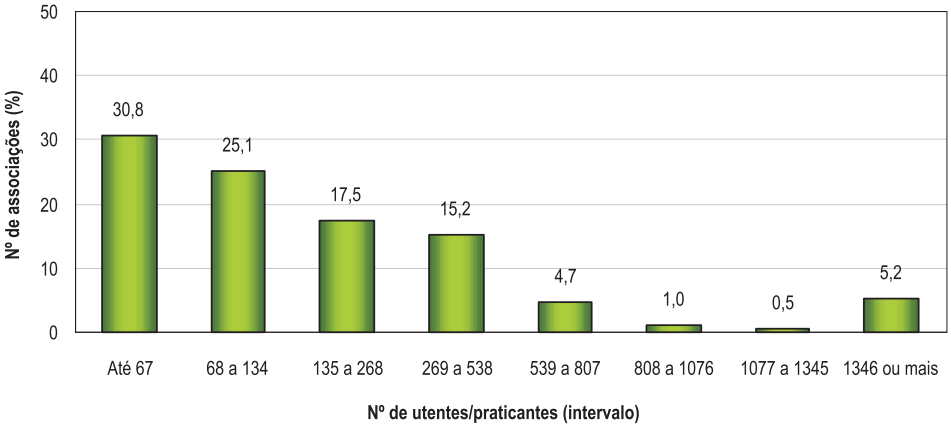
Em boa verdade, portanto, a maioria das instituições confederadas (55,9%) não abrange, de facto, mais do que 134 utentes/praticantes no conjunto das actividades que realiza e grande parte das restantes associações (32,7%) apresentam números de utentes/ praticantes situados entre os 135 e os 538 indivíduos.

Na presença destes dados, é importante dizer que até ao momento é pouco conhecido (e estudado) o impacto social que a acção das

16 Trata-se de um número aproximado, já que o nível de agregação dos dados não permitiu identificar o número de indivíduos que, numa mesma associação ou em associações diferentes, participam em mais do que uma actividade, pelo que aquele valor contabiliza na verdade o *número de participações* e não o *número efectivo de utilizadores* de determinada actividade.

GRÁFICO 8

Distribuição das associações inquiridas por número (intervalo) de utentes/ praticantes



Fonte: Inquérito às Associações 2007

colectividades de cultura, recreio e desporto tem tido, ao longo do tempo, na sociedade portuguesa, assim como os efeitos do trabalho que tem sido desenvolvido pela generalidade das entidades associativas que em Portugal desenvolvem actividades culturais e recreativas.

De facto, se não há dúvida que recentemente as instituições que actuam no chamado terceiro sector têm auferido uma maior visibilidade na sociedade portuguesa, também não é menos verdade que esse protagonismo (seja junto do Estado, da sociedade civil, ou ainda dos meios de comunicação social) parece recair sobretudo sobre a acção das IPSS's e de outras *Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento* (ONGD) e em menor grau sobre aquelas instituições.

Esta situação, aliás, parece reproduzir, por um lado, a forma como os diferentes tipos de entidades associativas são entendidos e valorizados a partir das suas implicações em termos sociais e, por outro lado, a própria configuração da estrutura de relações que esses organismos mantêm com o Estado e suas instituições em Portugal.

Assim, se as associações desportivas, culturais e recreativas são tidas como instituições que desenvolvem a sua actuação sobretudo segundo *"objectivos direccionados para os seus membros"* e que contribuem de forma reduzida ou, pelo menos, consensual, para o debate na esfera pública, trazendo *"poucos contributos para a deliberação democrática"* (Viegas, 2004: 42-43), já as organizações do terceiro sector que actuam na área da acção social parecem possuir em Portugal uma grande importância

"ao nível da provisão de serviços sociais", numa situação que lhes aufere grande relevância política e *"grande capacidade de acesso ao sistema político por via das suas organizações de cúpula"* (Ferreira, 2004: 4).

Em particular, as IPSS – instituições que em Portugal «dominam» o terceiro sector no que diz respeito aos serviços sociais – são, conjuntamente com outras instituições de solidariedade social e outras entidades equiparadas, o grande provedor directo do Estado português no âmbito da *acção social*, nomeadamente através do estabelecimento de acordos de gestão e de cooperação com o Instituto da Segurança Social (Ferreira, 2004: 5).

> Segundo os cálculos do Tribunal de Contas, em 1999, das 3095 IPSS registadas, 85,7% possuíam acordos de cooperação com a Segurança Social, os quais absorviam 71,6% do orçamento público nesta área. Esta percentagem não traduz, no entanto, a dimensão dos apoios e transferências do Estado para as IPSS, pois exclui, por exemplo, os relativos aos programas sociais (por ex.: PILAR e PAII), os subsídios do Fundo de Socorro Social, os subsídios eventuais, as transferências do PIDDAC e os benefícios fiscais (Ferreira, 2004: 5-6).

Já as colectividades de cultura, recreio e desporto, por seu lado, de acordo com os dados recolhidos por via do inquérito realizado, parecem auferir de muito pouco investimento financeiro por parte dos organismos do Estado (central) português.

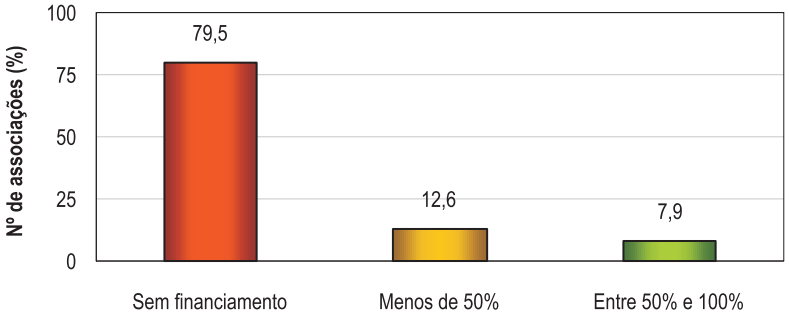
A caracterização da situação financeira recente das associações confederadas será analisada com maior profundidade mais à frente na nossa discussão (v. Capítulo 3), mas por agora pode-se avançar que apesar de existir um relativo equilíbrio entre o valor efectivo das receitas provenientes do *poder local* e do *poder central* ao nível das «comparticipações, subsídios ou apoios» concedidos àquelas associações, são contudo muito poucas as instituições que de facto têm acesso efectivo ao financiamento oriundo do *Estado/Administração Pública* para o desenvolvimento da sua acção.

Com efeito, não obstante o caso do financiamento estatal representar 42,8% do total das receitas das associações provenientes de «comparticipações, subsídios ou apoios», somente 20,5% das instituições inquiridas têm acesso a esse financiamento e, entre estas, para mais de metade esse financiamento representa menos de 50% do total de receitas auferidas por essa via (o restante advêm ou *do poder local* ou ainda, em muito menor grau, como veremos depois, de *fundos comunitários*).

Por outro lado, se se observar a estrutura do financiamento estatal das associações confederadas por *tipo de associação*, constata-se

GRÁFICO 9

Distribuição das associações inquiridas por nível de relevância do financiamento do Estado/Administração Pública nas receitas externas da associação



Fonte: Inquérito às Associações 2007

que entre o reduzidíssimo grupo de instituições cujo apoio financeiro do Estado constitui entre 50 a 100% do seu orçamento proveniente de «comparticipações, subsídios ou apoios», quase metade são IPSS ou associações de bombeiros (47,1%), posição relativa que em nada corresponde ao peso que atrás vimos que estas associações detêm no contexto global das instituições filiadas na CPCCRD.

De qualquer modo, como já aqui se disse (v. *Ponto prévio*), não há dúvida que em Portugal as associações desportivas, culturas e recreativas se encontram entre as instituições de carácter associativo que registam valores de envolvimento mais elevados do ponto de vista dos indivíduos que abrangem (Viegas, 2004: 41).

Para além disso, seja como promotoras da instrução, da protecção na saúde ou do garbo profissional dos seus associados, como agentes de democratização da cultura e do desporto junto das classes populares ou do exercício e reivindicação de direitos de cidadania ou ainda, simplesmente, como locais de lazer e sociabilidade, as associações têm, cumprido, no correr do seu já longo tempo de existência, várias funções sociais – de integração, de qualificação, de combate à exclusão social, de promoção da qualidade de vida – cuja importância social não pode ser escamoteada até porque, como referem Vilaça e Guerra (2000) quando discutem a questão do papel da *animação sócio-cultural* na sociedade portuguesa, a qualidade de vida *"não é só determinada unicamente por indicadores relacionados com infra-estruturas"*...

> A animação sócio-cultural esteve presente em quase todos os movimentos populares, abarcando as mais diversas dimensões da vida quotidiana. Neste quadro, o associativismo vai constituir um veículo, por excelência, para a prossecução de um leque variado de práticas culturais, apropriando um sentido amplo de cultura, o qual abarca não apenas formas de produção cultural erudita mas, principalmente, formas de cultura popular, estas últimas quase hegemónicas no contexto que vimos a descrever. A animação sócio-cultural teve e tem um papel crucial na motivação, estruturação e dinamização dos grupos civis e, para além disso, constitui um dos eixos definidores da própria qualidade de vida, pois esta não é só determinada unicamente por indicadores relacionados com infra-estruturas (Vilaça e Guerra, 2000: 89-90).

Do mesmo modo, como refere Alfredo Melo de Carvalho a respeito dos clubes desportivos, *"mesmo quando são acusados de não passarem de simples tabernas, está a esquecer-se o papel que sempre desempenharam como locais únicos de convívio e aproximação entre indivíduos das camadas sociais populares que outros locais não possuíam para exercer a sua sociabilidade"* (Melo de Carvalho, 2001: 75).

Como se viu atrás, em 1999 encontravam-se registadas em Portugal 3095 IPSS (Ferreira, 2004: 5-6). Ora, se a estimativa avançada pela CPCCRD sobre o número de associações existentes no país for certa, então dá-se o caso, dada a visibilidade social que tem sido dada ao fenómeno associativo no âmbito nacional – na sua vertente *cultural, recreativa e desportiva* – de nos encontrarmos na presença de um dos «segredos mais bem guardados» da história portuguesa mais recente.

E estas questões parecem ter toda a relevância no contexto actual do associativismo (popular) nacional, já que, a par da indisponibilidade dos dirigentes associativos para assumir sem constrangimento as suas funções nas instituições a que pertencem, tanto a falta de visibilidade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas colectividades e associações recreativas, culturais e desportivas, em geral, como a falta de apoio directo do Estado a este tipo de instituições parecem estar entre as principais preocupações de quem, em Portugal, se tem debruçado sobre a análise da realidade do fenómeno associativista no país (Flor, Maio de 2008).

Voltaremos a ocupar-nos destes temas mais à frente. Por agora, importa aprofundar um pouco mais o conhecimento a respeito das associações filiadas na CPCCRD, do ponto de vista da sua dimensão social.

Capítulo 2

Recursos Humanos

1. Associadas

Como referem Helena Vilaça e Paula Guerra quando discutem a questão do *espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos*[17], *"apesar do incremento do número de associações não se encontrar na relação directa do envolvimento dos seus sócios, o associativismo deverá ser entendido como uma via de participação social e cívica. A dinâmica associativa traduz uma «procura generalizada de participação», procura que constitui a «pedra de toque» do associativismo no mundo actual, e ocupa (...) «um lugar original do sistema político-social»"* (Vilaça e Guerra, 2000: 88).

Neste contexto, o número de indivíduos que pertencem a uma associação, ou, talvez seja mais correcto, que *têm determinada associação como sua pertença* – já que esta, por definição, só existe enquanto entidade colectiva que materializa mais ou menos formalmente a ligação existente entre os seus membros – constitui um indicador fundamental para a análise do estado do associativismo, num determinado momento no espaço e no tempo.

Entre as associações filiadas na *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* (CPCCRD) foram identificados, durante o inquérito realizado, cerca de 150 mil indivíduos (149 099) no papel de associados, o que traduz – tendo em conta os números anteriormente avançados a respeito das taxas de utilização das actividades disponibilizadas pelas associações inquiridas – um rácio de 76,1 utentes/praticantes por cada 100 associados e um valor médio de cerca de 616 associados por instituição (616,1)[18].

17 VILAÇA, Helena e GUERRA, Paula (2000) "O espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos: o caso das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira" in Rev. da Faculdade de Letras. Sociologia, Vol. 10, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 79-129.

18 À semelhança do que anteriormente se referiu acerca do número de *utentes/praticantes* das associações inquiridas, o número de associados aqui avançado deve ser entendido como um valor aproximado, pois o facto do inquérito realizado ter incidido sobre associações e não sobre indivíduos não permite que se identifique o

No entanto, observando esta realidade sob a perspectiva da *distribuição das associações confederadas por intervalo do número de associados*, constata-se que, na verdade, a maior parte das instituições apresenta de facto uma massa associativa de volume inferior à média calculada.

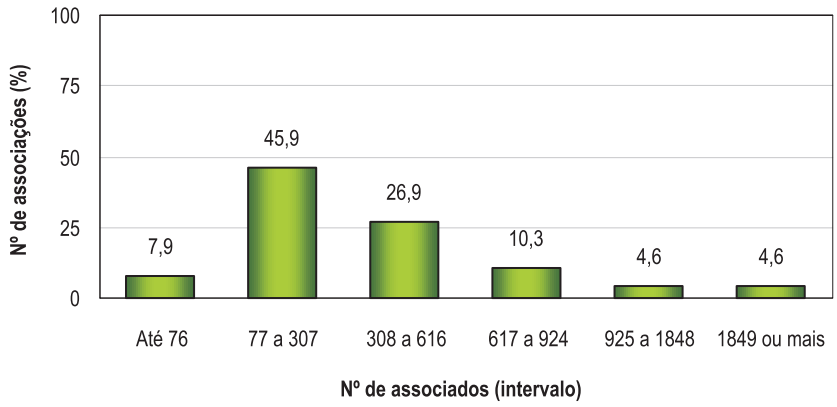
Com efeito, não obstante os 616 indivíduos estimados em termos médios, perto de metade das associações (45,9%) tem efectivamente números de associados situados entre os 77 e os 307 indivíduos, e cerca de um quarto das restantes (26,9%) apresenta valores compreendidos entre 308 e 616 indivíduos.

Em boa verdade, portanto, somente 19,5% do total de instituições confederadas apresentarão números de associados superiores àquela média.

De qualquer modo, as associações abrangidas pelo inquérito realizado parecem agregar mais associados do que as instituições (somente de *cultura* e *recreio*, recordamos) inquiridas pelo INE em 1995, já que, entre estas, 68% tinha uma dimensão que não ultrapassava os 300 associados (INE, 1995: 14), situação que só se verifica pelo menos em 53,8% das instituições confederadas.

GRÁFICO 10

Distribuição das associações inquiridas por número (intervalo) de associados



Fonte: Inquérito às Associações 2007

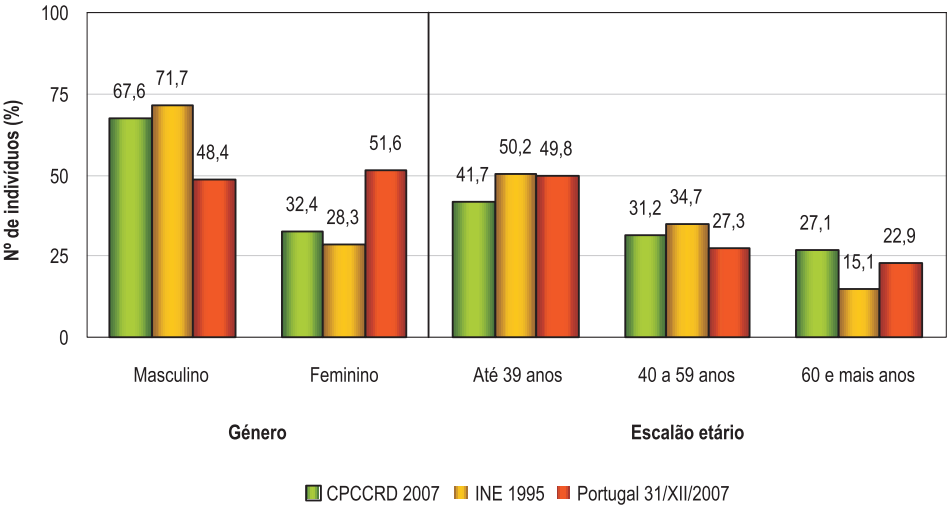
conjunto de efectivos que eventualmente serão associados de mais do que uma das instituições que responderam ao inquérito.

Em termos das suas características pessoais, os associados identificados no inquérito são indivíduos sobretudo do género *masculino* (67,6%), registando-se uma baixa percentagem de mulheres (32,4%), e encontram-se na maior parte dos casos em *idade adulta*, com destaque para a população com idades compreendidas entre os 30 e os 59 anos (51% do total da população de associados).

Voltando a comparar estes dados com aqueles que foram obtidos pelo INE em 1995, (INE, 1995), e com as *estimativas demográficas* avançadas por aquele instituto para Portugal a Dezembro de 2007 (INE, 2008b), constata-se, por um lado, que a população de indivíduos associados nas instituições filiadas na CPCCRD – apesar de agregar mais mulheres do que as instituições inquiridas em 1995 – se apresenta como uma população ainda muito masculinizada quando comparada com a população nacional; e, por outro lado, que a população de associados é também uma população em idade mais avançada – 27,1% tem idades iguais ou superiores aos 60 anos – situação que se verifica tanto em relação ao conjunto de associados identificados pelo inquérito do INE (onde esse número atinge somente os 15,1%), como em relação à estrutura etária estimada para a população portuguesa em finais de 2007 (em que 22,9% da população tem 60 ou mais anos).

GRÁFICO 11

Distribuição dos associados das associações inquiridas por género e escalão etário



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Do ponto de vista do género, esta situação é coerente com os dados apresentados noutras análises sobre o associativismo em Portugal, onde o movimento associativo nacional é caracterizado como um «mundo» que *"apesar das flutuações normais"* assume um carácter sobretudo masculino, mundo esse *"em que as mulheres estão fracamente presentes"* (Melo de Carvalho, 2001: 54).

Independentemente disso, não podemos no entanto deixar de destacar que os resultados agora obtidos ao nível das taxas de «masculinidade» no universo de indivíduos agremiados às associações confederadas – não obstante as diferentes medidas de análise envolvidas nos diferentes estudos e as diferenças regionais encontradas – são significativamente inferiores aos valores apontados nesses outros estudos (80,0%) (Melo de Carvalho, 2001: 52), estado de coisas que pode constituir um reflexo das mudanças entretanto operadas na sociedade portuguesa ao nível da *igualdade de género* e seu impacto no estado do associativismo nacional.

De qualquer modo, a realidade das associações filiadas na CPCCRD é bastante heterogénea, com as regiões Norte e Centro do país a apresentarem taxas de feminização dos associados na ordem dos 27% (27,1% na região Norte e 27,8% na região Centro), enquanto nas regiões de Lisboa, do Alentejo e do Algarve essas medidas assumem valores mais elevados (34,6% na região de Lisboa e 33,8% nas regiões do Alentejo e do Algarve).

Já no que diz respeito à idade dos indivíduos envolvidos (enquanto associados) nas associações, a comparação dos dados agora obtidos com os estudos realizados a este nível apontados por Alfredo Melo de Carvalho permite-nos concluir que a população aqui analisada apresenta uma estrutura etária mais envelhecida – aliás, como já tínhamos indiciado anteriormente nesta discussão.

Nas referências apontadas pelo autor, a percentagem de jovens associados (indivíduos com idade não superior a 30 anos) atinge, num caso, os 44,0% (Loures) e, noutro, os 35,7% *(Contributo para o Estudo do Associativismo em Portugal*, de Teixeira de Sousa) (Melo de Carvalho, 2001: 54).

Quanto a nós, o nível de agregação da informação implicado no inquérito utilizado não possibilita a definição de uma categoria etária completamente coincidente com a utilizada naqueles estudos, mas a *percentagem de associados com idades inferiores ou iguais aos 29 anos* não ultrapassa, no caso das associações filiadas na CPCCRD, os 21,9%, número que é significativamente inferior aos valores acima apresentados

e que, contrariamente à situação do *género*, não varia muito em termos geográficos.

Finalmente, ainda ao nível da caracterização do envolvimento dos associados nas associações confederadas, tentou-se aferir do grau de participação e actividade dos indivíduos na vida associativa, requerendo-se para tal, durante o inquérito realizado, que as associações procedessem a essa avaliação com base nos eventos (assembleias) por si realizados em 2006.

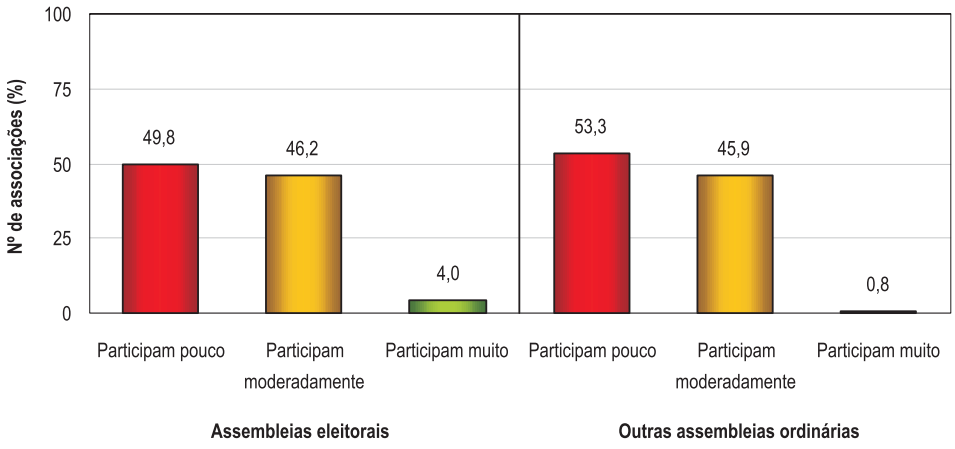
Assim, tendo-se já aferido das principais características do movimento associativo ao nível da sua dimensão e configuração social, constata-se agora – a partir da perspectiva dos dirigentes associativos inquiridos – que, em termos de envolvimento na vida das instituições de que são associados, a participação dos indivíduos parecer ser, em termos quantitativos, maioritariamente *reduzida* ou, pelo menos, *moderada*, sendo muito poucas as entidades em que se considera que os associados «participam muito» em qualquer um dos eventos considerados.

De facto, esta é uma situação que parece ser independente do tipo de assembleia que se verifique, na medida em que se registaram muito poucas diferenças ao nível do envolvimento dos associados quer se fale de «assembleias eleitorais» ou «outro tipo de assembleias ordinárias».

Por outro lado, ao nível do *tipo de participação* dos associados nas assembleias das associações, parece existir uma grande divisão entre as

GRÁFICO 12

Distribuição das associações inquiridas por tipo de participação dos associados



Fonte: Inquérito às Associações 2007

instituições filiadas na CPCCRD, com a maior parte destas a considerar que a participação dos seus associados é «sobretudo passiva» (52,0%), mas com uma grande percentagem de entidades a referir que, no caso dos seus associados, se trata de uma participação «sobretudo activa» (48,0%).

Quando discute a questão da participação efectiva dos associados na vida associativa dos clubes desportivos, Alfredo Melo de Carvalho é taxativo e esclarecedor: *"naturalmente que o movimento de adesão ao clube (...) não significa o mesmo que a participação na sua vida interior. Aliás, seria descabido esperar que não existisse um «desfasamento» entre a «motivação de aderir e a motivação de participar»"* (Melo de Carvalho, 2001: 51).

De qualquer modo, como já tivemos oportunidade de referir, o rácio existente entre o número de utentes/praticantes e o número total de associados identificado para as entidades filiadas na CPCCRD é significativamente elevado – 76,1 participantes por cada 100 associados – o que pode ser indicativo de que, se a participação dos indivíduos é, em muitos casos, *reduzida/moderada* ou *passiva* no que se refere às questões mais *estruturantes* da organização e vida interna das associações, já no que se refere à utilização dos serviços e actividades que estas disponibilizam o seu envolvimento parece ser maioritário.

2. Colaboradores e outros activistas associativos

Para além dos associados e do papel que estes desempenham no seio da organização, qualquer associação compreende também um conjunto de recursos humanos cuja acção é fundamental para o desenvolvimento regular da sua actividade, qualquer que seja a área de intervenção em que esta se insira.

Podendo o seu número variar muito de instituição para instituição, assim como o tipo de vínculo e regularidade que caracteriza a sua participação na vida associativa, é no trabalho realizado por estes indivíduos que assenta a manutenção dos serviços desenvolvidos pela associação junto dos seus associados e públicos-alvo em geral, pelo que, à semelhança do que atrás dissemos a respeito da população de associados das organizações associativas, o estudo da situação dos *colaboradores*[19]

19 A expressão *colaboradores* é aqui utilizada para agregar os vários tipos de actores que geralmente participam na divisão do trabalho associativo, nomeadamente, *dirigentes associativos eleitos*, *seccionistas*, *activistas associativos não eleitos* e ainda *profissionais remunerados*.

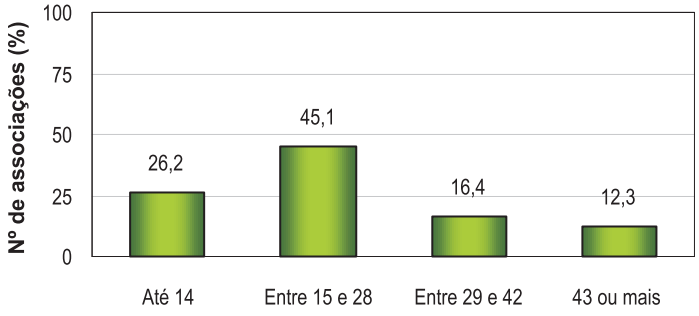
deste tipo de instituições constitui uma peça central para a análise do fenómeno associativo em determinado contexto espaço-temporal.

De acordo com os dados do inquérito realizado, cada associação filiada na CPCCRD conta, em termos médios, com a participação de cerca de 28 colaboradores (27,6) para o desenvolvimento das suas actividades.

A maior parte dessas instituições, no entanto, apresenta um número de recursos humanos inferiores àquela média (71,3%), sendo na verdade muito reduzido o conjunto de associações que chegam a ter 43 ou mais colaboradores ao serviço (somente 12,3% do total de instituições inquiridas).

GRÁFICO 13

Distribuição das associações inquiridas por número (intervalo) de colaboradores ao serviço



Fonte: Inquérito às Associações 2007

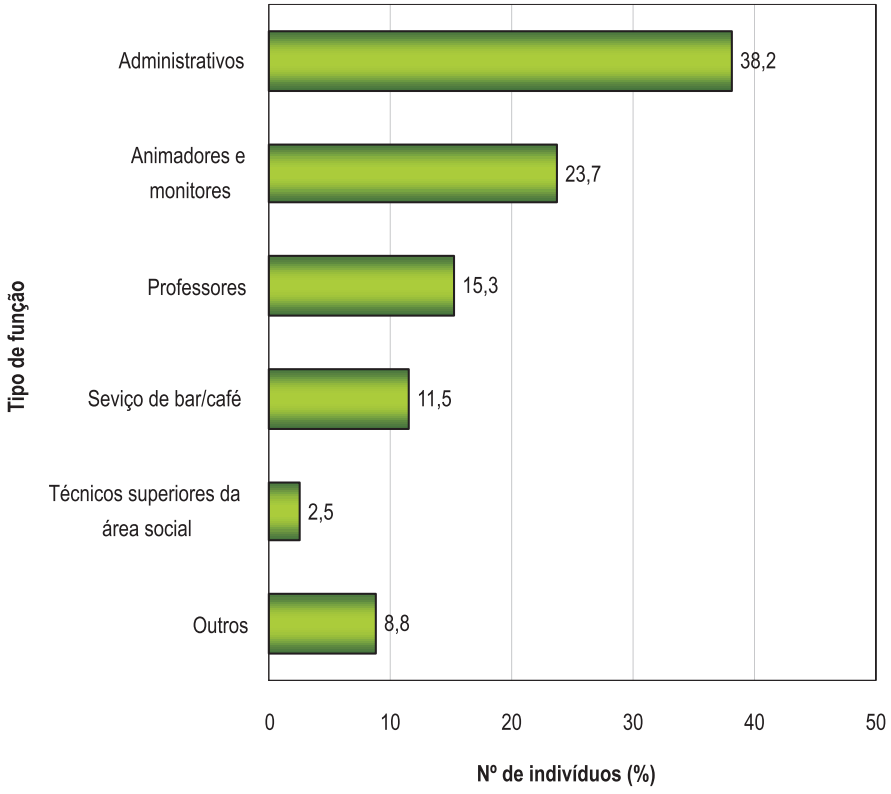
Entre estes colaboradores, o destaque vai para os que desempenham uma função *dirigente*, isto é, os que ocupam cargos ao nível dos *órgãos sociais* das associações, grupo que congrega mais de metade (54,6%) do total de colaboradores identificados para as instituições confederadas, num valor médio de 15 (15,1) indivíduos por associação. Por outro lado, constatou-se também que 25,4% das associações inquiridas não têm ao serviço outros colaboradores para além daqueles que na instituição desempenham funções dirigentes.

Voltar-se-á mais à frente à questão do lugar e importância do dirigente associativo nas instituições confederadas, por agora o importante é chamar a atenção para os papéis desempenhados pelos *trabalhadores associativos*, independentemente da relação que mantêm com os órgãos sociais das instituições a que pertencem.

Assim, de acordo com o inquérito realizado, os colaboradores ao serviço das associações filiadas na CPCRD intervêm sobretudo ao nível do «trabalho administrativo» da instituição (38,2%), da «animação e monitorização» de actividades (23,7%), da «formação» (15,3%) ou ainda da «restauração» (11,5%), sendo muito poucos os colaboradores que exercem funções de «técnicos superiores da área social» (2,5%).

GRÁFICO 14

Distribuição dos colaboradores das associações inquiridas por tipo de função desempenhada

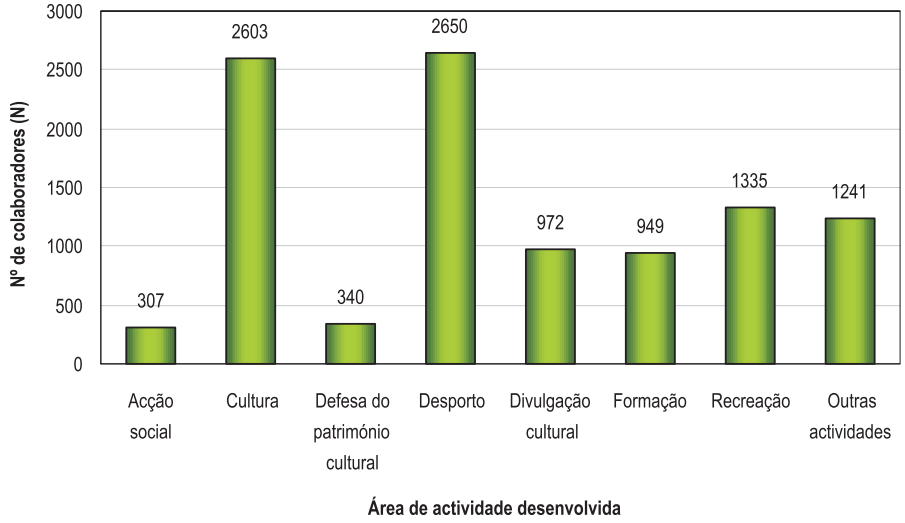


Fonte: Inquérito às Associações 2007

Ao nível das áreas de actividade em que intervêm, o destaque vai para o «desporto» (2 650 indivíduos), para a «cultura» (2 603) e para a «recreação» (1 335), no fundo as mesmas três áreas de actividade que abrangem o maior número de praticantes/utentes das associações confederadas, como atrás se constatou (v. Capítulo 1).

GRÁFICO 15

Distribuição das áreas de actividade das instituições inquiridas por número de colaboradores envolvidos



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Finalmente, na grande maioria dos casos (85,8%), este trabalho é feito de forma voluntária, gratuita, sem que os colaboradores envolvidos sejam por isso remunerados pelas organizações em que prestam serviço.

O carácter voluntário do trabalho é, aliás, uma das características fundamentais do universo associativista e um dos traços essenciais que distingue esta categoria de instituições de outros tipos de sociedades juridicamente sancionadas e, em particular, daquelas que perseguem fins lucrativos.

Neste contexto, a figura do *dirigente associativo*, em especial, reveste-se de um carácter paradigmático, quase mítico[20], o qual releva não só da importância do cargo que ocupa, de elevado nível de responsabilidade e exigência no contexto organizacional da instituição, mas sobretudo da legitimidade que aufere por, ao contrário das restantes categorias de colaboradores presentes, ter sido democraticamente eleito pelos seus pares na associação.

Ora, se a isto se juntar o facto de o carácter da sua participação na instituição tender a ser inevitavelmente voluntário, isto é, não

20 Queremos com isto referir-nos ao prestígio e reconhecimento geralmente auferidos por estes actores dentro do campo social do associativismo nacional.

remunerado – no caso das instituições confederadas a percentagem de colaboradores dirigentes *voluntários* chega aos 99,1% – e, ao mesmo tempo, imprescindível – nenhuma associação legalmente constituída pode funcionar sem os seus *órgãos sociais* – além dessa participação ocorrer muitas vezes, como se verá mais à frente, em condições de grande carência de recursos para levar a cabo os desígnios da instituição, então na figura do dirigente associativo encontra-se uma das peças mais fundamentais da dinâmica associativa.

E isto é tanto assim que a própria cultura associativista tem vindo a reconhecer e a consagrar a importância do dirigente associativo no seu seio. O termo *carola*, profusamente utilizado no meio para descrever aqueles indivíduos, tal como a expressão, mais recentemente cunhada, de *dirigente associativo voluntário benévolo*, no fundo, não constituem mais do que marcadores sociais linguísticos destinados precisamente a efectuar essa valorização, quer seja pelo destaque da determinação que é necessária aos indivíduos que ousam desempenhar tal papel – porque muitas vezes levado a cabo num contexto marcado por grandes adversidades e exigências de sacrifício pessoal – quer pela distinção e celebração do carácter voluntário permanente da actividade do dirigente associativo face a outras formas de trabalho voluntário, menos regulares e consistentes, ocorrentes na sociedade.

Já anteriormente se havia referido que mais de metade dos indivíduos que trabalham nas associações filiadas na CPCCRD o faz na qualidade de dirigente associativo (54,6%). No inquérito realizado não foi utilizado nenhum indicador que permitisse aferir da regularidade dessa participação, mas sabe-se, de acordo com um estudo do *Observatório do Emprego e da Formação Profissional* sobre a situação do voluntariado em Portugal, que as associações confederadas se encontram, no país, entre as instituições que apresentam uma maior proporção de trabalhadores voluntários nos órgãos sociais e voluntários regulares (75,1%) no quadro dos indivíduos que intervêm de forma voluntária nas suas actividades (OEFP, 2008: 13)[21].

Não se pense porém que esta situação, de elevado voluntarismo dos colaboradores associativos e, em particular, dos seus dirigentes, significa que as instituições em estudo não apresentam dificuldades ao nível dos seus recursos humanos. A realidade, aliás, parece ser bem diferente.

21 Outras instituições incluídas neste grupo são as *Instituições Particulares de Solidariedade Social* (IPSS) e as *Associações de Bombeiros*.

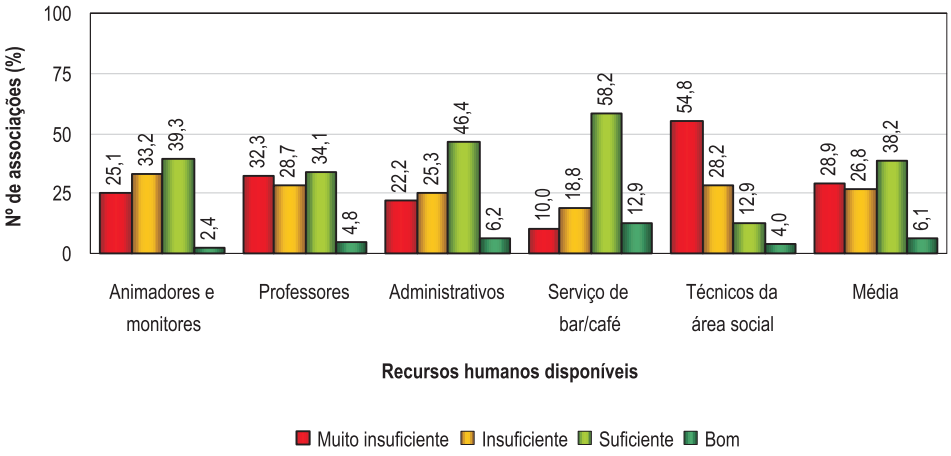
Assim, para além de outros problemas relacionados com aspectos financeiros e materiais das associações – os mais comuns, que são abordados no Capítulo 3 do presente estudo – 39,8% das associações inquiridas referiu ainda que a «falta de recursos humanos» se encontra entre as principais dificuldades ao nível do seu funcionamento.

Devido à forma como estes dados foram registados no inquérito – numa pergunta colocada de *forma aberta*, sem respostas pré-definidas – não foi possível constatar se esta carência de recursos estará relacionada com a *falta de dirigentes* ou de outro tipo de *trabalhadores associativos*, pelo que ficará para outro momento uma análise mais detalhada desta questão. No entanto, é importante dizer-se que, independentemente das instituições que indicaram aquela situação como problemática, 13,7% das associações identificaram ainda – em específico – a «captação de dirigentes» como uma das dificuldades maiores da instituição.

Por outro lado, mais de metade das associações confederadas (55,7%) avalia como insuficientes (muito insuficientes em 28,9% dos casos) os recursos humanos de que dispõem, avaliação essa que é particularmente frequente no caso dos *técnicos da área social* (83,0% das instituições consideram esta dimensão insuficiente), área de actividade na qual as instituições dispõem de muito poucos colaboradores, como se viu anteriormente.

GRÁFICO 16

Avaliação do nível de adequação dos recursos humanos disponíveis nas associações inquiridas



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Finalmente, 202 das associações inquiridas (76,5%) referiram também apresentar necessidades de formação dos recursos humanos disponíveis, num total de 3 532 indivíduos em situação de carência formativa, entre os quais cerca de metade são dirigentes (56,0%).

O quadro seguinte apresenta a distribuição das associações que referiram ter necessidades de formação por *área de formação*. Da análise desses dados é importante salientar, por um lado, a grande diversidade de áreas em que se verificam fortes carências formativas nas associações e, por outro lado, o facto das áreas em que efectivamente se verificam as maiores necessidades se tratarem, no fundo, de áreas que estão relacionadas sobretudo com a gestão interna das associações («liderança e gestão de equipas», «contabilidade e fiscalidade» ou ainda «cultura e intervenção associativa»), como se as instituições buscassem, cada vez mais, promover uma maior qualificação do seu funcionamento.

QUADRO I

Distribuição das associações inquiridas por áreas de conhecimento em que apresentam necessidades de formação

Área de formação	Nº de associações (%)
Liderança e gestão de equipas	53,0
Contabilidade e fiscalidade	50,5
Cultura e intervenção associativa	49,5
Área administrativa	48,5
Planeamento, programação e controlo de actividades	46,5
Tecnologias de comunicação e informação	46,5
Enquadramento jurídico	44,6
Técnicas de comunicação	43,1
Música	34,2
Teatro	30,2
Dança	25,2
Etnografia e folclore	20,3

Fonte: Inquérito às Associações 2007

Qualquer que seja o caso, parece ser de facto num contexto de fortes carências ao nível de colaboradores regulares e mais bem preparados que as associações confederadas desenvolvem a sua acção junto das populações de associados que representam, situação que será certamente constrangedora dos resultados do seu trabalho, mas que, ao mesmo tempo, vêm reforçar ainda mais a importância do lugar efectivo

e simbólico que dentro do universo associativo popular ocupa a figura do *dirigente associativo voluntário benévolo*: afinal... que indivíduos são estes que de forma gratuita e regular e, muitas vezes, em situações de grande adversidade, continuam a colocar o seu tempo e competências ao serviço das associações do país?

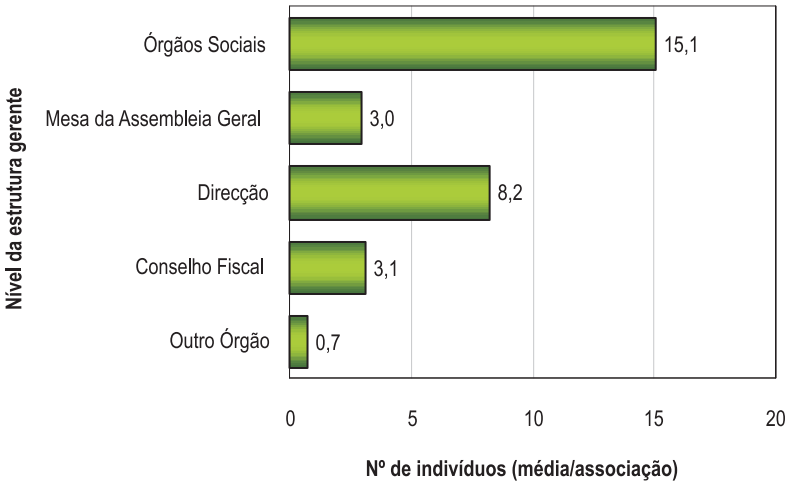
3. Perfil e valor do dirigente associativo voluntário benévolo

Tendo-se aqui constatado da importância do papel do dirigente associativo no contexto das associações filiadas na CPCCRD importa agora aprofundar um pouco mais o conhecimento existente sobre estes actores sociais, que desenvolvem o seu trabalho de uma forma regular e voluntária ao serviço daquelas instituições.

Como se disse anteriormente, cada instituição confederada apresenta, em termos médios, 15 (15,1) indivíduos nos seus órgãos sociais, sendo estes geralmente constituídos por três órgãos essenciais, a saber: a *Mesa da Assembleia Geral* (com uma média de 3 indivíduos nas associações confederadas), a *Direcção* (8 indivíduos) e o *Conselho Fiscal* (3 indivíduos).

GRÁFICO 17

Número médio de dirigentes afectos aos órgãos sociais das associações inquiridas, por nível da estrutura gerente



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Em termos da sua distribuição, a maior parte das instituições caracteriza-se ao nível dirigente por ter 3 ou 4 indivíduos na Mesa da Assembleia Geral (82,0% das instituições), 5, 7 ou ainda 9 indivíduos na Direcção (59,1%) e 3 indivíduos no Conselho Fiscal (82,0%).

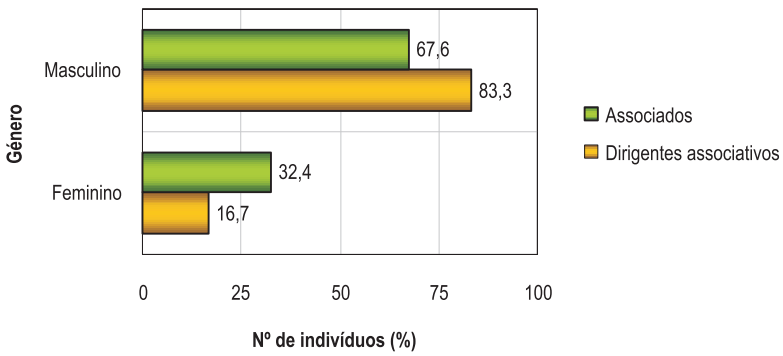
Dá-se ainda o caso, pouco significativo no contexto do total de instituições confederadas, de associações que apresentam dirigentes a desempenhar funções noutros órgãos – não obrigatórios[22] – da associação (15,6% do total de instituições inquiridas). No entanto, nesses casos, o número de dirigentes adstritos a esse tipo de estruturas raramente passa dos 7 indivíduos.

São sobretudo homens que na esmagadora maioria dos casos assumem os papéis directivos nas associações confederadas (83,3% dos casos), assim como indivíduos situados na faixa etária entre os 30 e os 59 anos de idade (64,4%).

Comparando-se estes dados com o perfil neste capítulo definido para o universo dos associados das mesmas instituições, conclui-se que existe um efeito de *hipermasculinização* dos órgãos sociais das mesmas. Assim, se anteriormente já se tinha constatado do carácter maioritariamente masculino da população de associados, os dados do inquérito permitem concluir, como se viu, que essa situação é ainda mais marcante quando se pensa somente nos indivíduos que desempenham funções dirigentes nas associações, onde a percentagem de mulheres não passa dos 16,7%.

GRÁFICO 18

Distribuição dos associados e dirigentes das associações inquiridas, por género



Fonte: Inquérito às Associações 2007

22 De acordo com o Código Civil português.

Ao efeito de retracção da participação associativa das mulheres juntar-se-ia assim um efeito de *glass ceiling*, em que o acesso a lugar nos lugares directivos, em geral, das associações estaria ainda mais dificultado aos associados do género feminino.

Se atrás se viu como Alfredo Melo de Carvalho constata, do ponto de vista dos indivíduos que aderem a uma associação, que o mundo do associativismo é sobretudo um mundo *masculino* (Melo de Carvalho, 2001: 52), os resultados agora expressos ao nível dos dirigentes confirmam o que o mesmo autor já havia referido numa outra ocasião: que *"a presença das mulheres [nos órgãos sociais das associações], apesar de parecer estar em aumento progressivo, é muito limitada, ainda por cima não traduzindo o peso relativo da adesão como sócias quando transposta para a função directiva"* (Melo de Carvalho, 1997: 27).

Por outro lado, ao nível da *idade*, e apesar de entre a população de dirigentes se verificar uma menor percentagem de indivíduos com idades superiores a 65 anos (9,9%) do que o que se passa na população de associados (14,8%), é de salientar que essa diferença parece tender a esbater-se face à maior percentagem de indivíduos dirigentes com idades situadas entre os 30 e os 65 anos, onde a percentagem verificada (75,8%) é superior àquela que se regista para os associados em geral (63,3%).

Não parece, portanto, existir uma grande diferença, em termos etários, entre os dirigentes associativos e a população de associados das instituições confederadas, sendo válidas para o primeiro grupo as conclusões anteriormente apresentadas para o segundo. Trata-se de uma população em idade mais avançada do que as estimativas avançadas pelo INE para a totalidade da população portuguesa em finais de 2007 – e recorde-se que a população portuguesa se caracteriza actualmente por apresentar uma estrutura demográfica já de si «envelhecida».

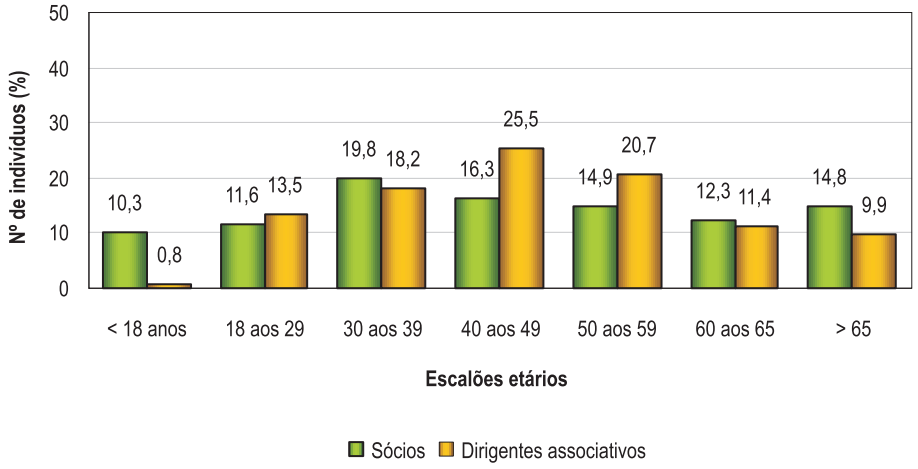
Já ao nível da escolaridade, tratam-se essencialmente de indivíduos com níveis de qualificação na ordem do *ensino secundário* (48,2%) ou *ensino básico* (33,8%), sendo comparativamente poucos os que concluíram o *ensino superior* (18,1%).

Em termos da sua relação com o trabalho, a maior parte está enquadrada na categoria dos *trabalhadores por conta de outrem* (53,0%) e a segunda categoria mais significativa é a dos *reformados* (19,0%).

O perfil do *dirigente associativo executivo* (aquele que desempenha funções ao nível da *Direcção* das associações) não varia significativamente do perfil do dirigente associativo em geral, aqui definido. São sobretudo indivíduos do género masculino (82,4%), com idades compreendidas

GRÁFICO 19

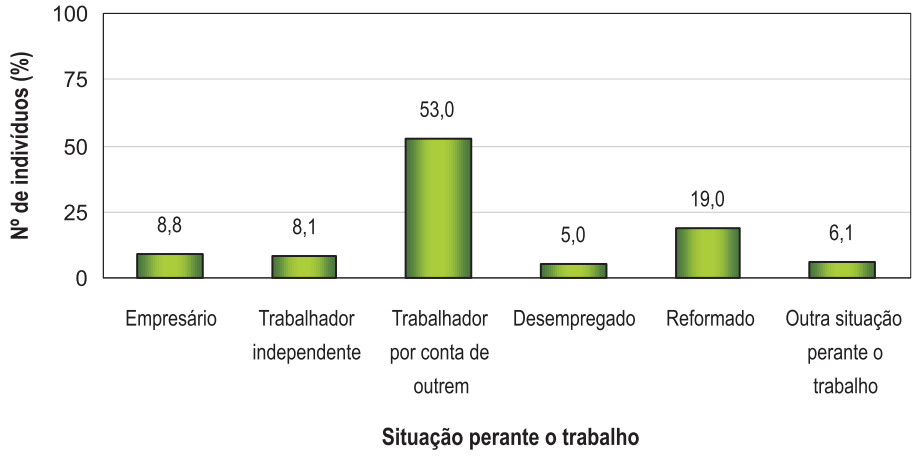
Distribuição dos associados e dirigentes das associações inquiridas, por escalão etário



Fonte: Inquérito às Associações 2007

GRÁFICO 20

Distribuição dos dirigentes das associações inquiridas, por situação perante o trabalho



Fonte: Inquérito às Associações 2007

entre os 30 e os 59 anos (65,8%), com graus escolares ao nível do ensino *secundário* (49,8%) ou *básico* (35,1%) e em situação de *trabalhador por conta de outrem* (58,6%) ou ainda de *reformados* (20,1%).

Não se sabe ao certo qual o valor que o trabalho desenvolvido por estes indivíduos – no seio deste género de organizações – representa no contexto da sociedade portuguesa, mas num estudo realizado em 2005 sobre a importância do chamado *terceiro sector* em Portugal – estudo que envolveu não só instituições ligadas à área da *cultura*, do *recreio*, do *desporto* ou da *acção social*, mas muitas outras cuja natureza escapa ao objecto da presente investigação – estimava-se que o espaço da sociedade civil nacional naquele sector envolvesse, naquela altura, a energia equivalente a aproximadamente um quarto de milhão de trabalhadores a tempo inteiro, entre os quais cerca de um terço (pouco mais de 67 mil indivíduos) desenvolveria esse trabalho de forma voluntária, trabalho que se fosse remunerado assumiria um valor económico anual de cerca de 675 milhões de euros, ou seja, mais do que 0,5% do *Produto Interno Bruto* (PIB) nacional no ano em questão (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, 2005: 11).

Já em França, por exemplo, nos anos 80 do século XX, o *Comité Nacional Olímpico Desportivo* calculava que a contribuição anual dos *Dirigentes Desportivos Voluntários* (DDV) seria de 300 milhões de horas de trabalho realizado a título gratuito, perfazendo um valor equivalente a 125 mil postos de trabalho, trabalho esse que se fosse remunerado corresponderia a um valor de 8 biliões de francos, ou seja, oito vezes mais do que o orçamento do Ministério da Juventude e do Desporto francês no ano em questão (Melo de Carvalho, 1997: 173).

No caso das associações filiadas na CPCCRD, se se tiver em consideração o valor médio atrás indicado a respeito da dimensão dos corpos gerentes das instituições – cerca de 15 indivíduos, perfazendo um total de aproximadamente 40 mil indivíduos (39 480) para o conjunto das associações confederadas no inicio de 2007 (2 632) – e o número médio de horas de trabalho/ano estimado para estes voluntários pelo OEFP – 187,2 (OEFP, 2008: 17) – pode constatar-se que esse trabalho representa aproximadamente um total de 7 milhões e 400 mil horas de trabalho anuais (7 390 656) ao serviço (gratuito) das associações, o que equivaleria ao trabalho desempenhado por cerca de 3 849 trabalhadores a tempo inteiro.

Isto significa, portanto, continuando com o mesmo raciocínio, que, se tomarmos por base o ganho mensal médio estimado em 2006 pelo

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS) para os trabalhadores (homens/mulheres) da categoria de *Encarregados, Controladores e Chefes de Equipa* da sub-área das *actividades recreativas, culturais e desportivas* – €1 349,10/ mês – então o conjunto do trabalho dos dirigentes que actuam nas instituições que em princípios de 2007 se encontravam filiadas na CPCCRD equivale, em termos económicos, a cerca de 62 milhões e 300 mil euros (€ 62 312 231) por ano.

E se isto é assim, caso os dados aqui apresentados sejam coerentes com a realidade do fenómeno do associativismo a nível nacional – recorde-se que a estimativa da Confederação é que existem em Portugal cerca de 18 mil associações – então estaremos a falar de cerca de 270 mil indivíduos que desempenham funções dirigentes de forma voluntária nas associações, num total de 50 milhões e meio (50 544 000) de horas de trabalho, o equivale ao trabalho de cerca de 26 mil indivíduos (26 325) a tempo inteiro e a aproximadamente 426 milhões de euros por ano (€ 426 180 690), isto é – para utilizar uma comparação similar à anteriormente apresentada – mais que o dobro do que a despesa consolidada prevista para o Ministério da Cultura português no ano de 2009 – 212,6 milhões de euros.

Ressalve-se que com esta incursão não se almeja aqui fazer a defesa da profissionalização dos trabalhadores «profissionais» assim caracterizados, até porque tal constituiria, a nosso ver, a subversão da lógica que se encontra na própria base do associativismo de carácter popular, que temos estado aqui a analisar.

A questão é que, como refere Alfredo Melo de Carvalho, a respeito do *valor económico* do *Dirigente Desportivo Voluntário*[23], *"se se reconhece que o clube desempenha, para o desporto e, de uma forma mais vasta, para a sociedade, um papel essencial, e se, no desempenho dessa função, ele assume um valor económico de peso, viabilizado pela acção do D.D.B.* [Dirigente Desportivo Benévolo]*, então a acção deste último tem de passar a ser reconhecida de uma forma completamente diferente daquilo que se passa no presente"* (Melo de Carvalho, 1997: 134). Ora, na perspectiva de Augusto Flor, que pensa a questão não só do ponto de vista desportivo, mas também cultural e recreativo, o mesmo pode ser dito a respeito do dirigente associativo em geral (Flor, Maio de 2008).

De qualquer modo, como o mesmo Melo de Carvalho constata, o reconhecimento do trabalho do dirigente associativo voluntário não se pode esgotar somente pela verificação da sua dimensão económica,

23 Melo de Carvalho, Alfredo (1997) *O Dirigente Desportivo Voluntário*. Livros Horizonte, Lisboa.

já que esta, constituindo sem dúvida um indicador importante desse processo (nomeadamente ao nível material), não permite no entanto tornar inteligíveis todas as vertentes e implicações – de ordem social, de ordem *humana* – desse trabalho.

Ora, a verdade é que a questão do valor económico do D.D.B. deve ser encarada de um outro ângulo e convém esclarecer esta questão de uma vez por todas. Esse valor existe, como já se viu. Mas resulta, verdadeiramente, de que tipo de produção? Já se referiram pistas para a sua compreensão: essa produção deve ser avaliada, antes de tudo, em termos de relações humanas de estruturação de laços sociais, de defesa permanente e vigorosa de valores humanizadores, de lançamento e consolidação de solidariedades, especialmente dirigidas às camadas mais desfavorecidas da população, de animação cultural da vida local. Trata-se, por isso, de uma produção que não pode ser avaliada essencialmente em termos economicistas, mas sim em termos de produção de vida social humanizada (Melo de Carvalho, 1997: 144).

Capítulo 3

Recursos Materiais e Financeiros

1. Instalações e equipamentos

A existência de um espaço físico que possa constituir o ponto de encontro dos associados de uma associação e o «centro de operações» das actividades por si desenvolvidas constitui um elemento fundamental do funcionamento de qualquer instituição de natureza associativa.

Para além de tudo o resto, é a *sede* da organização que materializa objectivamente a *vontade* dos seus membros, simultaneamente pessoal e colectiva, em se agremiarem em torno de objectivos comuns, numa *associação*.

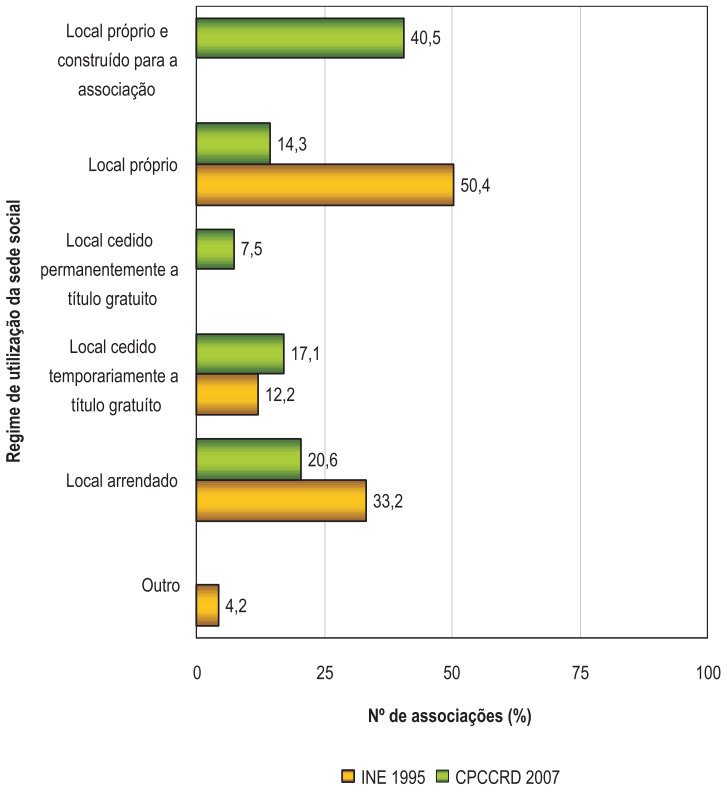
Quando esse espaço não existe, não obstante a eventual realização de encontros da associação em locais informais (no espaço doméstico dos próprios sócios, em cafés, etc.) ou a implementação de actividades por via da utilização de instalações ou equipamentos cedidos ou arrendados a título temporário para o efeito, encontram-se fortemente dificultadas as perspectivas de sobrevivência de qualquer organismo associativo. Não só porque a falta de um espaço próprio implica frequentemente um maior esforço financeiro das instituições para se manterem em funcionamento, mas também porque o contexto de incerteza e de falta de perspectivas de futuro gerado pela ausência de estruturas de apoio ao trabalho a desenvolver – instalações, mas também *equipamentos* – é muitas vezes fomentador, nos indivíduos, de sentimentos de impotência e desmotivação que podem ter como consequência o abandono do projecto associativo.

Quando esse espaço é arrendado ou, não o sendo, a sua utilização tem todavia a si associada uma renda, mesmo que durante um período limitado de tempo, então o valor dessa prestação constitui uma despesa que, inevitavelmente, reduz o orçamento que a associação tem disponível para fazer face a outros gastos decorrentes da sua actividade. Por outro lado, em caso de arrendamento as despesas relacionadas com a manutenção das instalações da associação (ou, pelo menos, parte destas) passam a ser da responsabilidade do proprietário do imóvel.

Ora, de acordo com o inquérito realizado, a maior parte das associações filiadas na *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* (CPCCRD) tem a sua *sede social* situada em local próprio, seja em termos permanentes (62,3%) ou de forma temporária (17,1%), encontrando-se em menor número as instituições cujas instalações se situam num espaço arrendado (20,6%).

GRÁFICO21

Distribuição das associações inquiridas por regime de utilização da ocial



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Comparando estes dados com os que foram obtidos em 1995 pelo INE junto das associações de *cultura* e *recreio*[24], constata-se que entre

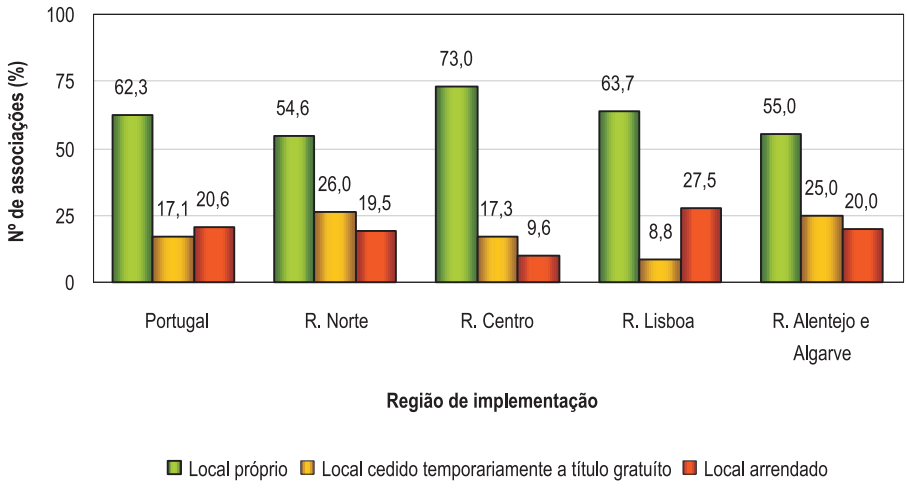
24 Saliente-se que as categorias utilizadas pelo INE em 1995 não são exactamente coincidentes com as categorias utilizadas no inquérito às associações confederadas, onde o instrumento de recolha de informação implicou um maior grau de desagregação na informação recolhida. Assim, as categorias «local próprio e construído para a associação» e «local cedido permanentemente a título gratuito» não constam no documento de apresentação dos resultados do estudo do INE, encontrando-se as associações identificadas nestas situações integradas na categoria «local próprio».

aquelas instituições se verificava uma menor percentagem de associações com sede em local próprio (50,4%) e, inerentemente, um maior número de casos de associações em situação de arrendamento (33,2%) (INE, 1995:18).

Em termos regionais, é na região Centro do país que as associações confederadas têm em menor grau a sua sede localizada em espaços arrendados (9,6%), enquanto que na região de Lisboa se verifica a maior percentagem de instituições nessas condições (27,5%). Por outro lado, é nas regiões Norte, Alentejo e Algarve que se registam as maiores proporções de associações cujas sedes estão instaladas em locais cedidos temporariamente (26,0% na região Norte e 25,0% nas regiões do Alentejo e Algarve).

GRÁFICO 22

Distribuição das associações inquiridas por regime de utilização da sede social e região (NUTS II)



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Ao nível do arrendamento, mais uma vez, a situação das associações é significativamente diferente daquela que é apresentada pelo INE em 2005, onde mais de metade das instituições localizadas na região Norte de Portugal (57,0%) apareciam como arrendatárias do espaço que utilizavam como sede (INE, 1995: 19).

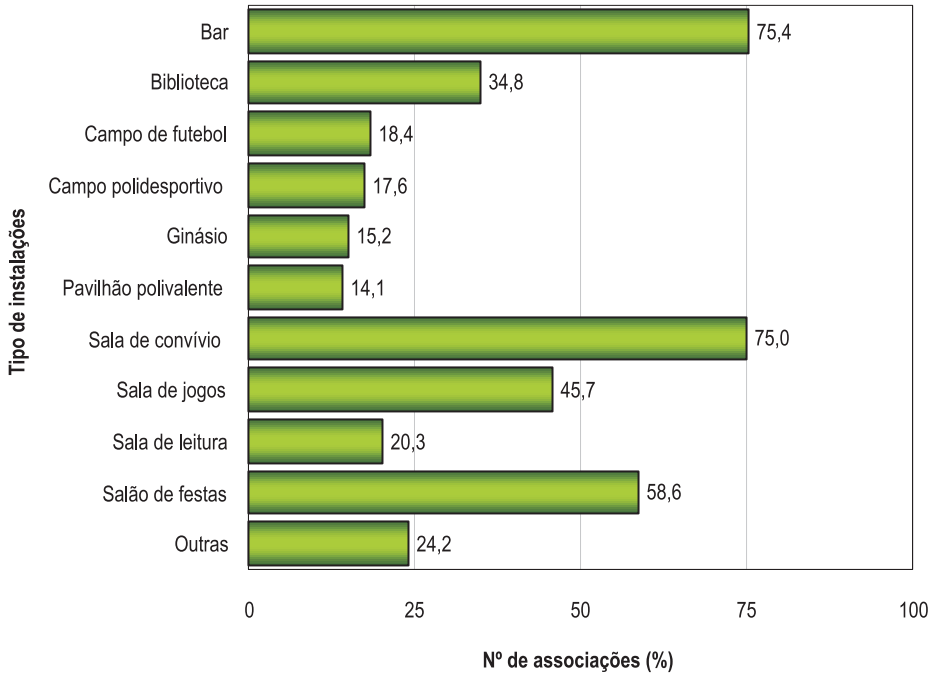
Já no que se refere ao tipo de instalações que as associações confederadas têm ao seu dispor para o desenvolvimento das actividades

que realizam, o inquérito realizado permitiu que se constatasse que se tratam sobretudo de espaços vocacionados para iniciativas/acções no âmbito da recreação, do entretenimento e do convívio, nomeadamente «bar» (75,0%), «sala de convívio» (75,0%), «salão de festas» (58,6%) ou ainda «sala de jogos» (45,7%).

Para além desses espaços, 34,8% das associações dispõem ainda de «biblioteca», ainda que somente 20,3% refiram ter «sala de leitura».

GRÁFICO 23

Distribuição das associações inquiridas por tipo de instalações possuídas



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Já em menor número encontram-se as associações que têm ao seu dispor instalações apropriadas para a prática desportiva, como um «campo de futebol» (18,4%), um «campo polidesportivo» (17,6%) ou um «ginásio» (15,2%).

Ora, esta situação, se não é surpreendente – as instalações vocacionadas para o desenvolvimento de actividades desportivas são sem dúvida mais complexas e exigentes do que aquelas onde ocorrem as

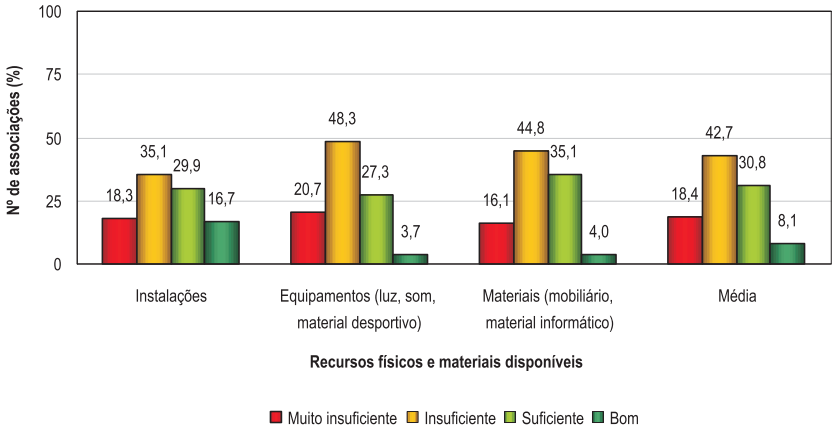
actividades de índole recreativa, obrigando a um maior esforço financeiro por parte das instituições para a sua dinamização e manutenção – é pelo menos altamente contrastante com o panorama definido no Capítulo 1 a respeito das actividades implementadas pelas associações confederadas, onde o desporto emergia como uma área de actuação no caso de 70,2% das instituições inquiridas, envolvendo um conjunto de atletas dos quais cerca de metade (46,0%) são *atletas federados*.

Não dispomos de informação que nos permita explicar como é que na falta de instalações para o efeito a maioria das associações abrangidas pela CPCCRD desenvolve, de facto, actividades na área do desporto, mas sabemos sim que se esses recursos não existem, enquanto património específico das instituições, então eles têm que ser afectos por outras vias, seja por meio de cedências ou acordos com entidades que deles disponham – no caso de não existir um investimento financeiro das instituições na sua afectação – ou por meio do seu aluguer, de forma mais ou menos prolongada no tempo.

De mesmo modo, sabemos também que a avaliação que é feita pelas próprias associações das instalações e dos recursos físicos e materiais, em geral, de que dispõem para fazer face às suas necessidades é maioritariamente negativa, nomeadamente ao nível dos «equipamentos (luz, som, material desportivo)» (69,0%).

GRÁFICO 24

Avaliação do nível de adequação dos recursos físicos e materiais disponíveis nas associações inquiridas



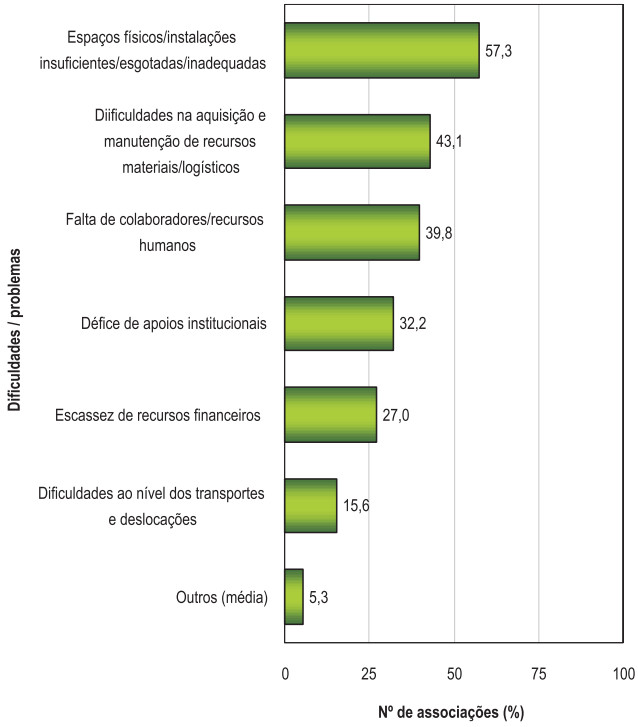
Fonte: Inquérito às Associações 2007

De acordo com o inquérito realizado, a maioria das associações confederadas dispõe de «televisão» (84,7%), «equipamento informático» (76,9%), «amplificador e colunas de som» (60,0%) e «aparelhagem áudio» (57,3%), mas, como se pode observar no gráfico anterior, são muitas as instituições para as quais os equipamentos e materiais disponíveis não são suficientes.

Para além disso, a par da «falta de colaboradores/recursos humanos» que atrás tínhamos visto que afecta uma parte muito significativa das associações confederadas (v. Capítulo 2), entre as principais dificuldades de funcionamento identificadas junto das instituições inquiridas encontram-se precisamente a «insuficiência/esgotamento/inadequação dos espaços físicos/instalações» existentes (57,3%) e a existência de «dificuldades na aquisição e manutenção de recursos materiais/logísticos» (43,1%). O gráfico seguinte apresenta o conjunto de dificuldades referidas pelas associações confederadas independentemente do *tipo de recursos* para que remetem.

GRÁFICO 25

Principais dificuldades de funcionamento das associações inquiridas



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Dele se constata de forma imediata que, como se tem vindo a dar conta, é no contexto de várias e múltiplas carências que as instituições filiadas na CPCCRD desenvolvem a sua acção, contexto esse que se afigura potencialmente desfavorável à sua capacidade de iniciativa e ao qual não será certamente indiferente a natureza não lucrativa dos objectivos dessa acção, assim como o lugar particular que as associações ocupam no contexto do financiamento público estatal, como se verá já de seguida.

2. Situação financeira

A situação financeira das associações constitui frequentemente motivo de inúmeros comentários quando se aborda a questão do associativismo.

Seja porque, como refere Alfredo Melo de Carvalho, as associações populares são frequentemente vistas como excessivamente dependentes do erário público para desenvolver as suas actividades (Melo de Carvalho, 2001: 59) ou porque, como diz José Manuel Leite Viegas, a participação política ou «não consensual» das associações culturais e/ou recreativas no espaço público só acontece quando está em causa a atribuição de meios financeiros (Viegas, 2004: 43), a vida económica das associações constitui quase sempre um assunto polémico, invocando tomadas de posição inflamadas que, não poucas vezes, atingem dimensões desproporcionadas relativamente à importância real do tema no contexto global de tudo o que envolve o universo do associativismo.

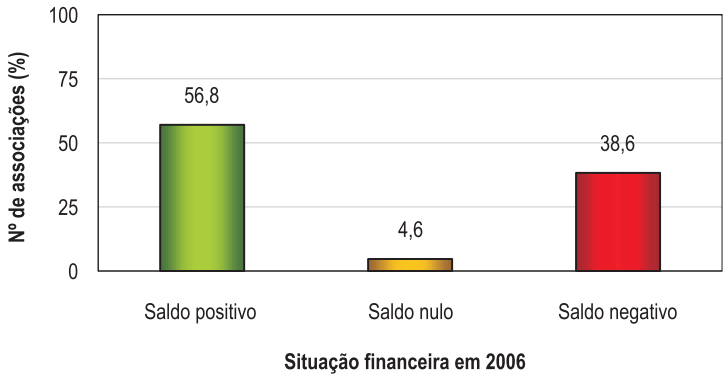
Junte-se a isto o facto de muitas associações serem também frequentemente vistas, em termos sociais, como actores económicos secundários, pouco qualificados do ponto de vista da gestão financeira e cuja actividade, naquele âmbito, se pautaria por um elevado nível de despesismo, criando situações de verdadeiros *buracos financeiros* nas instituições (Melo de Carvalho, 2001: 59-64), configurando um panorama que seria coerente com seu carácter «naturalmente» dependente de subsídios oficiais...

Ora, quanto a nós, estas discussões, e as tomadas de posição que com elas geralmente estão relacionadas, parecem muitas vezes fundamentar-se mais na própria posição no universo do associativismo dos actores nelas envolvidos do que num real conhecimento da situação (neste caso financeira) das instituições que estão em jogo quando se fala de associações e, em particular, de *colectividades de cultura, recreio e desporto*.

De acordo com os dados recolhidos junto das associações filiadas na CPCCRD, do total das transacções realizadas pelas instituições inquiridas em 2006[25] resultou, no final do ano, um saldo global positivo de cerca de 600 mil euros (€ 617 860), tendo mais de metade das associações apresentado resultados financeiros positivos (56,8%) ou, pelo menos, suficientes para cobrir as despesas tidas durante o ano (4,6%).

GRÁFICO 26

Distribuição das associações inquiridas por situação financeira no final de 2006



Fonte: Inquérito às associações federadas na CPCCRD, 2007.

O total de receitas gerado pelas associações foi de cerca de 20 milhões e meio de euros (€ 20 554 248), enquanto as despesas tidas durante o ano somaram aproximadamente os 20 milhões de euros (€ 19 936 388), o que significa uma média de 85 mil euros/associação, no caso das receitas, e de 82 mil euros/associação, no caso das despesas.

No entanto, como revela a análise da distribuição destes valores pelas associações, os indicadores médios obtidos parecem estar bastante inflacionados por um conjunto reduzido de instituições que apresentam níveis de receita e despesa bastante elevados.

Com efeito, no que se refere às receitas geradas no ano de 2006, a grande maioria das associações (84,7%) não apresentou, de facto, valores superiores a 80 mil euros, sendo que os valores de receitas divulgados por parte significativa das instituições encontram-se sobretudo entre os 10 mil e os 40 mil euros (que agregam 43,6% das associações inquiridas).

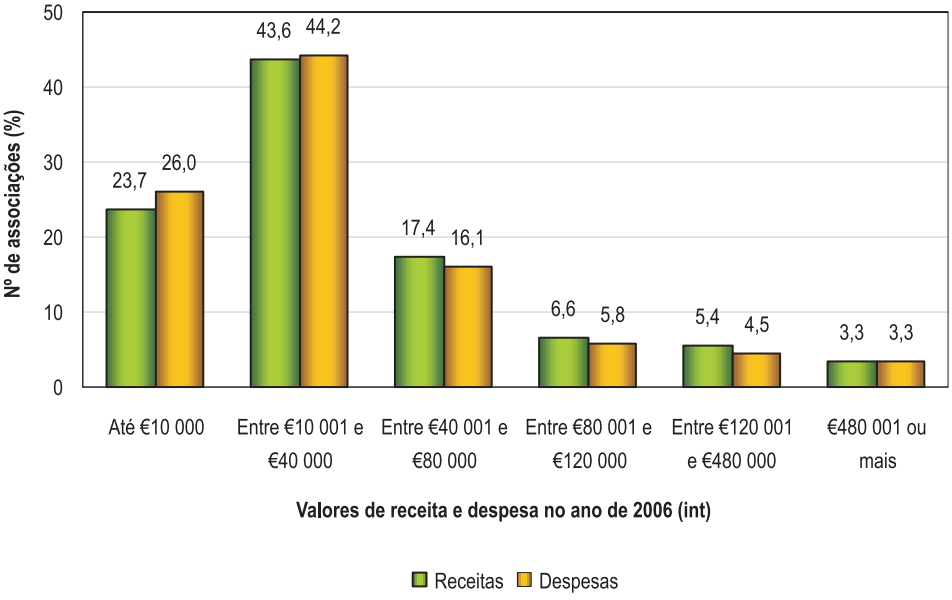
Do mesmo modo, ao nível das despesas, são poucas as associações que apresentam valores superiores a 80 mil euros (somente 13,6%), com

25 Estes valores referem-se às 241 associações que no inquérito realizado responderam às questões relativas à sua situação financeira durante o ano de 2006, pelo que todos os valores absolutos aqui apontados remetem para este número de instituições.

grande parte das instituições a indicar valores de despesa situados também entre os 10 mil e os 40 mil euros (44,2%), um valor muito abaixo da média de despesa atrás avançada.

GRÁFICO 27

Distribuição das associações inquiridas por valor das receitas e das despesas (intervalo) tidas em 2006



Fonte: Inquérito às Associações 2007

Por outro lado, a análise da diferença entre as receitas e despesas tidas pelas associações em 2006 permite que se conclua que, tanto no caso das instituições que apresentaram no final do ano saldos financeiros positivos, como no daquelas que apresentaram saldos financeiros negativos, as diferenças de saldo são sempre, na grande maioria das situações, inferiores a 10 mil euros (de receitas até mais 10 mil euros na situação de 75,2% das associações incluídas no primeiro caso e de despesas até menos 10 mil euros na situação de 77,4% daquelas que estão incluídas no segundo).

No âmbito da estrutura da despesa, os gastos verificados prendem-se sobretudo com «custos fixos» das associações (76,3% do montante total da despesa) e, entre estes, principalmente com despesas relacionadas

com «recursos humanos» (44,5%), «rendas» (13,8%) e «manutenção» (12,6%).

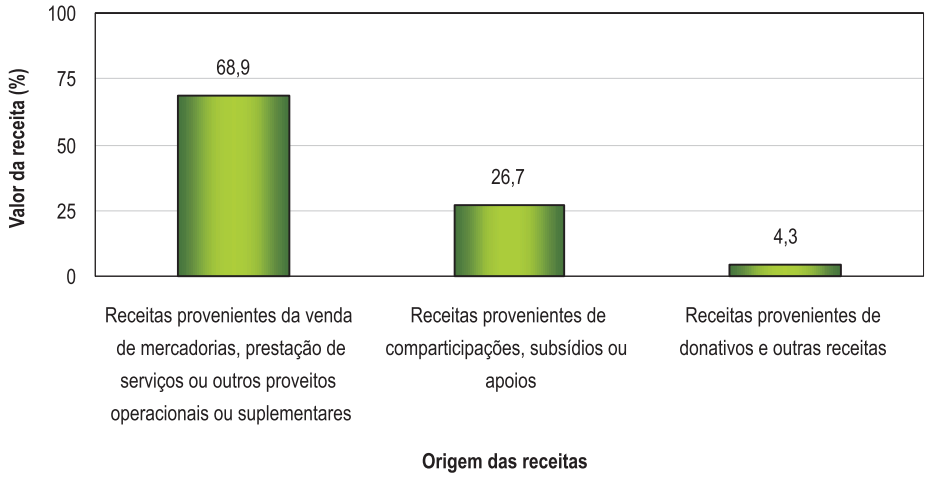
Já entre os «custos variáveis» (23,7% do montante total da despesa) destacam-se os valores dispendidos com o desenvolvimento de «actividades», que aglomeram 46,9% do total de despesa tida com este tipo de custos, e ainda os valores, já menores mas significativos, tidos com despesas em «mobiliário e equipamentos» (19,9%) e com tarefas de «conservação e pequenas reparações» (13,9%).

No que se refere à estrutura das receitas, as principais fontes de financiamento dos valores gerados pelas associações tem origem ao nível *interno*, sendo na sua maioria (68,9% do total de receitas geradas) provenientes da «venda de mercadorias, prestação de serviços ou outros proveitos operacionais ou suplementares», isto é, das próprias actividades desenvolvidas pelas associações.

Já as receitas provenientes de fontes *externas*, que perfazem os restantes 31,0% do total de receitas geradas, as principais fontes de financiamento são sem dúvida as «comparticipações, subsídios ou apoios» concedidos às associações, que constituem 26,7% daquele valor, enquanto o financiamento proveniente de «donativos e outras receitas» apenas contribui em 4,3% para o total de receitas geradas.

GRÁFICO 28

Estrutura da receita global das associações inquiridas em 2006

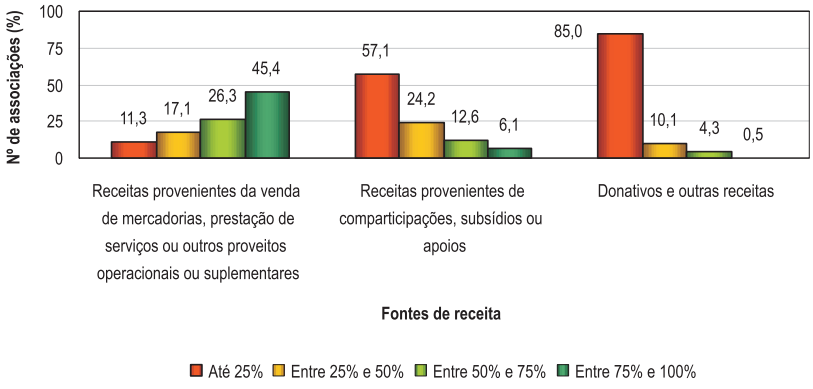


Fonte: Inquérito às Associações 2007

Do mesmo modo, a maior parte do financiamento (mais de 50%) da maioria das associações (71,7%), em 2006, foi gerado por via das receitas provenientes da «venda de mercadorias, prestação de serviços ou outros proveitos operacionais ou suplementares», sendo comparativamente poucas as instituições cujas receitas foram principalmente gerados por via do financiamento oriundo de «comparticipações, subsídios ou apoios» (18,7%), e ainda menos aquelas cuja maioria das receitas provém essencialmente de «donativos e outras receitas» (4,8%).

GRÁFICO 29

Nível de importância das fontes de financiamento para a receita total das associações inquiridas no ano de 2006



Fonte: Inquérito às Associações 2007

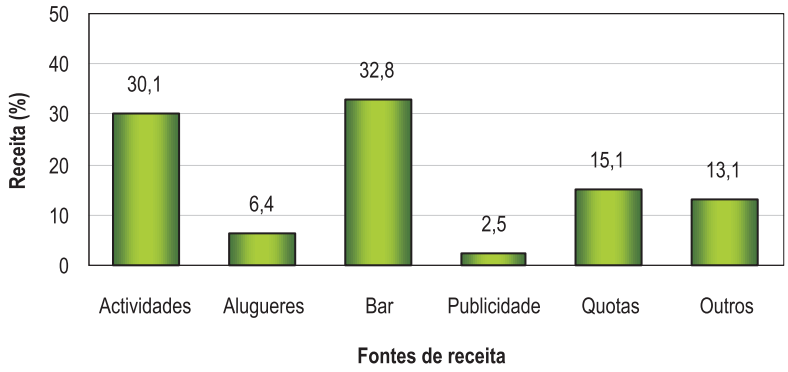
Relativamente ao primeiro tipo de receitas, e tanto quanto nos foi dado a conhecer[26], as maiores fontes de financiamento das associações são o «bar», que é gerador de 32,8% do total de receitas, e as «actividades» desenvolvidas, que contribuem para 30,1% daquele valor, enquanto as «quotas» dos associados se quedam pelos 15,1%.

Já ao nível *externo* – e aqui a análise recai somente sobre as receitas provenientes de «comparticipações, subsídios ou apoios», dada a falta de significância que as verbas oriundas de «donativos e outras receitas» assumem no contexto geral do financiamento das associações – as receitas têm sobretudo como fonte o «poder local» (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais) (49,5%) e o «poder central» (Estado/Administração Pública) (42,8%), enquanto que as receitas advindas de «fundos comunitários»

26 Dado que no inquérito algumas associações preencheram somente os campos reservados para o valor total de receitas e despesas, deixando de lado os campos destinados à distribuição desse valor por fonte de receita/despesa.

GRÁFICO 30

Distribuição das receitas internas das associações inquiridas por fonte de receita



Fonte: Inquérito às Associações 2007

ocupam uma parte muito residual desta dimensão das receitas das associações confederadas (somente 7,7%).

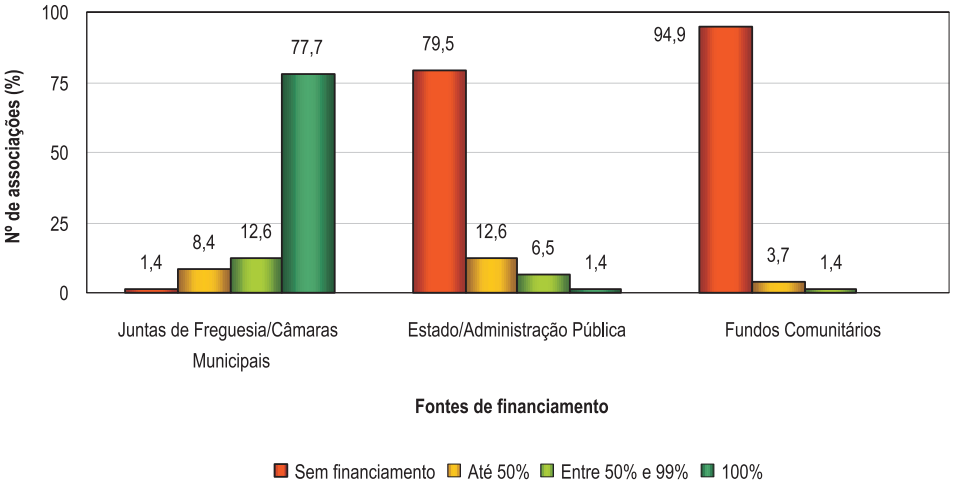
No entanto, conforme atrás já havíamos avançado (v. Capítulo 1), não obstante o relativo equilíbrio entre os contributos das Juntas de Freguesia/Câmaras Municipais e do Estado/Administração Pública ao nível das receitas globais das associações, a análise da distribuição das organizações por nível de importância do financiamento oriundo destas duas fontes para o valor da sua receita *externa* no ano de 2006 permite que se constate que, apesar do *poder central* constituir uma grande fonte de receitas (mais uma vez *externas*) das associações confederadas, são relativamente poucas as instituições que beneficiam desse financiamento e, em particular, que dele beneficiam de uma maneira significativa no seu orçamento.

Com efeito, do ponto de vista do seu financiamento *externo*, 77,7% das associações inquiridas são financiadas exclusivamente por via do poder local, valor que atinge os 90,3% se a estas instituições de juntar aquelas nas quais esse tipo de receitas constitui mais de 50% do seu financiamento externo global.

Inerentemente, 79,5% das associações não beneficia de qualquer financiamento estatal no âmbito das suas receitas externas, percentagem que chega aos 92,1% se se considerarem também as associações cujo financiamento por via do Estado não passa de 50% do seu orçamento oriundo de «comparticipações, subsídios ou apoios».

GRÁFICO 31

Nível de importância das fontes de financiamento para as receitas das associações inquiridas provenientes de comparticipações subsídios ou apoios



Fonte: Inquérito às Associações 2007

A este respeito convém recordar que entre as principais dificuldades sentidas pelas associações inquiridas – atrás identificadas – se encontram também quer a «escassez de recursos financeiros» (27,0%), quer o «défice de apoios institucionais» (32,2%), e que para além disso, grande parte das restantes dificuldades apontadas se encontram também relacionadas, mais ou menos directamente, com falta de meios financeiros – falta de meios para melhorar, ampliar ou mudar de instalações, falta de meios para prover a associação dos recursos materiais e logísticos necessários ao seu funcionamento, falta de meios para afectar os colaboradores/ recursos humanos necessários e, finalmente, falta de meios para garantir os transportes e as deslocações inerentes à actividade da associação (v. Gráfico 24).

De qualquer modo, de acordo com os dados obtidos não se parecem verificar – pelo menos no âmbito das associações filiadas na CPCCRD – algumas das ideias geralmente veiculadas a respeito da situação financeira dos organismos associativos e, em particular, das *colectividades de cultura recreio e desporto*, associações que, como vimos anteriormente, constituem o principal núcleo das instituições associadas daquela Confederação.

Em primeiro lugar, e ainda que muitas associações sejam apoiadas financeiramente pelo sector público, a maior parte das receitas geradas

pelas instituições são efectivamente provenientes de fontes internas às próprias associações e não de comparticipações, subsídios, apoios ou donativos de terceiros.

Em segundo lugar, durante o ano de 2006 a maioria das associações inquiridas apresentou resultados financeiros positivos (superiores à despesa efectuada) ou nulos (idênticos à despesa efectuada), o que contraria também a ideia da falta de capacidade de gestão que grassaria neste tipo de instituições, assim como da situação de quase falência em que se encontrariam muitas delas.

Finalmente, em terceiro lugar, deu-se conta da falta de apoio financeiro estatal directo à grande maioria das associações. Não que a intervenção pública não se verifique – pelo contrário, ela constitui uma parte importante da vida económica das instituições – mas a que existe é realizada sobretudo ao nível do poder local, por via da acção das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, enquanto que o Estado central, de acordo com os dados aqui obtidos, concede de facto um apoio financeiro considerável – em termos de volume de capital injectado – mas concede-o a um número muito reduzido de instituições.

Recorde-se, a este respeito, que um *maior apoio directo do Estado ao movimento associativo popular* tem constituído uma das principais reivindicações da CPCCRD em tempos recentes, apoiando-se a instituição na já citada legislação existente sobre a promoção do *reconhecimento e valorização do movimento associativo popular* onde o Estado português se compromete, quando fala das *"associações de cultura, recreio, desporto, social e juvenil"*, a ir *"aperfeiçoando progressivamente os mecanismos de apoio técnico-financeiro às suas actividades"* [27].

Ora, de acordo com os dados aqui revistos a respeito das associações confederadas e, entre estas, em particular, das *colectividades de cultura, recreio e desporto* – instituições que, como se viu, constituem a grande maioria das associações filiadas na CPCCRD – a situação actual parece encontrar-se ainda muito distante do almejado por aquela organização.

27 Lei nº 34/2003 publicada em Diário da República, I Série A, Nº 193 de 22 de Agosto.

Nota conclusiva

Antes de tudo o resto, a análise dos dados recolhidos junto das associações filiadas na *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto* (CPCCRD) veio confirmar de forma clara e objectiva aquilo que já se conhecia a partir de uma perspectiva empirista. Que, ao nível da sua natureza, a grande maioria das associações confederadas configura, de forma mais ou menos pura, o *tipo* de instituições que socialmente se vieram a tornar conhecidas pelo epíteto de *colectividades de cultura, recreio e desporto*.

Nada de novo, dir-se-á. Mas a relevância daquela constatação advêm não tanto do carácter surpreendente dos factos, mas antes do próprio facto, quanto a nós socialmente necessário, de tornar visível, de forma *estatisticamente depurada*, uma realidade que, estando ao alcance dos olhos de todos – na cidade, no campo, nos bairros antigos ou na proximidade dos locais de trabalho mais respeitáveis – tem permanecido escondida.

A acção que as colectividades de cultura, recreio e desporto têm vindo a desenvolver ao longo do tempo na sociedade portuguesa, junto das populações, constitui um património nacional específico de valor social incalculável, valor esse cuja compreensão – não obstante a já longa história deste tipo de instituições no país – ainda não é um dado adquirido. E é nesta simples e justa constatação que realizamos a partir da análise das associações filiadas na CPCCRD que reside, de facto e com toda a humildade que deve cercear tal reivindicação, um dos méritos fundamentais do presente estudo.

Apesar de tudo o que se tem dito acerca da eventual situação de declínio em que se encontraria na actualidade o associativismo dito de carácter *popular*, a verdade é que as associações confederadas se encontram entre o tipo de agremiações mais antigas que se podem identificar em Portugal – as colectividades – e o seu número não parou de aumentar até aos dias de hoje, mesmo depois do estado de *euforia associativista* que caracterizou o país no seguimento da revolução de 25 de Abril de 1974.

Apresentando um perfil maioritariamente urbano, do ponto de vista da sua inserção geográfica, as associações filiadas encontram-se espalhadas por todo o país e, de forma coerente com a sua matriz identitária, desenvolvem uma acção mormente vocacionada para a recreação e ocupação dos tempos livres dos seus associados, disponibilizando actividades de índole cultural, recreativa, desportiva e/ou formativa junto de uma população que se afigura muito expressiva de beneficiários.

Só as associações inquiridas envolvem um total de cerca de 150 mil associados e 113 mil utentes/praticantes, situação que indicia não só uma forte inserção das instituições junto das populações locais e uma dimensão social muito considerável da sua acção, mas também a existência de um elevado índice de aproveitamento das suas actividades por parte dos indivíduos que efectivamente lhes estão *associados*.

O impacto desta realidade na sociedade portuguesa, do ponto de vista dos destinatários abrangidos, não foi um dos temas aqui em foco, mas somente a aferição do enorme volume de trabalho voluntário que ela representa para o país apresenta-se como um indicador precioso da sua importância, em termos sociais.

A maior parte do trabalho desenvolvido pelas associações filiadas assenta na prestação de colaboradores que, na sua grande maioria, intervêm de forma gratuita nas instituições e, no caso dos dirigentes associativos, que desempenham as suas funções de forma regular e com a responsabilidade de o fazer na qualidade de representantes eleitos das associações que dirigem, com todas as implicações que essa disponibilidade pode acarretar do ponto de vista pessoal. Ora, este é um trabalho que se fosse remunerado assumiria, como aqui se procurou demonstrar, uma dimensão muito considerável em termos económicos, facto que deve ser salientado já que é revelador do papel extremamente significativo que o trabalho associativo representa na vida económica e social em Portugal. Muito simplesmente, se não forem as associações a *fazer o trabalho que fazem* – isto é, *a desempenhar as funções sociais que desempenham* – quem o fará? E caso esse trabalho não seja feito, que consequências acarretará essa situação em termos sociais?

Qualquer que seja o caso, maior significado assume esta realidade se se pensar que, na maior parte das vezes, o trabalho associativo realiza-se no contexto de múltiplos constrangimentos, seja ao nível da carência de recursos materiais e humanos que são necessários ao seu desenvolvimento nas condições mais adequadas, como ao nível da ausência

de recursos financeiros suficientes e da necessidade de um quadro de apoio institucional mais apropriado à realidade associativa do país.

E é neste contexto, de relativo auto-conhecimento e confiança nas virtualidades e importância social do fenómeno associativo popular e, ao mesmo tempo, de necessidade/carência e de falta de visibilidade e reconhecimento do trabalho desenvolvido, que surgem algumas das reivindicações mais frequentes de dirigentes associativos e associativistas em geral. Se as colectividades traduzem uma força social tão expressiva e valiosa, económica e socialmente, porquê a falta de visibilidade que auferem numa sociedade cada vez mais mediatizada? Se o movimento associativo popular desempenha um trabalho tão importante e singular, como imprescindível, junto das populações porque é que o Estado não lhe presta mais apoio?

Como a tantas outras questões relevantes, o carácter do presente estudo não nos permite responder eficazmente a estas inquietações, que escapam ao seu âmbito exploratório. Mas da análise da situação das instituições confederadas ficou bem patente, pelo menos, a configuração actual da estrutura de financiamento/apoio público ao denominado movimento associativo popular.

Não há dúvidas que as autarquias constituem uma importante fonte de recursos das associações. Se a maioria das instituições são efectivamente as principais provedoras da maior parte dos meios que utilizam para levar a cabo a sua acção, são igualmente muitas as que obtêm ainda parte dos seus recursos financeiros por via de subsídios, apoios ou comparticipações com origem no sector público.

Já ao nível da importância dos diferentes âmbitos de financiamento estatal para as associações, revelou-se evidente que, a par das diferenças existentes entre os apoios autárquicos e do poder central – muito mais expressivos, em termos orçamentais, no segundo caso do que no primeiro – a maior parte das associações é sobretudo apoiada localmente, enquanto a intervenção directa do Estado abrange significativamente somente um número muito limitado de instituições.

De resto, outras questões ficaram por esclarecer ou aprofundar, como a da efectiva *caracterização socio-económica das populações abrangidas pelo trabalho das instituições*, dos *factores que até ao momento continuam a limitar a participação feminina no universo associativo* e, dentro deste, aos quadros dirigentes das associações, do *impacto efectivo do trabalho associativo nos seus beneficiários e na vida social portuguesa em geral*, do *papel dos jovens no associativismo contemporâneo* ou ainda

das *relações existentes entre os campos económico e político e o campo social do associativismo*.

Fica portanto a porta aberta para futuros desenvolvimentos analíticos na área do associativismo popular nacional, uma área da vida social muito vasta e com uma intervenção com traços potencialmente marcantes e, como temos vindo a referir, ainda muito pouco compreendidos na sociedade portuguesa. Um fenómeno cujo reconhecimento na esfera pública ainda não se equipara ao impacto que tem representado nas populações que, nas suas horas vagas, se cultivam, socializam e *jogam* nas colectividades que certamente têm perto do seu local de residência.

Bibliografia

BENTO DA SILVA, José (1995) *Associação Cultural da Juventude Povoense, Uma Década Jovem (1985-1995) – O Associativismo no Concelho da Póvoa de Lanhoso, Pós – 25 de Abril de 1974*. Associação Cultural da Juventude Povoense, Póvoa de Lanhoso.

CARREIRA, Henrique Medina (1996) *As Políticas Sociais em Portugal*. Gradiva, Lisboa.

COELHO, Sandra Lima (2008) *Participação Social e Associativismo em Portugal: Breves Apontamentos de um Estudo de Caso de Uma Associação de Promoção do Comércio Justo*. Texto policopiado.

CORREIA, Romeu (publicação original de 1984, na revista Vértice, de Coimbra, posteriormente transcrito e editado pela CMA) *Passado e presente do movimento associativo – Breve reflexão sobre a sua existência antes e depois de Abril*. Câmara Municipal de Almada, Almada.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - I Série-A, Nº 193 - 22 de Agosto de 2003.

FERREIRA, Sílvia (2004) *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*. Transcrição da comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga, 12-15 de Maio.

FLOR, Augusto (Maio de 2008) *"Comemorar com alegria, confiança e determinação o Dia Nacional das Colectividades"* in Folha Informativa da CPCCRD, nº 4.

FLOR, Augusto (2003) *"Movimento Associativo de Raiz Popular: Expressão de Vontades Colectivas"* in Rev. O Militante, nº 265, Julho/Agosto, Editorial Avante!.

FRANCO, Raquel Campos, SOKOLOWSKI, S. Wojciech, HAIREL, Eileen M. H. e SALAMON, Lester M. (2005) *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Porto.

GALVÃO, Marlene (não datado) *Associativismo dos portugueses no estrangeiro: o caso da ALICE ASBL no Luxemburgo*. Texto policopiado.

GOODOLPHIM, Costa (1876) *A associação – história e desenvolvimento das associações portuguezas*. Typographia Universal, Lisboa.

INE (1998) *Associações Culturais e Recreativas – 1995*. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa, Portugal.

INE (2008) *Estatísticas Demográficas 2007*. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa, Portugal.

INE (2008b) *Estimativas provisórias de população residente, 2007, Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios*. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa, Portugal.

MADEIRA, Noémia Maria (1996) *Associativismo e Identidades*. Câmara Municipal da Moita, Moita.

MALHEIRO, José (1996) *Associativismo Popular: Originalidade do Povo Português*. Câmara Municipal de Almada, Almada.

MARTINS, Artur (2008) *Breve Esboço Histórico do Associativismo em Portugal*. Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, texto policopiado.

MELO, Daniel de (1999) *"O Associativismo Popular na Resistência Cultural ao Salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio"* in Rev. Penelope – Fazer e Desfazer a História, nº 21, Cosmos, Lisboa, pp. 95-130.

MELO DE CARVALHO, Alfredo (1997) *O Dirigente Desportivo Voluntário*. Livros Horizonte, Lisboa.

MELO DE CARVALHO, Alfredo (2001) *O Clube Desportivo Popular – Função Social, Inovação, Cultura e Desenvolvimento*. Campo das Letras, Porto.

MENDES, Victor (2001) *Como Constituir uma Associação*. Legis Editora, Porto.

OEFP (2008) *Estudo sobre o voluntariado*. Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa.

RAMOS, António Alberto C. P. (1991) *As Colectividades de Almada (1890-1910)*. Junta de Freguesia de Almada, Almada.

VALENTE, José Carlos (1999) *Estado Novo e Alegria no Trabalho – Uma História Política da FNAT (1935-1958)*. Edições Colibri/INATEL, Lisboa.

VIEGAS, José Manuel Leite (2004) *"Implicações Democráticas das Associações Voluntárias"* in Rev. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 46, Celta, Lisboa, pp. 33-50.

VIEIRA, Rui Rosado (2005) *O Associativismo Alentejano na Cidade de Lisboa no Séc. XX*. Colibri/Casa do Alentejo, Lisboa.

VILAÇA, Helena (1994) *"As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social"* in Rev. da Faculdade de Letras. Sociologia, Série I, Vol. 04, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 49-96.

VILAÇA, Helena e GUERRA, Paula (2000) *"O espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos: o caso das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira"* in Rev. da Faculdade de Letras. Sociologia, Vol. 10, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 79-129.

Anexo

Inquérito às Associações 2007

Cidater

Inquérito nº

Inquérito às Associações

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

No âmbito de um estudo de caracterização da rede associativa em Portugal, a Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto em parceria com a Cidater, Cooperativa de Ensino e Cultura, CRL, está a efectuar um inquérito às colectividades. Solicitamos que colabore com esta iniciativa preenchendo este questionário.

O questionário é composto por 33 questões divididas nos seguintes 8 grupos temáticos:

I. IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS
II. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL
III. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS
IV. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DA ASSOCIAÇÃO
V. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
VI. DADOS FINANCEIROS
VII. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
VIII. CARÊNCIAS/NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO

Instruções de preenchimento:

Em algumas questões ser-lhe-á pedido que assinale uma ou mais opções de resposta, nestes casos utilize um X para sinalizar a sua opção. Em outras questões é solicitado que escreva a resposta no espaço apropriado. É importante que as respostas estejam bem legíveis. Se se enganar risque a resposta errada e assinale novamente com um X a resposta correcta.

Os questionários serão tratados de forma agregada, garantindo-se o anonimato relativamente a dados pessoais ou institucionais. Obrigado pela sua colaboração.

Elaboração e tratamento do questionário da responsabilidade de:
Cidater, Cooperativa de Ensino e Cultura, CRL

I. IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS

1. Nome/designação social da Associação _____

2. Morada _____

3. Localidade _____ Código postal |_|_|_|_| - |_|_|_|

4. Freguesia _____ 5. Concelho _____ 6. Distrito _____

8. Contactos Telefone _____ Telemóvel _____ Fax _____

Email _____ Página/site na Internet _____

II. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

9. Ano de fundação _____ 10. Ano de constituição legal _____

11. Estatuto Jurídico _____

12. Objecto social _____

13. A Associação tem estatuto de Utilidade Pública? Sim..... 1 Não..... 2

14. A Associação está filiada em algum tipo de Confederações, Federações, Associações, Uniões, etc. ?

Sim..... 1 Não..... 2 14.1 Se **sim**, diga quais? _____

III. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

15. No quadro abaixo indique o **número** de indivíduos que compõem os **Órgãos Sociais** da Associação, distribuindo-os de acordo com o seu **sexo**, **idade**, **escolaridade** e **situação perante o trabalho**

Categorias / Cargo		Cargo desempenhado nos Órgãos Sociais				TOTAL
		MAG	Direcção	Cons. Fiscal	Outros	
Sexo	Masculino					
	Feminino					
Idades	- de 18					
	de 18 a 29					
	de 30 a 39					
	de 40 a 49					
	de 50 a 59					
	de 60 a 65					
	+ de 65					
Grau de ensino	Ensino Básico					
	Ensino Secundário					
	Ensino Superior					
Situação perante o trabalho	Empresário					
	Trabalhador independente					
	Trabalhador conta outrem					
	Desempregado					
	Reformado					
	Outros					
TOTAL						

16. Qual a duração do mandato para que foram eleitos os actuais Órgãos Sociais da Associação?*

1 ano..... 1 2 anos..... 2 3 anos..... 3 4 ou mais anos..... 4

17. Indique agora o **número** de indivíduos que são **sócios** da Associação de acordo com a sua **idade** e **sexo**

Idade / Sexo	Escalões etários							TOTAL
	- de 18	de 18 a 29	de 30 a 39	de 40 a 49	de 50 a 59	de 60 a 65	+ de 65	
Masculino								
Feminino								
TOTAL								

18. No quadro seguinte indique o **número** de **recursos humanos** que a Associação tem por **função**

Funções	Nº de indivíduos
Administrativos	
Serviços Gerais	
Professores	
Serviço de Bar/Café	
Técnicos Superiores Área Social	
Outra. Qual?	

19. Identifique o **número** de recursos humanos (dirigentes e colaboradores) **remunerados e não remunerados** da Associação

Cargo / Tipologia remuneração	Dirigentes	Outros colaboradores
Nº de indivíduos **remunerados**		
Nº de indivíduos não **remunerados**		
TOTAL		

20. Refira-se agora ao **nível de participação** - **em termos de presenças** - dos **Associados** nas **Assembleias** da Associação, utilizando a escala proposta, e indique o **número médio de presenças para o ano de 2006** nas respectivas sessões

20.1 Assembleias Eleitorais (presenças)

Participam pouco..... 1

Participam moderadamente..... 2

Participam muito..... 3

20.1.1 Nº médio de presenças em 2006.....

20.2 Outras Assembleias Ordinárias (presenças)

Participam pouco..... 1

Participam moderadamente..... 2

Participam muito..... 3

20.2.1 Nº médio de presenças em 2006.....

21. Agora, relativamente à **qualidade** da participação dos Associados nas Assembleias da Associação, diga se:

A sua participação é sobretudo **activa** (apresentam propostas, discutem os assuntos, etc.)..... 1

A sua participação é sobretudo **passiva** (intervêm pouco nas sessões)..... 2

IV. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DA ASSOCIAÇÃO

22. Qual o regime de utilização da sede social da Associação?

Local próprio e construído para a Associação..... 1

Local próprio..... 2

Local cedido temporariamente a título gratuito..... 3

Local cedido permanentemente a título gratuito 4

Local arrendado..... 5

Outro (especifique) _____ 6

23. Quais as instalações que a Associação tem disponíveis para o desenvolvimento das suas actividades (resposta múltipla)?

Sala de convívio	1	Sala de jogos	5	Campo de futebol	9
Bar	2	Ginásio	6	Campo polidesportivo	10
Biblioteca	3	Pavilhão polivalente	7	Outro (especifique)	11
Salão de Festas	4	Sala de leitura	8		

24. Dos seguintes equipamentos quais são aqueles que a Associação possui (resposta múltipla)?

Equipamento de luzes	1	Aparelhagem audio	5	DVD	9
Equipamento informático	2	Projector de cinema	6	Amplificador e colunas de som	10
Máquina fotográfica	3	Televisão	7	Outro (especifique)	11
Projector de slides	4	Câmara de filmar	8		

V. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

25. Das seguintes actividades, assinale aquelas que são desenvolvidas pela Associação, indicando o respectivo **número de utentes** por **actividade** e o **número** e **tipo de colaboradores que intervêm na sua organização/desenvolvimento**

Actividades	**Nº de utentes**	**Nº e tipo de colaboradores envolvidos**		
		Dirigentes	Seccionistas	Activistas associativos
Formação				
Cultura				
Desporto				
Recreação				
Acção social				
Defesa do património cultural				
Divulgação cultural				
Outras actividades				
TOTAL				

25.1 Relativamente às actividades desportivas, indique o **número de atletas federados e não federados** da Associação

25.1.1 Nº de atletas federados ___ 25.1.2 Nº de atletas não federados ___

VI. DADOS FINANCEIROS

26. Descreva a **Estrutura da Despesa** da Associação no ano de 2006, em Euros (€) (arredonde à unidade)

ESTRUTURA DA DESPESA

26.1 Custos fixos

26.1.1 Recursos humanos	€	26.1.6 Despesas administrativas	€
26.1.2 Correios e telecomunicações	€	26.1.7 Rendas	€
26.1.3 Viaturas	€	26.1.8 Seguros	€
26.1.4 Quotas (de Uniões, Federações)	€	26.1.9 Outros (especifique abaixo)	€
26.1.5 Manutenção (água, luz, limpeza, etc.)	€		

26.2 Custos variáveis

26.2.1 Actividades	€	26.2.4 Direitos de autor (SPA)	€
26.2.2 Mobiliário e equipamentos	€	26.2.5 Outros (especifique abaixo)	€
26.2.3 Conservação e peq. reparações	€		

26.3 Valor Total Anual da DESPESA ___ €

27. Descreva agora a **Estrutura da Receita** da Associação no ano de 2006, em Euros (€) (arredonde à unidade)

ESTRUTURA DA RECEITA

27.1 Receitas provenientes da venda de mercadorias, prestação de serviços ou outros proveitos operacionais ou suplementares

27.1.1 Quotas..... € 27.1.5 Actividades..... €

27.1.2 Alugueres..... € 27.1.6 Outros (especifique abaixo).... €

27.1.3 Publicidade..... €

27.1.4 Bar..... €

27.2 Receitas provenientes de comparticipações, subsídios ou apoios

27.2.1 **Regulares**..... € 27.2.2 **Pontuais**..... €

27.2.1.1 Da Junta de Freguesia..... € 27.2.2.1 Da Junta de Freguesia..... €

27.1.1.2 Da Câmara Municipal..... € 27.2.2.2 Da Câmara Municipal..... €

27.2.1.3 Do Governo..... € 27.2.2.3 Do Governo..... €

27.2.1.4 Da Administração Pública..... € 27.2.2.4 Da Administração Pública.... €

27.2.1.5 De Fundos Comunitários..... € 27.2.2.5 De Fundos Comunitários..... €

27.3 Donativos e outras receitas

27.3.1 Donativos de associados..... € 27.3.3 Outras receitas (especifique).. €

27.3.2 Donativos de terceiros..... €

27.4 Valor Total Anual da RECEITA..... €

VII. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

28. A Associação costuma receber o Boletim de Informação **ELOassociativo** (publicação da CPCCRD)?

Sim..... 1 Não..... 2

29. A Associação encontra-se esclarecida ao nível dos Projectos Nacionais da CPCCRD?

Nada esclarecida..... 1 Moderadamente esclarecida..... 3

Pouco esclarecida..... 2 Muito esclarecida..... 4

30. A associação tem publicações próprias?

Sim..... 1 Não..... 2

30.1 Suporte físico/papel (jornais, boletins, revistas, etc)..... 1

30.1.1 Periódicos..... 1 30.1.1.1 Tiragem média anual.....

30.1.2 Não periódicos..... 2 20.1.1.2 Tiragem média anual.....

30.2 Suporte digital/virtual (Jornais, boletins, etc.)..... 2

30.2.1 Periódicos..... 1 30.2.2 Não periódicos..... 2

VIII. CARÊNCIAS/NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO

31. Avalie agora a situação dos recursos físicos e humanos da Associação relativamente às suas necessidades, de acordo com a escala proposta

31.1 Recursos físicos	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom
31.1.1 Instalações	1	2	3	4
31.1.2 Equipamentos (luz, som, material desportivo, etc.)	1	2	3	4
31.1.3 Materiais (mobiliário, material informático)	1	2	3	4

31.2 Recursos humanos	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom
31.2.1 Animadores e monitores	1	2	3	4
31.2.2 Professores	1	2	3	4
31.2.3 Administrativos	1	2	3	4
31.2.4 Serviço de Bar e Café	1	2	3	4
31.2.5 Técnicos área social	1	2	3	4
31.2.6 Outros (indique quais)_____	1	2	3	4

32. Identifique sumariamente as principais carências/necessidades actualmente verificadas na Associação

1ª _____

2ª _____

3ª _____

4ª _____

5ª _____

33. Identifique agora, no quadro abaixo, as principais necessidades existentes na Associação ao nível da formação, indicando o número de indivíduos com necessidades de formação em cada uma das categorias consideradas

Área \ Destinatários	Necessidade		Cargo/Função na Associação	
	Sim	Não	Dirigentes e/ou activistas	Outros colaboradores
Liderança e gestão de equipas				
Técnicas de comunicação				
Cultura e intervenção associativa				
Contabilidade e fiscalidade				
Planeamento, programação e controlo de actividades				
Enquadramento jurídico				
Tecnologias de comunicação e informação				
Música				
Teatro				
Dança				
Etnografia e folclore				
Administrativa				

IX. IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO (facultativo)

Data: _____

Cargo: _____

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO E CONTINUAÇÃO DE UM BOM TRABALHO

Anexo

Lista das Colectividades consultadas

Academia de Danças e Cantares do Norte
Porto – Porto

Academia Dramática Familiar 1.º Novembro 1898
Lisboa – Lisboa

Academia Recreativa Leais Amigos
Lisboa – Lisboa

Academia Recreio Artístico
Lisboa – Lisboa

Águias Negras Futebol Clube
Montijo – Setúbal

ARFET-Associação Rancho Folclórico e Etnográfico de Trajouce
Cascais – Lisboa

ARI - Associação de Reformados e Idosos
Oliveira de Azeméis – Aveiro

Ases Valboenses Futebol Clube
Gondomar - Porto

Assembleia Figueirense
Figueira da Foz – Coimbra

Associação "Os Quatro Cantos do Cisne"
Constância – Santarém

Associação Cultural Amigos de Alvalade
Santiago do Cacém – Setúbal

Associação Cultural Desportiva de Valhascos
Sardoal – Santarém

Associação Cultural e Desportiva Os Ílhavos
Ílhavo – Aveiro

Associação Cultural e Recreativa de Vale de Estacas
Santarém – Santarém

Associação Cultural O Fado
Lisboa – Lisboa

Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Serra
Tomar – Santarém

Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Torneira e Serrião
Figueira da Foz – Coimbra

Associação da Banda Musical da Póvoa do Varzim
Póvoa do Varzim - Porto

Associação de Melhoramentos Cultura e Desporto da Tituaria
Mafra – Lisboa

Associação de Artistas e Artesãos Ourienses
Ourém – Santarém

Associação de Cultura e Desporto da Brandoa
Amadora – Lisboa

Associação de Cultura e Desporto de Fornelo
Vila do Conde – Porto

Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur
Aljezur – Faro

Associação de Moradores da Lomba
Porto – Porto

Associação de Moradores do Bairro da Soda Póvoa
Vila Franca de Xira – Lisboa

Associação de Moradores Residentes na Zona do Bairro do Amial
Porto – Porto

Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo
Porto – Porto

Associação de Recreio, Cultura e Desporto do Moledo
Lourinhã – Lisboa

Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Amadora – Lisboa

Associação de Surdos de Évora
Évora – Évora

Associação de Ténis de Mesa do Distrito de Viseu
Resende – Viseu

Associação Desportiva e Cultural de Vila Boa
Vinhais – Bragança

Associação Desportiva e Cultural Raposeira
Vila do Bispo – Faro

Associação Desportiva e Cultural Santa Isabel
Vila Nova de Gaia – Porto

Associação Desportiva e Recreativa "Os Amigos da Paródia"
Penafiel – Porto

Associação Desportiva Recreativa Ases Penafiel
Penafiel – Porto

Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Chorense
Terras de Bouro – Braga

Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde
Lisboa – Lisboa

Associação dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha
Albergaria-a-Velha – Aveiro

Associação dos Bombeiros Voluntários de Algueirão - Mem Martins
Sintra – Lisboa

Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro
Constância – Santarém

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários da Pontinha
Odivelas – Lisboa

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Pataias
Alcobaça – Leiria

Associação Integrar
Coimbra – Coimbra

Associação Juvenil Grupo Jovens Nova Esperança
Paredes – Porto

Associação Murteirense de Cultura Desporto e Solidariedade Social
Cadaval – Lisboa

Associação para o Desenvolvimento das Paradas
Torres Vedras – Lisboa

Associação Portuguesa de Deficientes
Lisboa – Lisboa

Associação Rancho Folclórico Flores do Monte
Montemor-o-Velho – Coimbra

Associação Recreativa de Casais de Baixo
Azambuja – Lisboa

Associação Recreativa e Cultural Chio Pó-Pó
Ílhavo – Aveiro

Associação Recreativa e Desportiva de Valado de Sta. Quitéria
Alcobaça – Leiria

Associação Recreativa e Musical 1.º Maio
Loures – Lisboa

Associação Recreativa Estrela do Sul
Vila Nova de Gaia – Porto

Associação Recreativa Filarmónica Popular Manteiguense
Manteigas – Guarda

Associação Recreativa Mareantes Rio Douro
Vila Nova de Gaia – Porto

Associação Recreativa Os Picontenses
Matosinhos – Porto

Associação Recreativa, Cultural e Desportiva "Junqueira Futebol Clube"
Matosinhos – Porto

Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Vila de Rei
Loures – Lisboa

Associação Regional de Pesca Desportiva Aveiro e Beira Litoral
Aveiro – Aveiro

Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego
Marinha Grande – Leiria

Associação Social, Cultural e Desportiva do Bairro do Viso
Porto – Porto

Ateneu de Coimbra
Coimbra – Coimbra

Atlético Clube Cucujães
Oliveira de Azeméis – Aveiro

Atlético Clube da Rechonda
Vila Nova de Gaia – Porto

Atlético Clube de Arronches
Arronches – Portalegre

Atletismo Amigos Fazendas de Almeirim
Almeirim – Santarém

Banda de Música de S. Tiago de Riba-Ul
Oliveira de Azeméis – Aveiro

Banda de Seia
Seia – Guarda

Banda Filarmónica do Couto de Ornelas
Boticas – Vila Real

Banda Musical e Recreativa de Penalva Castelo
Penalva do Castelo – Viseu

Banda Recreio Camponês
Câmara de Lobos – Madeira

Beira - Mar Futebol Clube Gaiense
Moita – Setúbal

Biblioteca Instrução e Recreio
Nazaré – Leiria

Casa da Cultura José Bento da Silva
Alcobaça – Leiria

Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra
Lisboa – Lisboa

Casa do Povo de Alfeizerão
Alcobaça – Leiria

Casa do Povo de Arcena
Vila Franca de Xira – Lisboa

Casa dos Açores do Norte
Porto – Porto

Casa Regional de Lafões
Lisboa – Lisboa

Centro Atletismo Galinheiras
Lisboa – Lisboa

Centro Beira Mondego
Montemor-o-Velho – Coimbra

Centro Cénico e de Bem-Estar Social da Cela
Alcobaça – Leiria

Centro Ciclista Azeitonense
Setúbal – Setúbal

Centro Cultural e Recreativo Juventude do Lavradio
Barreiro – Setúbal

Centro Cultural Azambujense
Azambuja – Lisboa

Centro Cultural de Currelos
Carregal do Sal – Viseu

Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Alvarrões
Marvão – Portalegre

Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão
Setúbal – Setúbal

Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho
Seixal – Setúbal

Centro Cultural e Social Santo Adrião
Braga – Braga

Centro Cultural Social e Recreativo Arelhense
Óbidos – Leiria

Centro da Juventude de Malta
Vila do Conde – Porto

Centro de Amizade e Animação Social
Ansião – Leiria

Centro de Convívio e Cultura das Barreiras
Tomar – Santarém

Centro de Cultura e Recreio Alexandre Herculano
Santarém – Santarém

Centro Desportivo Corredourense
Vila Nova de Gaia – Porto

Centro Recreativo Amador de Música "Os Leões"
Moura – Beja

Centro Recreativo e Cultural de Assentiz
Rio Maior – Santarém

Centro Recreio Popular de S. Tiago
Vila Nova de Gaia – Porto

Centro Social Sandim
Vila Nova de Gaia – Porto

Centro Social, Desportivo e Cultural do Bairro das Campinas
Porto – Porto

Centro Sócio-Cultural da Coriscada
Meda – Guarda

Ciné-Clube de Torres Novas
Torres Novas – Santarém

Círculo Artístico e Cultural Artur Bual
Amadora – Lisboa

Círculo Católico de Operários do Porto
Porto – Porto

Círculo Católico de Operários Vila do Conde
Vila do Conde – Porto

Clube Atlético de Alvalade
Lisboa – Lisboa

Clube Campismo de Setúbal
Setúbal – Setúbal

Clube Coleccionismo de Setúbal
Setúbal – Setúbal

Clube Columbófilo "Os Águias"
Almada – Setúbal

Clube da Natureza do Alvito
Alvito – Beja

Clube de Campismo Torrejano
Torres Novas – Santarém

Clube de Carnaxide Cultura e Desporto
Oeiras – Lisboa

Clube de Instrução e Recreio de Moita do Norte
Vila Nova da Barquinha – Santarém

Clube de Malha de Vila Nova de Gaia
Vila Nova de Gaia – Porto

Clube de Pesca do Bairro do Cerco do Porto
Porto – Porto

Clube Desportivo "Os Académicos"
Amadora – Lisboa

Clube Desportivo da Costa do Estoril
Cascais – Lisboa

Clube Desportivo e Cultural da Nave
Monchique – Faro

Clube Desportivo Império do Cruzeiro
Lisboa – Lisboa

Clube do Sargento da Armada
Lisboa – Lisboa

Clube Domus Nostra
Mira – Coimbra

Clube dos Sargentos da Força Aérea
Lisboa – Lisboa

Clube Familiar Moscavidense
Loures – Lisboa

Clube Futebol “Os Unidos”
Lisboa – Lisboa

Clube Futebol Eborense
Évora – Évora

Clube Hiper-Activo Cultura e Lazer
Mafra – Lisboa

Clube Ornitológico de Gondomar
Gondomar – Porto

Clube Recreativo Leões de Porto Salvo
Oeiras – Lisboa

Clube Recreativo Leões de Sto. António
Loures – Lisboa

Clube Recreativo Nautilus Fontinha
Porto – Porto

Clube Sesimbrense
Sesimbra – Setúbal

Colectividade Popular de Cacia
Aveiro – Aveiro

Cooperativa de Produção e Consumo de Alcântara 2.ª Comuna
Lisboa – Lisboa

Coro de S. Tarcísio
Porto – Porto

CPT Bairro São João Atlético Clube
Lisboa – Lisboa

Desportivo Operário Fonte Moura
Porto – Porto

Eden Clube de Arcozelo
Vila Nova de Gaia – Porto

Filarmónica Artística Pombalense
Pombal – Leiria

Futebol Clube de Infesta
Matosinhos – Porto

Futebol Clube Monte Pedral
Lisboa – Lisboa

GEDEPA - Rancho Folclórico e Grupo Etnográfico de Pampilhosa
Mealhada – Aveiro

Ginásio Clube 1.º Maio de Agualva
Sintra – Lisboa

Ginásio Clube de Queluz
Sintra – Lisboa

Grupo Caras Direitas
Figueira da Foz – Coimbra

Grupo Cultural de Vila Fria
Oeiras – Lisboa

Grupo de Andas de V. N. Gaia
Vila Nova de Gaia – Porto

Grupo de Instrução e Recreio do Rodrigo
Covilhã – Castelo Branco

Grupo de Instrução Musical e Desportivo de Abóboda
Cascais – Lisboa

Grupo Desportivo e Cultural Águias de Vale Milhaços
Seixal – Setúbal

Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras
Marinha Grande – Leiria

Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural -Centro Social Bairro Francos
Porto – Porto

Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural "Unidos" de Sto. Isidoro
Mafra – Lisboa

Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural "Leões do Sul Futebol Clube"
Castro Marim – Faro

Grupo Desportivo "O Independente"
Barreiro – Setúbal

Grupo Desportivo 1.º de Maio
Barreiro – Setúbal

Grupo Desportivo 4 Caminhos
Matosinhos – Porto

Grupo Desportivo Aldeia Nova
Matosinhos – Porto

Grupo Desportivo da Graça
Lisboa – Lisboa

Grupo Desportivo da Pena
Lisboa – Lisboa

Grupo Desportivo de Alfarim
Sesimbra – Setúbal

Grupo Desportivo de Rio de Mouro, Rinchoa e Mercês
Sintra – Lisboa

Grupo Desportivo de Sacotes
Sintra – Lisboa

Grupo Desportivo de Vialonga
Vila Franca de Xira – Lisboa

Grupo Desportivo do Castelo
Lisboa – Lisboa

Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai
Ovar – Aveiro

Grupo Desportivo e Cultural de Seiça
Ourém – Santarém

Grupo Desportivo e Cultural de Silvares
Fundão – Castelo Branco

Grupo Desportivo e Cultural do Enxerim
Silves – Faro

Grupo Desportivo e Recreativo de Paranhos
Porto – Porto

Grupo Desportivo e Recreativo Os Esparteiros
Abrantes – Santarém

Grupo Desportivo e Recreativo Portugal
Moita – Setúbal

Grupo Desportivo Inter do Desvio
Lisboa – Lisboa

Grupo Desportivo Mini-Águias
Matosinhos – Porto

Grupo Desportivo União da Azóia
Sesimbra – Setúbal

Grupo Desportivo União Ericeirense
Mafra – Lisboa

Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural Não Te Irrites
Barreiro – Setúbal

Grupo dos Cinco Reis
Lisboa – Lisboa

Grupo Dramático e Recreativo Flor de Pedrouços
Maia – Porto

Grupo Folclórico e Cultural da Boavista
Portalegre – Portalegre

Grupo Folclórico Póveiro (Rancho Póveiro)
Póvoa do Varzim – Porto

Grupo Musical e Desportivo 31 Janeiro de Manique de Baixo
Cascais – Lisboa

Grupo Musical Mocidade Perosinhense
Vila Nova de Gaia – Porto

Grupo Recreativo Apelaçonense
Loures – Lisboa

Grupo Recreativo e Cultural dos Amigos de Seixas
Caminha – Viana do Castelo

Grupo Recreativo Mocidade Corveirense
Vila Nova de Gaia – Porto

Grupo Recreativo Operário de Varge Mondar
Sintra – Lisboa

Grupo Recreativo Tercena
Oeiras – Lisboa

Grupo Recreativo, Cultural e Desportivo de Vale de Mestre "Os Relampâgos" – Constância – Santarém

Grupo União Desportiva Alcabideche
Cascais – Lisboa

Ilha Mágica - Projecto para a Infância e Juventude
Vila Nova de Gaia – Porto

Ingleses Futebol Clube
Lisboa – Lisboa

Juventude Desportiva de Vilela
Coimbra – Coimbra

Liberdade Atlético Clube
Lisboa – Lisboa

Liga dos Amigos da Mina de S. Domingos
Loures – Loures

Liga dos Amigos de Linda-a-Velha
Oeiras – Lisboa

Mocidade Invicta Futebol Clube
Porto – Porto

Núcleo de Atletismo de Cucujães
Oliveira de Azeméis – Aveiro

Núcleo Desportivo Juvenil do Laranjeiro
Almada – Setúbal

Operário Futebol Clube de Lisboa
Lisboa – Lisboa

Paz Baseball Club
Oliveira de Azeméis – Aveiro

Rancho Folclórico da Casa do Povo de Salvaterra de Magos
Salvaterra de Magos – Santarém

Rancho Folclórico da Landeira
Vendas Novas – Évora

Rancho Folclórico de Canidelo
Vila Nova de Gaia – Porto

Rancho Folclórico de Macieira da Lixa
Felgueiras – Porto

Rancho Folclórico de Paranhos
Porto – Porto

Rancho Folclórico de Seia
Seia – Guarda

Rancho Folclórico de Torres Novas
Torres Novas – Torres Novas

Rancho Folclórico e Etnográfico da Casa do Povo de Zibreira
Torres Novas – Torres Novas

Rancho Folclórico Infantil "As Andorinhas de S.Silvestre"
Murtosa – Aveiro

Rancho Folclórico S.ª da Piedade de Melres
Gondomar – Porto

Rancho Folclórico Vila Nova da Rainha
Azambuja – Lisboa

Rancho Regional de Guifões
Matosinhos – Porto

Recreios Desportivos de Algueirão
Sintra – Lisboa

S. Paulo Clube Recreativo de Almada
Almada – Setúbal

Serrado Futebol Clube
Almada – Setúbal

Sociedade Boa União
Lisboa – Lisboa

Sociedade Boa União Alhadense
Figueira da Foz – Coimbra

Sociedade de Instrução e Beneficência a Voz do Operário
Lisboa – Lisboa

Sociedade de Instrução e Recreio Janes e Malveira
Cascais – Lisboa

Sociedade Desportiva Recreativa Pilado e Escoura
Marinha Grande – Leiria

Sociedade Filarmónica Capricho Bejense
Beja – Beja

Sociedade Filarmónica e Recreativa Gaeirense
Óbidos – Leiria

Sociedade Filarmónica Fraternidade Carnaxide
Oeiras – Lisboa

Sociedade Filarmónica Incrível Pontevelense
Cartaxo – Santarém

Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro
Lisboa – Lisboa

Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º Maio
Lagos – Faro

Sociedade Filarmónica Louriçal do Campo
Castelo Branco – Castelo Branco

Sociedade Filarmónica Paialvense Manoel Mattos
Tomar – Santarém

Sociedade Filarmónica Providência
Setúbal – Setúbal

Sociedade Filarmónica União Agrícola
Palmela – Setúbal

Sociedade Filarmónica União Arttístca Piedense
Almada – Setúbal

Sociedade Filarmónica Vestiariense
Alcobaça – Leiria

Sociedade Instrução e Recreio
Elvas – Portalegre

Sociedade Musical 5 de Outubro
Seixal – Setúbal

Sociedade Musical de Instrução e Recreio Aljustrelense
Aljustrel – Beja

Sociedade Musical e Desportiva de Caneças
Odivelas – Lisboa

Sociedade Musical Simpatia e Gratidão
Oeiras – Lisboa

Sociedade Orfeónica de Amadores Música e Teatro Tavira
Tavira – Faro

Sociedade Recreativa da Cachoeira
Mafra – Lisboa

Sociedade Recreativa e Musical de Almoçageme
Sintra – Lisboa

Sociedade Recreativa e Musical Sanluizense
Odemira – Beja

Sociedade Recreativa Familiar Unhense
Loures – Lisboa

Sociedade União Montoitense
Redondo – Évora

Sport Almada e Figueirinhas
Almada – Setúbal

Sport Benfica Corvense
Lisboa – Lisboa

Sporting Clube de Lourel
Sintra – Lisboa

Sporting Clube Figueirense
Figueira da Foz – Coimbra

Sporting Clube Vasco da Gama
Porto – Porto

Sporting Clube Vinhense
Moita – Setúbal

T.A.S. - Teatro Amador Susanense
Valongo – Porto

Teatro Amador de Sandim
Vila Nova de Gaia – Porto

Teatro Passagem de Nível
Amadora – Lisboa

Tuna Juvenil de Sermonde
Vila Nova de Gaia – Porto

Tuna Musical de Santa Marinha
Vila Nova de Gaia – Porto

Tuna Musical União Oliveirense
Vila Nova de Gaia – Porto

União Artística Vilarealense (Socorros Mútuos)
Vila Real – Vila Real

União Cultural e Recreativa da Chamboeira
Loures – Lisboa

União Desportiva Cruzeiro de Santana
Matosinhos – Porto

União Desportiva de Vila Chã
Barreiro – Setúbal

União Recreativa e Desportiva de Arranhó
Arruda dos Vinhos – Lisboa

União Recreativa Juventude Fernão Ferro
Seixal – Setúbal